BIBLIOTECA NACIONAL
Av. Rio Branco
D. Federal
G.

NA CORÉIA A CHAVE DA TRANQUILIDADE MUNDIAL

ADIADA A "COPA RIO BRANCO"

A MANHÃ

DIRETOR: PLINIO BUENO — GERENTE: ALARICO LISBOA

ANO XI — RIO DE JANEIRO, Sábado, 19 de abril de 1952 — NUM. 3.284

BIBLIOTECA



Ordem de regresso dos brasileiros — A comunicação telegráfica enviada para Santiago, determina o regresso imediato da Delegação após o jôgo de amanhã, contra o Chile. Fez a diretoria da C. B. D. absoluta questão de tomar tal deliberação antes do resultado do jôgo final contra os chilenos, para evitar quaisquer explorações. Entretanto, somente hoje será redigido e enviado um ofício comunicando à Federação uruguaia, tão extrema decisão, no qual a C. B. D. explicará minuciosamente o seu único propósito de evitar desentendimentos e esclarecendo que toã logo seja oportuno, o Selecionado Brasileiro irá a Montevidéu disputar os jogos referentes ao troféu "Rio Branco". Diante da decisão da C. B. D., serão hoje tomadas as providências para o regresso da delegação diretamente de Santiago, estando a data da viagem na dependência do avião que será solicitado à "Panair". Na gravura, os incidentes provocados pelos uruguaios, que a C. B. D. quer evitar.

CASTELO BRANCO INFORMOU À C.B.D. QUE, NO MOMENTO, NÃO E' ACONSELHÁVEL A REALIZAÇÃO DOS JOGOS EM MONTEVIDÉU — MEDIDA ACERTADA

Noticiamos ontem, que a CBD não pensara sequer na possibilidade de adiarem os jogos da "Copa Rio Branco" marcados para Montevidéo, nos dias 27 do corrente e 4 de maio. Hoje, porém, a situação é outra, já que, houve completa reviravolta sobre o assunto, em face da informação de Castelo Branco, chefe de nossa delegação para a Confederação Brasileira de Desportos. O veterano desportista mandou informes detalhados sobre as ocurrências de Santiago, e aconselhou o adiamento dos prélios "sine die". Falou que os ânimos continuavam exaltados e que os próprios atletas patrícios não desejavam no momento, jogar em Montevidéo. Em face da informação o presidente da CBD, sr. Rivadávia Corrêa Meyer resolveu mesmo pelo adiamento, devendo comunicar o fato à Associação Uruguaia. A medida da CBD ao nosso ver merece aplausos, pois, realmente depois das notícias que recebeu da chefia de nossa delegação em Santiago não poderia agir de outra maneira.

O aniversário do Presidente Getúlio Vargas

AS DEMONSTRAÇÕES de simpatia que cercam o presidente Getulio Vargas, na passagem da sua data aniversaria, mantêm o ritmo com que sua forte personalidade se faz sentir em todos os quadrantes da nacionalidade, cada dia mais ligada ao eminente brasileiro. Desde que apareceu nos quadros políticos do Brasil, primeiro através de sua atuação regional e, depois, no cenário mais amplo das competições nacionais, o sr. Getulio Vargas marcou os contornos da sua clarividente operosidade pelo sentido nacionalista e popular dos seus gestos, e se a preocupação de servir ao povo, que sempre presidiu seus rumos administrativos, lhe garantiu inegável lastro de popularidade, não há como negar que o ilustre Chefe se mantém fiel a êsses princípios, que inaugurou e consolidou nos quadros do pensamento e da ação governamentais. Aí estão para afirmá-lo as vitórias que lhe pontilham a jornada ascendente, tôdas elas fruto desta estreita convivência com os interesses populares, num panorama que, embora desagrade aos políticos distanciados das massas, reflete o Brasil de hoje, em que Povo e Govêrno se irmanam na defesa dos interesses comuns ao país. O senhor Getulio Vargas pode gabar-se de haver inaugurado entre nós essa qualidade de Govêrno, entrosando tôdas as camadas nas deliberações do Poder Público, fazendo-as atuantes e até apaixonadas no estudo e decisão dos nossos grandes problemas. O Brasil lhe é reconhecido por isso, tanto mais porque as massas continuariam à margem dos nossos debates essenciais, se o sr. Getulio Vargas não timbrasse em aproximá-las da fonte comum — os interesses do Brasil — politizando-as e dando-lhes consciência das suas responsabilidades e também dos seus direitos. O eminente líder ganhou, com justiça, a liderança, e o povo, na sua intuição irretratável, soube premiar quem o retirou do anonimato para fogá-lo, cada vez mais forte, no estudo e na discussão da vida brasileira. Apenas êsse serviço do sr. Getulio Vargas, de caráter primàriamente humano e, depois, altamente politico, bastava para garantir-lhe a gratidão dos nossos patrícios, se outros, de não menor monta, não estivessem a lastrear-lhe o pedestal em que se assenta sua notável personalidade. A soma dêstes títulos bem justifica o júbilo com que a Nação festeja, hoje, a data aniversária do grande homem de Estado.



★ CUMPRIMENTOS AO PRESIDENTE GETULIO VARGAS ★



O presidente Getulio Vargas por motivo do seu aniversario natalício, que transcorre hoje, dia 19, recebeu, no Palácio Rio Negro, em Petropolis, os cumprimentos dos seus colaboradores diretos. Assim, o sr. Getulio Vargas, após haver despachado com o general Ciro do Espirito Santo Cardoso e almirante Renato de Almeida Guilhobel, respectivamente das pastas da Guerra e da Marinha, e ter conferenciado com o prefeito João Carlos Vital, recebeu, em seu gabinete de trabalho, todos os ministros de Estado que, incorporados, foram levar a S. Exa. os seus votos de felicidades. Em nome dos altos auxiliares do Govêrno, falou o ministro Negrão de Lima, que, depois de manifestar a sua satisfação em ter sido o interprete dos seus colegas e de desejar ao sr. Getulio Vargas muita saude a fim de que possa o Chefe do Govêrno prosseguir na sua obra grandiosa à frente dos destinos da nossa pátria, entregou a S. Exa. um presente que os seus ministros lhe ofereciam. O sr. Getulio Vargas, em seguida, agradeceu a manifestação de simpatia que acabava de receber.



Os membros do Gabinete Civil e Militar da Presidência da República, tendo à frente os seus respectivos chefes, embaixador Lourival Fontes e general Caiado de Castro, estiveram no Palácio Rio Negro, em Petropolis, onde foram apresentar cumprimentos ao Chefe do Govêrno. Nessa ocasião, em nome dos presentes, o sr. Lourival Fontes pronunciou algumas palavras, interpretando os sentimentos dos auxiliares da Presidência da Republica e fazendo, em seguida, ao sr. Getulio Vargas, a entrega de uma coleção "Documentos Brasileiros", que constitui o presente dos membros dos dois Gabinetes a S. Exa. O presidente Getulio Vargas agradeceu, apos, a manifestação de simpatia que acabava de receber.

CONTRA O CAMPEONATO INTERNACIONAL DE CACHAÇA

J. PESSOA, 18 (Asapress) — O governador, sr. José Américo, tem recebido de diversas partes do país inúmeros telegramas apelando no sentido de não consentir a realização do II Campeonato Internacional de Cachaça. Ontem mesmo, o Chefe do Executivo paraibano recebeu vários telegramas de deputados paulistas, pedindo a proibição do certame de Cabedelo. Os telegramas estão sendo enviados pelo governador ao Chefe de Polícia, estando este no firme propósito de não consentir que tal concurso se realize.

CAIU E INCENDIOU-SE O AVIÃO DE PASSAGEIROS

28 MORTOS — EM LOS ANGELES O DESASTRE

LOS ANGELES, Califórnia, 18 (UP) — Um avião bimotor de transporte caiu e incendiou-se esta manhã, ao chocar-se contra uma colina situada a 30 quilômetros desta cidade, perecendo no desastre 28 pessoas e possivelmente outras 2.

O avião, que fazia um vôo sem itinerário fixo, chocou-se com a colina e destroços do mesmo

(Conclui na 4.ª página)

PROIBIDO DE NAVEGAR EM AGUAS BRASILEIRAS

Durante um ano — Julgado, ontem, pelo Tribunal Marítimo, o comandante do transatlântico argentino "Presidente Perón"

O Tribunal Marítimo, em sua sessão de ontem, presidida pelo almirante Gustavo Goulart, apreciou, finalmente, o processo da colisão do transatlântico "Presidente Peron", que como se recordam os leitores esteve prestes a soçobrar em virtude de violento choque no costão da Ilha do Pai, ocorrido em 7 de outubro de 1950.

O COMANDANTE NAO PODERA NAVEGAR EM AGUAS BRASILEIRAS

Aquele órgão, por unanimidade, considerou o capitão de longo curso Alberto Carlos Amette, comandante do "Presidente Peron", responsável pelo acidente e aplicou-lhe a pena de suspensão por um ano. Como se trata de acusado estrangeiro, a pena está adstrita às aguas territoriais brasileiras. Assim, o comandante Amette está proibido, durante um ano, de navegar em águas brasileiras, sob pena de reincidir em falta mais grave ainda. Para o segundo implicado no processo, o 4.º oficial Jorge José André, em cujo quarto de hora se dera o acidente, foi imposta pelo T. M. a pena de advertência, por isso que se trata de um estudante de Marinha Mercante, matriculado no quinto ano da Escola Nacional de Náutica da Argentina, por conseguinte, sem responsabilidade direta no grave acidente. Em sua acusação, o procurador Américo Brasil provou a negligência e imprudência do comandante, que não verificou o traçado da marcação na carta náutica, feita erradamente pelo piloto-aluno Jorge André, e ainda procurou demonstrar que o "Presidente Peron" fazia navegação desaconselhada, em virtude das pésimas condições de visibilidade reinantes.

CAPOTAGEM ESPETACULAR NA AVENIDA RIO BRANCO

Dois automóveis particulares chocaram-se violentamente — O acidente poderia ter acarretado graves consequências, mas milagrosamente causou apenas ferimentos leves em 3 pessoas



Um dos automoveis sinistrados, tendo as rodas inteiramente voltadas para cima, cercado por curiosos

Passava das 19 horas, quando dois automoveis de passeio, à altura da esquina das avenidas Rio Branco e Presidente Vargas, num choque fortissimo, fizeram funcionar os respectivos freios, num ranger caracteristico de parada súbita. Mas o impacto de violência inaudita entre os dois foi inevitável. Parecia que os que ocupavam um dos veículos sinistrados — o de n.º ..... 12.44.03, sairiam dali sem vida. Milagrosamente assim não aconteceu. Três pessoas apenas ficaram feridas levemente.

Os carros que se chocaram foram o de número já mencionado, dirigido por Thierrs Paulo Bandeira, com 30 anos, casado, bancário, residente na rua Pareto n. 23, e o de chapa 11-25-29, conduzido por seu proprietário, Antonio Fiuza.

O primeiro, que conduzia mais as passageiras Luz Gonzalez, de 24 anos, solteira, de nacionalidade espanhola, moradora na rua

(Conclui na 4.ª página)

Violento temporal em Fortaleza

FORTALEZA, 18 (Asapress) — Violento temporal desabou ontem sôbre esta capital, inundando várias ruas da cidade. O trânsito ficou interrompido por algumas horas e a população privada de transporte.

"ESTA MULHER MATOU MEU FILHO"

Processada três vezes por agressão ao marido — Antecedentes que autorizam as suspeitas — Teria envenenado o esposo — Detida pelas autoridades de São João de Meriti



Carmelia Fernandes de Souza, a acusada

Que teria ocorrido no humilde barraco da rua Canal, 622, em Vilar dos Teles, São João Meriti, para que a mulher, tendo à mão um copo e na face estampada uma expressão enigmática, en-

(Conclue na 16.ª pág.)

ABSOLVIÇÃO NO PRIMEIRO JURI POPULAR

Três a dois favorável ao réu — Um Conselho de Sentença só de homens — A argumentação da defesa

Em julgamento memorável que assinalou o início das suas atividades no Distrito Federal, o Juri Popular absolveu, ontem, por três votos contra dois, o feirante Atalibio Ferro, acusado de expôr à venda, por preço majorado, maças ácidas argentinas, na barraca em que trabalhava, no Largo da Glória.

CONSELHO DE SENTENÇA SO' DE HOMENS

Fazendo cumprir no Juri Popular a mesma técnica do Juri comum, o juiz da Quinta Vara, sr. Decio Pio Borges de Castro, começou por proceder à chamada nominal dos vinte jurados

(Conclui na 4.ª página)

Atalibio Ferro

POSSIBILIDADE DE ARMISTÍCIO EM PRIMEIRO DE MAIO

Otimismo em tôrno das conversações de paz — A Conferência de Moscou e o ponto de vista do secretário geral da O.N.U.

NAÇÕES UNIDAS, NOVA IORQUE, 18 (Bruce Munn, da U. P.) — O secretário geral da ONU, Trygve Lie, declarou que a chave de "tôda real mudança" na situação mundial está nas negociações de trégua na Coréia. Por sua parte, Andrew Cordier, auxiliar executivo de Lie, que acaba de regressar da Coréia, disse, na mesma conferência coletiva de imprensa, que nada via que corroborasse as "otimistas" informações procedentes da Coréia e de Tóquio, no sentido de que o armistício talvez seja firmado a 1 de maio ou a 1 de junho.

BUSCANDO UM DESENLACE FELIZ

Acrescentou que "êsse otimismo é, em parte, mera expressão de um desejo. Conheço a origem de algumas informações otimistas e, pelo menos uma ou duas, carecem de fundamento. Os norte-americanos que negociam em nome da ONU

(Conclui na 4.ª página)

PREÇO DESTE EXEMPLAR 50 CTS

AR CONDICIONADO PERFEITO
HOJE — METRO COPACABANA • METRO PASSEIO • METRO TIJUCA
2-4-6-8-10 H • ½ DIA 2-4-6-8-10 H • 2-4-6-8-10 H
Premiado pela Academia de Artes Cinematográficas de Hollywood "O Melhor Filme do Ano" e mais 7 prêmios
GENE KELLY — LESLIE CARON — OSCAR LEVANT — GEORGES GUETARY — NINA FOCH
Música de GEORGE GERSHWIN
Sinfonia de Paris — AN AMERICAN IN PARIS — Technicolor
ESTE FILME NÃO SERÁ EXIBIDO EM OUTROS CINEMAS DO D. FEDERAL ANTES DE 60 DIAS APÓS PASSAR NOS CINES METRO
FILMES M-G-M

COMÉRCIO E FINANÇAS

TÍTULOS PROTESTADOS

1.° OFICIO

PROM. de 36.000,00 — Port. Banco Excelsior Ltda. EMIT. Henrique Costa de Almeida Gomes — Av. Pres. Vargas, 509 — 17.° and. IND. de Dup. de Cr$ 1.740,0 — Port. Banco Português do Brasil S. A. COMP. J. Borges — R. Barão de Bom Retiro, 42. PROM. de Cr$ .. 2.000,00 — Port. Banco Nacional de Minas Gerais S. A. EMIT. Emilio Pinto & Cia. Ltda. — R. Glaziou, 299. AVAL. Americo Ferreira Pinto — Idem. DUP. de Cr$ 6.399,50 — Port. C. V. B. Casa Santos Seabra. DEV. Geladeiras Luzitania Ltda. — R. Braulio Cordeiro, 745. DUP. de Cr$ 575,00 — Port. Gelco Elétrica Ltda. DEV. Karl Abraham — R. Evairsto da Veiga, 123 — 4.°, ap. 15. DUP. de Cr$ ...... 18.450,00 — Port. Banco Delamaro S. A. DEV. Eduardo Barbati — R. Guayaquil, 49. PROM. de Cr$ .. 6.000,00 — Port. Nilton Rorigues Fonseca. EMIT. Bar Ocidental Ltda. — R. Miguel Couto, 124-C. AVAL. Manuel Almeida. PROM. de Cr$ 25.000,00 — Port. Januario Correa Peixoto. EMIT. Adriano Augusto Ayres — R. Alm. Candido Brasil, 69. AVAL. Manuel Adão Macedo — R. Pedro Américo, 12 — 3.°, IND. de dup. de Cr$ 19.163,20 — Port. Haroldo Pereira Tecidos COMP. Plinio Dantas & Cia. — R. da Alfandega, 160 — Sob. IND de dup. de Cr$ 1.350,00 — Port. Banco da Lavoura de Minas Gerais S. A. COMP. A. Lopes & Martins — R. Bittencourt da Silva, 1. 120. DUP. de C.$ 170,00 — Port. Tavares, Carvalho & Cia. Ltda. DEV. Manoel Esteves de Moraes — R. Figueiredo Magalhães, 27. AVAL. Darcy Coimbra Chincoli — R. Rita Ludolf, 33, ap. 104. DUP. de Cr$ 200,00 — —Port. Tavares Carvalho & Cia. Ltda. DEV. Ary Oswaldo Trindade — Av. 29 de Outubro n. 9.520, ap. 101. DUP. de Cr$ .... 220,00 — Port. Tavares, Carvalho & Cia. Ltda. DEV. Gilberto Buffone — R. Carlos Sampaio, 27. PROM. de Cr$ 12.000,00 — Port. Felipe Sawaya. EMIT. Grajaú Automobilistica Ltda. — Rua Grajaú, 20. AVAL. Jayme Fernandes da Silva. DUP. de Cr$ 12.120,00 — Port. Banco Boavista S. A. DEV. Ibis Comercial Ltda. — R. Sen. Dantas, 14 — 16.°, s. 1601. IND. de dup. de Cr$ 2.739,10 — Port. Banco da América S. A. COMP. Luiz Rodrigues Maio — Av. Pres. Roosevelt, 115, s. 1006.

2.° OFICIO

SAUTELA N.° 475 — Pagamento dos juros de Cr$ 76.500,00, vencidos nos exercícios de 1947 até 1951 inclusive — Debentures de n.os 6468 e 6518 do valor nominal de Cr$ 5.000,00 cada uma.

PORT. Armando Amorim Campos; DEV. Cia. União Territorial Fluminense — Avenida Presidente Vargas, 509; PROM. de Cr$ .. 40.000,00 — Port. Cleonice Meirelles de Aguiar; EMIT. José Pinto da Silva — Rua Marechal Trompowsky, 11; DUP. de Cr$ 5.507,90 — Port. Cidamar S.A. — Com. e Ind. Dante Marchine; COMP. Lojas Victor de Ferragens Ltda. — Rua São Luiz Gonzaga, 295; DUP. de Cr$ .. 5.800,00 — Port. Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A. — mand.; DEV. M. Antonio Ferreira — Rua 24 de Maio, 467; PROM. de Cr$ .. 2.000,00 — Port. Banco Andrade Arnaud S.A. — mand.; EMIT. Gerilio Silva — Rua Barão de São Felix, 182 — fundos; AVAL. Nelson Gonçalves — Idem; DUP. de Cr$ 12.896,00 — Port. Banco Itaú S.A. — mand.; DEV. A. Affonso Gonçalves — Intercâmbio Comercial do Distrito Federal — Avenida 29 de Outubro, 7084; IND. da dup. de Cr$ 2.904,80 — Port. Banco Itaú S.A. — mand.; COMP. Licinio Babo — Avenida Automóvel Clube, 5410; IND. da dup. de Cr$ .. 8.736,00 — Port. Banco Itaú S.A. — mand.; COMP. Alberto S. de Oliveira — Avenida Alvaro de Miranda, 281; PROM. de Cr$ 10.000,00 — Port. Banco Andrade Arnaud S.A. — mand.; EMIT. Berta Falvichenco — Rua Carolina Méier, 57; AVAL. Jancebl Stein — (s/e); DUP. de Cr$ 2.592,00 — Port. Banco Boavista S.A. — mand.; DEV. M. A. Soares — Rua Senador Dantas, 33-A; DUP. de Cr$ 9.250,00 — Port. Banco Mercantil de São Paulo S.A. — mand.; DEV. Espólio de Paulo Falchenco — Rua Carolina Machado, 57; DUP. de Cr$ .. 170,00 — Port. Tavares Carvalho & Cia. Ltda.; DEV. Manoel Esteves de Morais — Idem; AVAL. Darcy Coimbra Chincoli — Idem; DUP. de Cr$ 200,00 — Port. Tavares, Carvalho & Cia. Ltda.; DEV. Arv Oswaldo Trindade — Avenida 29 de Outubro, 9520, apto. 101; DUP. de Cr$ 220,00 — Port. Tavares Carvalho & Cia. Ltda.; DEV. Gilberto Buffone — Rua Carlos Sampaio, 27; DUP. de Cr$ 400,00 — Port. Tavares, Carvalho & Cia. Ltda.; DEV. A. S. Mendonça — Archimedes Santos Mendonça — Rua Gerônimo Monteiro, 83, apto. 201; PROM. de Cr$ 12.000,00 — Port. Filipe Sawaya; EMIT. Grajaú Automobilística Ltda. — Rua Grajaú, 20; AVAL. Jayme Fernandes da Silva — Idem.

3.° OFICIO

DUP. de Cr$ 575,00 — —Port. Gelco Elétrica Ltda. DEV. Karl, Abraham — R. Evaristo da Veiga, 128 — 41, ap. 15. JUROS de Debêntures de Cr$ 106.500,00 — Port. Luis Ramos Costa. DEV. União Territorial Fluminense — Av. Pres. Vargas, 509. DUP. de Cr$ 180,00 — Port. M. Klein & Irmãos Ltda. DEV de Cr$ 400,00 — Port. Tavares Carvalho & Cia. Ltda. DeV. S. A. Mendonça — R. Jerônimo Monteiro, 83, ap. 201. DUP. de 170.00 — Port. Tavares. Carvalho & Cia. Ltda. DeV. Manoel Esteves de Moraes — Rua Figueiredo Magalhães, 27. AVAL. Darcy Coimbra Chincoli — Rita Ludolf, 33, ap. 104. DUP. de Cr$ 200.00 — Port. Tavares, Carvalho & Cia$ Ltda. DEV. Ary Oswaldo Trindade — Av. 29 de Outubro, 9520, ap. 101. DUP. de Cr$ 220,00 — Port. Tavares Carvalho & Cia. Ltda DUP. de 1.620.00 — Port Recorde S. A. Ind. Quimicas. DEV Fidelis Tosto — R. Catumby, 28. PROM. de Cr$ 64.000,00 — Port. Banco Mercantil da Metrópole S. A. EMIT. Fábrica Gunther Wagner Ltda. AVAL. da Costa Ribeiro — R. Mello e Souza, 86. DUP. de Cr$ 534,20 — Port. The National City Bank of New York — mand. COMP. Dicspiro Soares Ferreira — Rua Buenos Aires, 159 — 4.°, s. 401. PROM. de Cr$ 12.000,00 — Port. Filipe Sawaya. EMIT. Grajaú Automobilistica Ltda. AVAL. Jayme Fernandes da Silva — R. Grajaú, 20. PROM. Cr$ 1.000,00 — Port. Manoel Norberto de Oliveira. EMIT. Daniel Esteves Chagas. AVAL. Carlos Brochado — R. Domingos Lopes, 221. DUP. de Cr$ 1.549,10 — Port. Banco Boavista S. A. — mand. DEV. A. Marques Rodrigues — Av. Augusto Vasconcelos, 9 — C Grande, DUP. de Cr$ 7.500,00 — Port. Banco Borges S. A. — mand. DEV. "Cietel" Ciência Tecnica e Instrumental Ltda. — R. Juan Pablo Duarte, 48, s. 403. DUP. p. Ind. de Cr$ 1.976,00 — Port. Banco de Minas Gerais S. A. — mand. COMP. Urbanobrás Soc. Geral de Urbanismo, Comércio e Construções Ltda. — R. do Carmo, 6 — s. 704.

4.° OFICIO

DUP. de Cr$ 14.700,00 — Port. Auto Comercial Carioca Ltda.; DEV. Orlando Machado Vieira — Rua 209 — Volta Redonda; PROM. de Cr$ 12.000,00 — Port. Filipe Sawaya; EMIT. Grajaú Automobilística Ltda. — Rua Grajaú, 20; AVAL. Jayme Fernandes da Silva — Rua Grajaú, 20; IND. de dup de Cr$ .. 1.679,00 — Port. The Nal. City Bank of New York — mand.; COMP. Dicspiro Soares Ferreira — Rua Buenos Aires, 159, — 4.°, sala 401; DUP. de Cr$ 200,00 — Port. Tavares, Carvalho & Cia. Ltda.; DEV. Ary Oswaldo Trindade — Avenida 29 de Outubro, 9520, apto 101; DUP. de Cr$ 170,00 — Port. Tavares, Carvalho & Cia. Ltda.; DEV. Manoel Esteves de Moraes — Rua Figueiredo Magalhães, 27; AVAL. Darcy Coimbra Chincoli — Rua Rita Ludolf, 33, apto 104; DUP. de Cr$ 200,00 — Port. Tavares, Carvalho & Cia. Ltda.; DEV. Gilberto Buffone — Rua Carlos Sampaio, 27; DUP. de Cr$ 400,00 — Port. Tavares, Carvalho & Cia. Ltda.; DEV. A. S. Mendonça — Rua Jerônimo Monteiro, 83 — 201; PROM. de Cr$ 20.000,00 — Port. Antonio Gonçalves; EMIT. Mario Barone — Avenida 28 de Setembro, 274; IND. de dup de Cr$ .. 10.046,40 — Port. Banco Boavista S.A. — mand.; COMP. Tapeçaria Boogue Woogue — Rua Marquês de Olinda, 59; PROM. de Cr$ 2.000,00 — Port. Manoel Norberto de Oliveira; EMIT. Daniel Esteves Chagas — Rua Domingos Lopes, 221; AVAL. Carlos Brochado — Rua Domingos Lopes, 221; DUP. de Cr$ 3.500,00 — Port. Antonio Haddad Ltda. — Ag. Tuneli; DEV. Zélia Leal — Praia do Russel, 120; DUP. de Cr$ 17.152,00 — Port. A. Tavares & Cia. Ltda.; DEV. José Paulo Monteiro — Rua Sargento Silva Nunes, 345; PROM. de Cr$ 1.000,00 — Port. Alberto Soares Andrade; EMIT. José Alves dos Santos — Rua Chaves Faria, 220; IND. da dup. de Cr$ 12.396,60 — Port. Banco Itaú S.A. — mand.; COMP. Soc. Geral de Urbanismo Com. e Construções Ltda. — Rua do Carmo, 6 — sala 1.704; IND. da dup. de Cr$ 510,00 — Port. Banco Itaú S.A. — mand.; COMP. Madame Adelaide — Rua Castro Alves, 144 — apto. 14-C.

Novas firmas comerciais

No Departamento da Indústria e Comércio foram registradas as seguintes firmas individuais:

J. Narciso Policarpo — Rua Uranos, 1.510 — galpão — fundos; V. Machado Salvatori — Estrada Marechal Rangel, 43-B; Manuel Pedro Rosa — Avenida João Ribeiro, 209, loja B; A. V. Athayde — Rua Gonçalves Ledo, 57, 1.°, sala 4; Joaquim Soares Barbosa — Rua da Candelária, 23, 2.°. R. Mangueira Diniz — Avenida 13 de Maio, 33, 6.°, sala 609; Roger Mesquita — Avenida 13 de Maio, 23, 3.°, sala 341; Adamastor Lima — Rua São José, 13, 1.°.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S. A.
Agencia do Rio de Janeiro: Rua Visc. Inhaúma, 134-C
Agências em tôdas as praças de Santa Catarina e em Curitiba, no Paraná
Capital e Reservas: .... Cr$ 74.500.000,00
Depósitos
Balancete de março de 1952 Cr$ 675.500.000,00
ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

OS QUE ESTÃO ADQUIRINDO IMOVEIS

Departamento de Rendas Diversas

Sobre pagamento de transmissão, foram dados os seguintes despachos:

Geroncio Avila — Indeferido quanto à isenção. Cobre-se sobre Cr$ ...... 200.000,00. Gualter Murillo Reis — Indefiro o pedido de aplicação das normas contidas na Resolução n.° 13.51. Pague o imposto sobre Cr$ 396.000,00, querendo. Conceição Esteves Fernandes — Indefiro o pedido de cancelamento da notificação n.° 113-52. Pague, no prazo de 15 dias, a diferença de imposto exigida. Orlando Dias de Oliveira e Ramiro Godinho Gomes — COMPAREÇAM A FIM DE TOMAR CONHECIMENTO DA EXIGENCIA. Ruth Ribeiro Maurity - Acelio Contino - Alfredo de Aragão Colonia — Joaquim Vivas Alvarez — Fernando Lellis da Silva — IAP dos Industriarios — C.A.P. de Serviços Aéreos e Tele-comunicação — C. A. P. de Serviços Aéreos e Tele-comunicação — C. A. P. de Serviços Aéreos e Telecomunicação — Fernando Lellis da Silva — Joaquim Vivas Alvarez — Alfredo de Aragão Colonia — EXPEÇA-SE CERTIFICADO DE ISENÇÃO.

ASSEMBLEIAS

Convocações para hoje, dia 19:

S.A. Portela — Fornecedora da Indústria e Navegação.

Cia. Imobiliária Vilomar.

Braspérola Ind. e Com. S.A.

Vigia S.A.

Casa Bancária de Depósitos e Descontos S.A.

Cia. Ferro Carril do Jardim Botânico.

S. A. Imobiliária e Agrícola S. Leocádia.

TRANSFERÊNCIA DE AUTOMÓVEIS

N.°	VENDEDOR	COMPRADOR
6.474	Heinz Dietrich Otto	— Alexandre Jesus Pereir
10.489	Onomacrito Heitor Andrade	— Natalino de Oliveira
13.417	Ernesto Lisboa Sobrinho	— Manoel da Alvarenga Ribeiro
1?.604	José Ferraz de Oliveira	— João Romero Netto
19.870	Walter Pires Moreira	— Antonio Rios Pereira
22.196	Ettore Bruno Oletse	— Cristino de Lima Chaves
23.127	Amaro de Oliveira Camara	— Otavio de Soura
24.986	Maria Pinto de Camara	— Sebastião Zaico da Camara
27.765	Joaquim P. de Mello	— José Guilherme de Castro
30.134	José Dias Corrêa	— Antonio Teixeira
34.763	Fernando Rodrigues dos Santos	— Gumercindo Dantas Benet
38.984	Osvaldo Vargt	— Auto Modelo Ltda.
44.033	Luiz Vita?? da Silva	— Ernani Lopes de Oliveira
51.540	Waldir de Souza	— Francisco de Oliveira
53.576	Walter Pinheiro	— João da Silveira Rosa Netto
55.589	Huleka Lobato	— José Joaquim Vieira da Cruz
100.818	Athos Fabio Romano Botelho	— Angelo Batista de Oliveira
100.911	Eduardo Luiz Gonçalves	— Afonso Iglesias Santos Gomes

CARTEIRA DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

LICENÇAS CONCEDIDAS

IMPORTADOR	MERCADORIA	IMP. EM CR$	PROCEDENCIA
Produtos Quimicos Elekeiróz S. A.	Enxofre	748.100,00	USA
Standard Oil Co. of Brazil	Folhas de Flandre	462.000,00	USA
Ind. Klabin do Paraná de Celulose S. A.	Enxofre	800.000,00	USA
Quimbrasil Quim. Ind. Bras. S. A.	Enxofre	1.006.200,00	USA
Lanari S. A. Ind. e Com	Prezadoras	116.210,00	Dinamarca
Máquinas e Ferrovias Ltda.	Escavadeiras	1.647.260,00	USA
Heitor Mario Mari	Oleo mineral	215.260,00	USA
Quimbrasil Quim. Ind. Bras. S. A.	Enxofr	366.912,00	USA
Ind. Quim. Bras. Duperial S. A.	Enxofr	1.028.780,00	USA

FLASH POLICIAL

JORNALEIROS VÍTIMAS DE DESASTRE

Um faleceu e o outro ficou gravemente ferido

No cruzamento da av. Gomes Freire com a rua Visconde de Rio Branco, registrou-se as primeiras horas da madrugada de ontem, uma violenta colisão de veículos, que resultou na morte de um jornaleiro e graves ferimentos em outro.

Carlos Bosqui, de 44 anos, casado, socio da banca da Leopoldina e residente na rua dos Coqueiros, 63, e Sandro Perrota, de 25 anos, solteiro, domiciliado no predio 58 da mesma rua, viajavam na camionete de distribuição do matutino "O Dia", chapa 7-70-68, dirigida por Pedro Anacleto Ferreira, de 22 anos. Quando o veículo atingia aquele cruzamento, foi violentamente abalroada pelo caminhão do Guarda Moveis Gato Preto, n.° 61-01-57, que trafegava pela primeira daquelas vias, em grande velocidade. Dado a violencia do choque, Carlos e Sandro foram atirados para fora da camionete, enquanto que o veiculo ia atingir o auto de chapa 4-87-64, estacionado no meio. As vitimas, apresentando fratura do cranio, foram conduzidas ao HPS, onde veio a falecer Carlos, ficando internado em estado grave Sandro Perrota.

Os dois motoristas fugiram, sendo o fato registrado no 19.° Distrito Policial.

UM TRILHO PARTIDO PROVOCOU O DESCARRILAMENTO

Entre as estação de Paruna e São João de Meriti, na Linha Auxiliar, descarrilaram três vagões do trem prefixo AX-8 o que deu motivo a que os passageiros fossem tomados de panico e se jogassem pelas janelas sôbre a linha ferrea. O fato ocorreu cerca das 5,50 horas, exatamente quando os trens viajam superlotados. Passado o susto, alguns passageiros tentaram depredar a estação enquanto outros, indignados, agrediram o guarda-chaves Manoel Antonio, que a custo conseguiu fugir, apavorado. Ao sair em defesa de Manoel, tambem foi espancado o soldado da P.M., João Soares, n.° 2.334, do 5.° Batalhão. Este, depois de medicado no Hospital Getulio Vargas, foi internado no hospital da corporação. Também foram pisadas Rosa de Lima, de 24 anos, casada, residente na Av. Getulio Moura, 2.384, em Agostinho Porto e Albertina Moreira, de 48 anos, solteira, moradora na rua Alberto, 235, que receberam contusões diversas. Não houve nenhuma prisão ficando apurado que a causa do desastre fôra um trilho partido.

CICLISTA MORTO POR CAMINHÃO

O auto-caminhão chapa 6-49-55, cujo motorista fugiu, atropelou e matou, ontem, o menor Alvaro Seabra Guimarães, ciclista de um armazem da rua Barão da Torre, residente no morro da Catacumba, 32. O desastre ocorreu no cruzamento das ruas Farme de Amoedo e Prudente de Morais. A policia do 2.° Distrito providenciou a remoção do cadáver para o necrotério do Instituto Médico Legal.

MATOU-SE O SEXAGENARIO

Antonio Alipio Medeiros, de 60 anos de idade, casado, português, comerciário aposentado, residente na rua Aquidabã, 222, estando enfermo, resolveu por termo a vida e ontem munido com um fio elétrico enforcou-se. O fato foi levado ao conhecimento do comissário do 22.° Distrito o qual tomou as devidas providencias.

FALSO MEDICO DETIDO PELA POLICIA

A turma do detetive Silvio, deteve ontem e conduziu à Delegacia de Costumes, Francisco Assis Lemos, de 30 anos, casado, residente na rua Manoel Cardoso, 32, quando o mesmo, fazendo-se passar por médico, dava consultas a vários clientes no consultório, instalado na rua da Lapa, 16, 1.° andar. Como não houvesse flagrante, os policiais o convidaram a comparecer à Delegacia de Costumes, para explicar o que faria ali, mesmo porque Ermelina Santiago, moradora na Salvador de Sá, 164, cliente do referido consultório, disera às autoridades que momentos antes tinha sido atendida pelo "médico" Francisco Assis Lemos. No ano passado, no dia 8 de junho, também porque se fizera passar por médico, Francisco foi preso em Campo Grande, localidade onde exercia sua "profissão".

Foi aberto inquérito para apurar devidamente as atividades de Francisco Assis Lemos.

Brotoejas Assaduras
POLVILHO ANTISSÉPTICO
GRANADO
Frieiras Suores fétidos

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA — SEGUNDA E ULTIMA CONVOCAÇÃO

São convidados os associados a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no próximo dia 22 de abril corrente, às 16 ½ horas, na sede social (nono pavimento), a fim de tomarem conhecimento do relatório da Diretoria, do parecer da Comissão Fiscal e da decisão do Conselho Administrativo sôbre aquele e ele; discutir e resolver os assuntos que lhes forem apresentados pela Diretoria ou pelos associados, por intermédio da Mesa, devendo se proceder, no dia imediato, 29, das 19 às 20 horas, no sétimo pavimento, a eleição do terço do Conselho Administrativo com os seus respectivos suplentes e da Comissão Fiscal (art. 41, seus parágrafos e alíneas dos Estatutos).

De acôrdo com o art. 44 do Estatuto, a Assembléia Geral Ordinária delibera, em segunda e última convocação, com a presença de, no mínimo, trinta sócios em condições de a compor, os quais deverão apresentar o recibo do mês corrente.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1952. — Ricardo Serran, Secretário.

Dr. José de Albuquerque
Membro efetivo da Sociedade de Sexologia de Paris
DOENÇAS SEXUAIS DO HOMEM
Rua do Rosario, 98 — De 11 às 12 horas

SINTESE DO ESPORTE AMADOR

"Revanche" em Paquetá — O Torres Homem F. C. concederá amanhã, em Paquetá, "revanche" ao Municipal local. No primeiro encontro o gremio de Mendes Guimarães levou a melhor por 4x2. Na preliminar, estarão em ação os aspirantes de ambos os quadros.

Jogos programados para amanhã

Estão programados para amanhã, no setor do esporte amador, os seguintes jogos:

EM PAQUETÁ:
Municipal x Torres Homem — 1.°s e 2.°s quadros.
NO CAMPO DO ENG. DE DENTRO A. C.
Cadete F. C. x Exposição Avenida — 1.° quadro.
EM SILVA XAVIER
E. C. Oposição x E. C. Valin — 1.°s e 2.°s quadros.
EM MARECHAL HERMES
Wilson Sons F. C. x 1.° Distrito Naval — 1.° e 2.° quadros (prélio que será disputado hoje à tarde).
NA RUA POJUCA
Zumbi F. C. x Internacional (partida revanche).
EM GUARATIBA
26 de Abril x Celeste F. C. (amadores e aspirantes).
EM THOMAZ COELHO
Thomaz Coelho F. C. x E. C. Ás de Ouro — 1.°s e 2.° quadros.
NA PENHA
Quitungo x Victória — 1. e 2.° quadros.
EM OLARIA
Botafogo Junior x Continental — 1.° e 2.° quadros.
NA RUA DA ALEGRIA
Atlético F. C. x São Gabriel (amadores e aspirantes).
EM SEPETIBA
Sepetiba F. C. x Veteranos de São Cristovão de Futebol e Regatas.
EM S. CRISTOVAO
Matas e Jardins F. C. x E. C. Paulo de Frontin — 1.° e 2.° quadros.
EM SANTA CRUZ
Oriente A. C. x Del Castillo F. C. (amadores e aspirantes).
EM ITAJUBÁ (Minas)
Cocota (Rio) x Huracan (local) — amadores.
EM SANTO CRISTO
Del Mar x São José — 1.° e 2.° quadros.
EM QUINTINO BOCAIUVA
Corintians de Ipanema x Mocidade — 1.° e 2.° quadros.
LAGOA RODRIGO DE FREITAS
Juventude F. C. x Casa Oliveira F. C. — 1.° e 2.° quadros.
EM PARADA DE LUCAS
Palestrino (local) x Palestrino (da Praça Onze).
EM JACAREPAGUÁ
Nova Aurora x Ipiranga e Nova América x Sparta F. C. (1.°s e 2.°s quadros).
NOS PILARES
Milionários dos Pilares F. C. x Cascadura A. C., Nova Aurora (29 de Outubro) x Sporting).
EM TODOS OS SANTOS
Manufatura x Irajá (amadores e aspirantes).
OUTROS JOGOS ANUNCIADOS
Sta. Helena x Ubiratan; Amorim x Navarro.

Estarão em confronto, amanhã, os quadros do Manufatura F. C. x Irajá, ambos pertencentes ao Departamento Autonomo.

Dr. Savas de Lacerda
OLHOS — OUVIDOS — NARIZ — GARGANTA
com estágio nos hospitais em N. York
Av. 13 de Maio, 23 — 4.° Sala 432 — Tel. 42-4320. As 2as., 4as. e 6as. feiras— Rua dos Romeiros, 211 — Diàriamente Das 16,30 às 19 horas.

Doenças dos Olhos, Ouvidos, Nariz e Garganta
DR. PEDRO ABRAMOVIC
EXAMES, TRATAMENTO E OPERAÇOES
Rua Ramalho Ortigão, 9, 1.° — Sala 14 — das 9 às 12 e das 14 às 18 horas

CINCO MILHÕES DE QUILOS DE PEIXE ANUALMENTE

A capacidade da moderna frota pesqueira que a Caixa de Crédito pretende enviar para Santa Catarina — Instalação de grandes frigoríficos em Florianópolis — Declarações do Dr. Jorge Duque Estrada, presidente daquela autarquia, à nossa reportagem

A administração da Caixa de Crédito da Pesca encaminhou ao Ministro João Cleofas uma exposição de motivos, solicitando autorização para adquirir as instalações industriais pertencentes à Indústria de Peixes Ltda., com sede em Florianópolis e que é um dos maiores e mais importantes estabelecimentos do ramo existentes em nosso país.

Autorizada que seja a aquisição, a Caixa em apreço realizará o reaparelhamento da referida indústria, que servirá de base a uma nova frota pesqueira a ser para ali encaminhada, no mais breve prazo possível.

A capacidade aproximada de produção anual da referida frota é de cinco milhões de quilos de peixe, anualmente, número que, por si só, revela o vulto do empreendimento, cujo valor, como fonte de abastecimento da população e como fator de vitalização da economia brasileira, será, na verdade, inestimável.

Considerando que o volume e a qualidade da produção pesqueira dependem, em grande parte, do aparelhamento utilizado, está a Caixa de Crédito da Pesca no firme propósito de fazer com que a frota de pesca que se destinará àquela região seja constituída de moderníssimos barcos, de longo raio de ação e grande capacidade. É óbvio que será conseguido, assim, um alto nível de produção, o que deverá redundar, logicamente, na eliminação das dificuldades do abastecimento e na baixa de preços.

Já foi adquirido pela Caixa o aparelhamento para as instalações frigoríficas de congelamento rápido "quick-freezer", aparelhamento êsse que será enviado para Florianópolis, em tempo oportuno.

A instalação desse novo pôrto de pesca faz parte do vasto programa que vem executando a atual administração da Caixa de Crédito da Pesca, sob a presidência do dr. Jorge Duque Estrada, que, com elevado espírito de patriotismo e dedicação, está procurando, por todos os meios, desenvolver ao máximo a indústria pesqueira em nosso país. Segundo nos declarou o dr. Duque Estrada esteve em Florianópolis, há pouco tempo, o dr. Meira de Vasconcelos, membro do Conselho Administrativo, constatando ali que é inadiável a execução desta parte do programa traçado.

APÔIO DO PRESIDENTE VARGAS

O dr. Jorge Duque Estrada e os demais componentes do Conselho Administrativo da autarquia que tanto vem realizando pela indústria e pelos trabalhadores da pesca frisaram a atenção que o Presidente Getúlio Vargas tem dedicado aos problemas dêsse importante setor da produção nacional, não medindo esforços no sentido de aumentar a quantidade do pescado entregue ao consumo, para que o peixe não seja uma alimentação somente de ricos, mas, ao contrário, esteja sempre ao alcance de todas as bolsas.

Salientou, ainda, o presidente da Caixa de Crédito da Pesca, que o sr. Getulio Vargas tem dado apôio e facilidades aos pedidos daquela autarquia, através do Ministério da Agricultura, para que, em breve, o Brasil possua, de fato, uma bem aparelhada e moderna frota de pesca.

PRIMEIROS RESULTADOS

Os primeiros efeitos do aumento da produção de pescado, iniciado pela atual administração da Caixa, já se fizeram sentir, como ficou claramente demonstrado no período da Semana Santa, quando o povo pôde encontrar peixe abundante e barato, tendo havido mesmo sobra do produto, coisa, aliás, que nunca tinha acontecido antes.

Não será de estranhar que, seguindo a mesma orientação esclarecida e dinâmica que vem tendo até a presente data, a Caixa de Crédito da Pesca consiga, em espaço de tempo relativamente curto, executar todo o seu plano de amparo e incentivo à indústria pesqueira. O dr. Jorge Duque Estrada, como conhecedor profundo dos assuntos concernentes à pesca, à produção e à economia em geral, tem sido um autêntico pioneiro da modernização das atividades dos pescadores, proporcionando-lhes a indispensavel ajuda, que se expressa em múltiplos aspectos com a objetividade de um administrador clarividente e prático. O empreendimento que ora se pretende levar a bom termo confirma nossas apreciações, pois constitui uma velha aspiração dos pescadores do Estado de Santa Catarina, sendo, ao mesmo tempo, motivo de justa satisfação para todos os brasileiros, pois representa uma contribuição valiosa para o progresso de um dos principais ramos da [illegible] alimentícia do país e, consequentemente, fonte de enriquecimento de nossa terra.

MOÇÃO DE SIMPATIA AOS TRABALHADORES DA AMERICA

O EMBAIXADOR

JOÃO NEVES LANÇA UM REPTO

Pedindo uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a sua ação na questão do petróleo — Resposta às acusações do deputado Euzebio Rocha

O ministro João Neves da Fontoura fez, ontem, à imprensa, as seguintes declarações a propósito do discurso proferido pelo deputado Euzébio Rocha, na sessão de 16, da Câmara dos Deputados:

— Ao regressar hoje de minhas férias, as primeiras que tomei após 14 meses de Govêrno, fui informado do ataque desfechado contra mim, na Câmara dos Deputados, pelo sr. Euzébio Rocha, atribuindo-me estar eu, em matéria de exploração do petróleo brasileiro, a serviço dos trustes internacionais. O clichê



Ministro João Neves da Fontoura

está muito gasto, mas enfrentarei o assunto como devo. Não conheço o meu agressor, mas conheço a agressão agora renovada com a velha técnica sensasionalista. Já a destruí cabalmente — em exposição aos membros das Comissões de Relações Exteriores do Senado Federal e de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados — a 29 de maio do ano passado. Não me eximo, entretanto, a rechaçá-la outra vez. Fique a opinião pública ciente, em primeiro lugar, de que nunca tomei a mínima — note-se bem! — a mínima parte em quaisquer soluções do Govêrno relativas à exploração do petróleo. O projeto da Petrobras S.A., eu o li nos jornais tanto quanto — creio eu — os demais ministros de Estado não interessados diretamente no assunto. Isso não quer dizer que não o aplauda em suas linhas fundamentais.

Até hoje, tudo quanto fiz em relação a êsse grave problema da economia brasileira, foi, em cumprimento das instruções do sr presidente da República, apoiar nos Estados Unidos, durante a Conferência dos Chanceleres, a encomenda, para o Govêrno Federal — note-se bem! — e só para o Govêrno Federal, de material e aparelhagem destinados à prospecção do petróleo, no valor de 8 milhões de dólares. Nem sequer vi a encomenda, diretamente encaminhada pelo então presidente do Conselho Nacional do Petróleo, sr. general João Carlos Barreto. Limitei-me só e só a pleitear — conseguindo-as — as prioridades e alocações necessárias. O mesmo ocorreu com a fabricação das refinarias, quer as oficiais já em curso (Cubatão e Mataripe), quer as de iniciativa privada. Mas estas últimas devem caber na aspiração dos mais extremados nacionalistas existentes e por existir, pois pertencem a brasileiros e só a brasileiros natos, na forma da lei em vigor, graças ao antigo Decreto-lei do sr. Getulio Vargas.

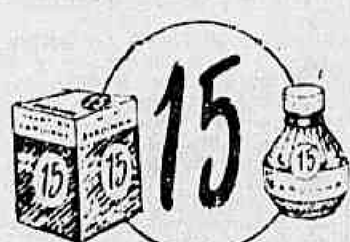
Finalmente, cumpre-me dizer que, falando de volta dos Estados Unidos àquelas Comissões da Câmara e do Senado, reduzi a nada a infâmia dos comunistas e anexos contra mim. Nessa ocasião afirmei: "Eu sou pessoalmente em favor da exploração estatal das riquezas do nosso subsolo, mas sou partidário de que façamos um balanço das nossas possibilidades de explorá-las e de que lancemos mão à obra sem maiores delongas". Como se vê, pronunciei-me inteiramente contra quaisquer trustes, sendo um ponto de vista claro e preciso.

Isto posto, pouco importa que os comunistas e seus associados me elejam, comodamente, para-raio de suas fúrias e protérvias, cientes e conscientes, ou mesmo inconcientes de que atacam uma pessoa inteiramente estranha a qualquer intervenção nas deliberações que o Govêrno tenha adotado sôbre a questão do petróleo.

Na verdade, a solução dêsse caso depende atualmente do Congresso Nacional e de mais ninguém. Tudo o mais quanto se disser não passa de manobra diversionista, de fundo acentuadamente político-partidário. Requeira o deputado Rocha — é êste o meu repto — uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a minha ação neste ou em qualquer outro plano do serviço público e traga as provas de que eu esteja em favor direto ou indireto de trustes internacionais. Não desejo outra coisa e, forte na retidão do meu caráter e na limpidez de minha vida pública, acorrerei com prazer à presença dos parlamentares. Rendo meus agradecimentos, os mais sinceros, aos ilustres deputado Flores da Cunha, Berbet de Castro, Brochado da Rocha, Adroaldo Mesquita da Costa, Fernando Ferrari e outros que não foram mencionados na crônica jornalística.

Numa Câmara tão numerosa o agressor ficou sòzinho. Ainda bem!"

SARDINHA



A NOVA TINTA PARA CANETAS

A VENDA EM TODAS AS PAPELARIAS E ARTIGOS PARA ESCRITÓRIOS DE NOSSA FABRICAÇÃO

Senado, 218 - Tel. 32-0911
Caixa Postal, 1031 —
Teleg. SARDINHA

Doenças Nervosas e Mentais

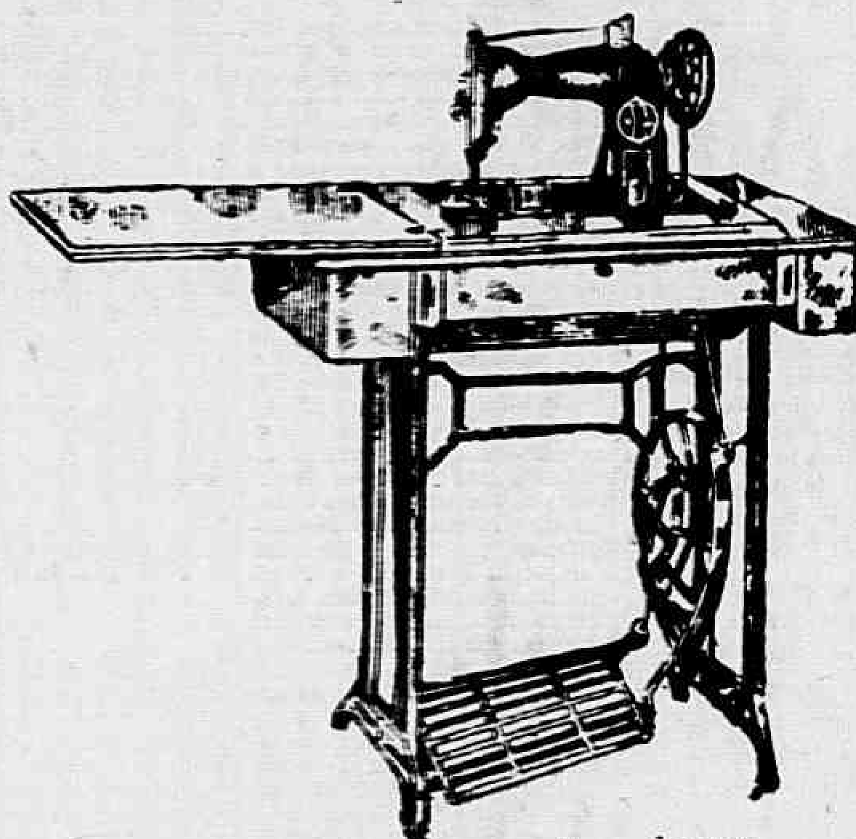
DR. HUMBERTO ALEXANDRE

Serviço de Eletrochoque a Domicílio

ALCINDO GUANABARA N.º 15-A, 1.º AND.

2.ª, 4.ª e 6.ª das 14 às 16 horas
Tel.: 22-4093 — Res. 46-3652

100 CRUZEIROS MENSAIS



Vendas diretas ao público por conta das Fábricas

por Esperança de Barros Costa & Cia.

Avenida Passos, 36 e 38 — Telefones 43-2421 e 43-6780 — A maior casa do Brasil em Rádios, Bicicletas, Máquinas de escrever, Enceradeiras, Roupas sob medida, Lustres e qualquer aparelho elétrico, tudo na base de

100 CRUZEIROS MENSAIS

QUEDA DOS CABELLOS
JUVENTUDE ALEXANDRE
EVITA A CALVICIE

COMISSÃO DE ABASTECIMENTO DO NORDESTE

NOTA

Havendo o mesmo vespertino que propalou a falsa história dos "gêneros pôdres", veiculado agora nova calúnia contra as atividades desta Comissão nos Estados do Nordeste, a CAN, num gesto imediato de quem nada teme, mandou reproduzir o noticiário daquele vespertino nos jornais dos Estados interessados, a fim de que o próprio povo fizesse o julgamento e se manifestasse.

Recebidas as informações solicitadas aos Governadores dos Estados e Representantes da CAN, autoridades diretamente responsáveis pela distribuição de gêneros e, portanto, particularmente visadas pela calúnia, foram elas sucessivamente publicadas nos jornais desta Capital. Tais respostas, como o público teve ocasião de verificar, desmentem formalmente, com números e dados previstos, a nova falsidade do aludido vespertino.

Centenas de telegramas, até dos Municípios mais longinquos do Nordeste, estão sendo também recebidos, desfazendo a intriga em que se pretendeu levianamente envolver os serviços da CAN. Êsses telegramas que, devido ao grande número, não podem ser publicados, estão à disposição dos representantes dos Estados nordestinos no Senado e na Câmara, da Imprensa e de quaisquer interessados no conhecimento da verdade.

O Presidente da CAN acaba de receber ofício do Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará comunicando que, por deliberação unânime, a casa resolveu solicitar a instalação de um Pôsto da CAN em cada Município do Estado. Tal deliberação de todos os partidos representados naquela Assembléia constitui, em qualquer regime democrático, verdadeiro voto de confiança. Existissem o açambarcamento e as graves irregularidades levianamente propaladas pelo referido vespertino, não se compreenderia tão completa prova de confiança por parte da unanimidade dos Deputados estaduais cearenses.

Sempre haverá em qualquer dos Estados nordestinos, quem faça, por ignorância ou má fé, acusações à CAN. Seria estultice pensar que algum homem ou instituição recolherá os aplausos de tôda uma população. Muitos interêsses, tanto políticos como comerciais, foram sèriamente atingidos pelas atividades da CAN em socorro das populações flageladas. Para citar apenas um caso, no Ceará, a CAN fêz apreender uma partida de gêneros devidamente requisitada para os trabalhadores de um açude construido em regime de cooperação e que, criminosamente, havia sido desviada, sendo entregue a comerciantes em Fortaleza, para os mesmos se beneficiarem da diferença do preço. Após a apreensão, a CAN solicitou abertura de inquérito e, afinal, publicou a lista dos responsaveis pelo desvio, cancelando seus nomes de futuros fornecimentos. Êsses, como tantos outros, prejudicados em seus interêsses, inconfessáveis, são vozes naturalmente acusadoras da CAN.

A direção da CAN está continuamente inspecionando os serviços nos Estados, através de emissários de tôda a confiança, que examinam rigorosamente as distribuições feitas e a respectiva contabilidade. Além disso, cada descarga, nos portos nordestinos, é assistida sempre por um representante seu, especialmente enviado e com prática de operações de descarregamento. Não têm, pois, cabimento nem merecem atenção, insinuações feitas por viajantes apressados que só conhecem as atividades da CAN por ouvir dizer, sem nem sequer terem se dado ao pequeno esfôrço de procurar os responsaveis para qualquer esclarecimento, como é elementar dever moral de um homem público, principalmente quando acusa.

Esta Comissão distribui Comunicados, dando conta de suas atividades, a todos os Senadores, Deputados, Prefeitos, Jornais e Estações de Rádio dos Estados nordestinos e, até hoje, não recebeu dos mesmos denúncia de qualquer desonestidade. E sempre prestou imediatamente informações por êles solicitadas.

Continua de pé o desafio do governador José Américo, apoiado pelos demais Governadores, para que o jornal caluniador mande representantes seus examinar os serviços da CAN nos Estados nordestinos.

O que não pode a CAN é acompanhar o vespertino divulgador da nova calúnia ao terreno do insulto pessoal, para que êle descambou em desespêro de causa, como sempre acontece aos que são pilhados em flagrante e deliberada falsidade. — Rio de Janeiro, 17 de abril de 1952.

Impugnadas as credenciais – Paul Ramadier elogia o discurso do presidente Vargas – Outras opiniões – Destacada posição da delegação brasileira – Constituição de comissões

Na manhã de ontem, a V Conferência Inter-Americana do Trabalho realizou a sua segunda reunião plenária, sob a presidência do ministro Segadas Viana, que ao iniciar os trabalhos pronunciou um discurso abordando questões relacionadas com a legislação do trabalho em nosso país e a sua extensão aos trabalhadores do campo.

Em seguida, de acôrdo com a ordem do dia, e resolvido nos respectivos grupos, o sr. Luiz Augusto do Rego Monteiro, em nome dos delegados governamentais indicou o nome do sr. Rabagliatti, ministro da Saúde Pública e Assistência Social do Peru, para vice-presidente. O deputado Euvaldo Lodi, pelas representações patronais, sugeriu o nome do sr. José Manuel Sanches, da Venezuela. O sr. Paulo Baeta Neves, pelo grupo operario, sugeriu o nome de Angel Cofino, de Cuba.

Eleitos os três vice-presidentes do plenário, passou-se à escolha da Comissão de Proposições, que ficou assim constituida:

Governamentais: — Brasil, Uruguai, Colúmbia, Equador, República Dominicana, México e Venezuela.

Empregadores: — Argentina, Brasil, Canadá, Colômbia, Cuba, Peru, Uruguai e Estados Unidos.

Operários: — Cuba, Estados Unidos, Colômbia, Canadá, Brasil, Argentina, Peru e Uruguai.

Subiram, depois à Tribuna do plenário, vários oradores para declarações de agradecimento, e, em seguida, o deputado Euvaldo Lodi, que disse desejar fazer a primeira manifestação oficial, como presidente do grupo dos empregadores, uma moção de simpatia e saudação aos trabalhadores das Americas. E fez, então, uma exaltação aos nossos operários, dizendo que todos os esforços no sentido de melhorar as suas condições de vida e bem estar mereciam dos homens das empresas a melhor acolhida e o mais decidido apoio.

APOIO

O delegado do Panamá, sr. José Ignacio Quiros y Quiros, em nome dos delegados governamentais, aplaudiu o sentido de conciliação do discurso do deputado Euvaldo Lodi, que na sua opinião mas parecia um discurso obreiro do que de um homem de indústrias. Acrescentou que essa demonstração evidenciava o que eram as Américas. Congratulava-se assim, com o grupo patronal da Conferência, pelo sentido social de sua orientação e pelo preito de justiça que prestava aos trabalhadores em geral.

DESIGNAÇAO

O ministro Segadas Viana acaba de designar o sr. Desidério Tibiriçá para secretário geral da Conferência Inter-Americana do Trabalho, em substituição ao sr. Péricles Monteiro, que se afastou dessas funções por motivos de saúde.

O novo secretário da Conferência é diretor geral do Departamento de Administração do Ministério do Trabalho e membro do Conselho Superior da Previdência Social.

O sr. Péricles Monteiro, entretanto, continua na delegação brasileira, como conselheiro técnico, tendo merecido ontem uma expressiva manifestação de apreço pelos trabalhos que promoveu na organização da V Conferência Inter-Americana do Trabalho.

IMPUGNAÇAO

O grupo operário da V Conferência Inter-Americana do Trabalho e a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, impugnaram as credenciais dos delegados operários da Venezuela, onde o Govêrno fechou as entidades sindicais e confiscou seus bens. A referida delegação não tendo sido indicada por representações operarias não tera acesso às reuniões do seu grupo, nem direito a voto.

EXALTAÇAO

O sr. Paul Ramadier, ex-primeiro ministro de França e atual presidente do Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, em palestra com os jornalistas, enalteceu o discurso pronunciado pelo Presidente Getulio Vargas na abertura do conclave, dizendo: — "A oração do chefe do Governo brasileiro foi uma peça cheia de inteligência, revelando um alto descortínio político e uma visão ampla dos problemas sociais do momento".

O sr. Alezandro Brizuela, delegado da Venezuela, opinando, também, sôbre o discurso de Vargas, afirmou que, no seu entender, traduziu um legitimo anseio de justiça social. As palavras do presidente Getulio Vargas afirmou sôbre a imperiosa necessidade de estender os benefícios da legislação social aos trabalhadores do campo, constituem uma afirmação corajosa e inédita de um governante que deseja a felicidade de seu povo, sem distinção de classes ou grupos".

Angel Cofino, um dos dirigentes da Confederação Geral de Trabalhadores de Cuba e suplente operário no Conselho de Administração da OIT, manifestou os seus aplausos àquele discurso, declarando: — "Vargas é um autêntico lider das massas trabalhadoras porque sabe interpretar-lhes os anseios e as reinvindicações. Foi objetivo".

O delegado Kayser, dos Estados Unidos resumiu as suas impressões numa expressiva frase: "Um discurso ótimo".

Na reunião do grupo operário, a oração presidencial foi objeto de vários comentários, merecendo o apoio indistinto de todos os delegados. O mesmo ocorreu na reunião do grupo patronal, participante da Conferencia cujos representantes teceram considerações elogiosas à maneira como Vargas encarou os problemas sociais do Brasil no mundo.

VITÓRIA

A representação brasileira obteve destacada posição na Quinta Conferencia dos Estados da América Membros da Organização Internacional do Trabalho. Ao Brasil foram atribuidos nesse conclave três dos mais importantes cargos: — presidenta da Conferência, ministro Segadas Viana; presidente do grupo patronal, Deputado Euvaldo Lodi e presidente do grupo operario, Paulo Baeta Neves. Os brasileiros deverão ainda emprestar a sua colaboração nas três comissões gerais e nas subcomissões.

As delegações americanas, impressionadas com o discurso do presidente Getulio Vargas sôbre o trabalho agricola, desejam entregar a presidência dessa comissão geral.

A escolha das respectivas mesas das comissões deverá estar completada no dia de hoje devendo ter início, na próxima segunda-feira os seus debates especializados.

VISITA

A Delegação patronal do Brasil esta funcionando sob a orientação do deputado Euvaldo Lodi e colaboração do ministro Waldemar Marques, Arthur Pires e Osmário Ribas.

Na primeira reunião do grupo dos empregadores, o sr. Euvaldo Lodi franqueou aos membros dêsse grupo o conhecimento das organizações, quer de caráter industrial, comercial e de transportes, bem como, falando da existência das instituições de assistência social e amparo dos trabalhadores, mantidas em nosso pais, pelos próprios empregadores, como medida de proteção e redenção do homem, como elemento primordial na formação e desenvolvimento das riquezas.

"DIA DO INDIO"

Hoje será comemorado em tôda a América o "Dia do Indio". Tambem a sessão plenária da V Conferência Inter-Americana do Trabalho prestará uma breve cerimônia, devendo falar seu presidente, ministro Segadas Viana, e o secretário geral, sr. Jef. Rens. Será lido o comunicado especial das Nações Unidas da OIT, anunciando o envio a Bolivia, Peru e Equador, de uma missão conjunta das Nações Unidas, do OIT, da Organização de Allmentação e Agricultura, Organização Mundial de Saúde da UNESCO, para estudar os problemas das populações aborigenes do altiplano andino. Tambem será lida a mensagem especial do general Cândido Rondon, presidente do Conselho Nacional do Serviço de Proteção aos Indios.

SEGUNDA-FEIRA SERAO REALIZADAS AS REUNIOES

PETROPOLIS, 18 (Do enviado especial da Agencia Nacional) — Os trabalhos da Quinta Conferência dos Estados da America membros da Organização Internacional do Trabalho, estão se desenvolvendo dentro na mais absoluta cordialidade. Os representantes governamentais, patronais e operários, realizando as suas reuniões normalmente, preparam-se para as sessões das Comissões de Métodos de Remuneração, Trabalho Agricola e de Seguridade Social, que serão iniciadas a partir de segunda-feira. Ao que tudo indica, somente daquele dia em diante serão debatidas as teses apresentadas pelos diversos grupos. Já na segunda-feira, segundo conseguiu apurar a reportagem, a primeira Comissão terá a seu cargo o estudo de um trabalho, de autoria da representação governamental brasileira, a respeito da remuneração. Outros trabalhos e sugestões serão encaminhados, de modo que, ao fim dos debates, chegue o organismo a uma resolução que será encaminhada aos governos dos paises participantes do conclave.

TRABALHO AGRICOLA

PETROPOLIS, 18 (Do enviado especial da Agencia Nacional) — A Comissão de Trabalho Agricola é considerada uma das mais importantes da Conferencia dos Estados Americanos, em virtude da tarefa que lhe foi atribuida. Ela terá que preparar as resoluções que serão encaminhadas aos governos das Americas em torno da aplicação da legislação trabalhista ao homem do campo. Pràticamente, dois ou três paises do Continente possuem legislação mais objetiva sobre o assunto, estando os demais na dependencia de estudos mais acurados e decisivos para a promulgação de leis identicas.

Uma iniciativa de fundamental importância econômica do sr. Getulio Vargas

O Instituto Nacional do Pinho plasmou o verdadeiro padrão da autarquia reguladora da produção, como valioso elemento auxiliar da administração pública

Foi o Presidente Getulio Vargas o primeiro, entre quantos dirigiram até hoje os destinos do pais, a dar substância e corpo à indústria madeireira, depois de mais de quatro séculos de vicissitudes e crises sucessivas.

Ninguém desconhece que a exploração florestal constitui, quando bem orientada, fonte de renda de inapreciavel importância, por isso que representa reserva de energia, capaz de renovar-se por si mesma, indefinidamente.

Apesar disso, a indústria madeireira viveu aos azares da própria sorte, desamparada dos poderes públicos, desde os recuados dias da Colônia, não obstante ter sido o comércio de madeiras o mais antigo, entre tôdas as atividades produtoras em nossa terra.

Mal chegados aqui, os descobridores iniciaram a exportação dos nossos lenhos preciosos que começaram a ser absorvidos em crescentes quantidades. Estabelecida empiricamente, norteada apenas pelo lucro fácil, a indústria extrativa se concentrou, de preferência, no norte do pais, de onde foram retiradas, de inicio, as toras destinadas à tinturaria e, posteriormente, a madeira de construção civil e naval e de carpintaria.

Nos Estados do Sul, o corte e a industrialização da madeira representa atividade predominante, por isso que contribui para o erário de cada um deles com a maior parcela da sua receita.

Nessas condições, haveria necessariamente de ser disciplinada a fim de que a economia daquelas unidades federativas pudesse auferir as vantagens de um trabalho proficuo e ordenado.

O Instituto Nacional do Pinho, criado pelo Sr. Getulio Vargas, há 11 anos, teve o efeito de pôr fim à situação caótica em que se encontrava a indústria madeireira, cujo trabalho, por força da desorganização reinante, criara uma ameaça para a sobrevivência do nosso patrimônio florestal do sul do pais.

Limitando o trabalho das serrarias às verdadeiras possibilidades de transporte ferroviário, com essa providência foi poupado, para o futuro, um número substancial de árvores, cujo valor econômico aumenta, cada vez mais, não só pela valorização natural, como pelo crescimento lenhoso que lhe traz ponderável aumento de substância nos produtos em que é desdobrado.

Graças à limitação do trabalho das serrarias, foi possivel instituir a disciplina dos mercados externos, da qual decorreu, naturalmente, a obtenção de preços justamente remuneradores para o nosso produto.

A posição conquistada da madeira nacional se firmou de tal modo entre os consumidores de fora que chegou ela a alcançar 96% das importações argentinas de pinho serrado.

Com a ausência do Senhor Getúlio Vargas do govêrno, foram afrouxados os contrôles do Instituto Nacional do Pinho, não só com o aumento de produção, injustificavelmente permitido, como pelo abandono da política concernente aos mercados externos, onde, hoje, a nossa madeira está encontrando dificuldade de colocação.

Novamente à frente dos destinos do pais, o Presidente Vargas voltou as suas vistas para a situação dêsse importante setor da indústria nacional, para lhe dar o verdadeiro amparo de que necessita.

Atravessando uma fase perturbada por motivo do fechamento dos mercados estrangeiros, decorrente da suspensão das operações vinculadas, a classe madeireira recebeu do primeiro magistrado a segurança de que seria encontrada uma fórmula para a colocação dos excedentes exportáveis da madeira.

Com o conhecimento pragmático das coisas do govêrno e orientado pela experiência segura adquirida no trato dos negócios do Estado, o Presidente Getulio Vargas confiou a direção daquela entidade para-estatal à própria classe, tirando nos seus quadros, através da indicação de um dos seus leaders mais autorizados, o Senhor Pedro Sales dos Santos atual Presidente do INP o que importa em dizer que êsse órgão regulador da produção é auto-dirigido e busca manter o verdadeiro padrão da Autarquia econômica como elemento auxiliar de administração pública.

CLINICA DE SENHORAS E CRIANCAS

Dr. Vasconcellos Cid

2s, 5s e sábados
das 15 às 18 horas

RUA MEXICO, 21 — 19.º ANDAR — TELEFONE 52-9437

GINECOLOGIA E PEDIATRIA

Dra. Margarida Grillo Jordão

RUA MEXICO, 31 — 10.º AND. — 2as., 3as., 5as. e 6as.-feiras

Tel. 22-4317 — Res.: 26-7456, das 13 às 17 hs.

Dr. Spinosa Rothier

Doenças sexuais e urinárias. Lavagem endoscópica da vesicula, Próstata — R. SENADOR DANTAS, 45-B — Tel.: 22-3367

De 1 às 7 horas

A MANHÃ

DIRETOR — PLINIO BUENO

Redação, gerencia e oficinas: Rua Sacadura Cabral, 43
Telefones do Diretor: 43-3079 e 43-5264 (ramal)

Gerente — ALARICO LISBOA

Telefones: 23-4479 e 43-5264 (ramal)
Departamento de Publicidade: ARTUR VEIGA
Telefones: 43-6967 e 43-5264 (ramal)
Secretário da Redação: ADÃO CARRAZZONI
Telefones: 43-6968 e 43-5264 (ramal)

SUCURSAL DE SAO PAULO: José Luiz Gonçalves da Silva — Rua 7 de Abril, 176 — 5.° andar — sala 52 — Tel. 33-3390

Venda avulsa, assinaturas e expedição: rua Sacadura Cabral, 43
Composição e revisão: tel. 43-5552; impressão e distribuição, 43-5262

Assinatura: anual, inclusive rotogravura, Cr$ 180,00; semestral, Cr$ 90,00; dominical, apenas, Cr$ 50,00 Número avulso, Cr$ 0,50; domingo, Cr$ 1,00
EM TODAS AS CAPITAIS BRASILEIRAS (Por avião)
Dias uteis: Cr$ 1,00. — Domingos: Cr$ 1,50.

ANO XI — Sábado, 19 de abril de 1952 — N.° 3.284

ASSISTENCIA SOCIAL NA REDE FERROVIARIA DO NORDESTE

Gercino de Pontes

(Especial para A MANHÃ)

CHEGANDO à conclusão de que a assistência social prestada pela antiga "Great Western", não obstante com extensão, como vimos domingo passado, carecia de profundidade, no conhecer os problemas da família ferroviária e puder assisti-la sempre que fosse possivel, comissionei o sr. João Vasconcelos, nosso alto auxiliar, o qual passou mais de um mês em São Paulo e Rio, visitando tudo o que a respeito havia naqueles centros ferroviários.

Não posso transportar todas observações por ele feitas, mas estou certo que o seu autor oportunamente fará conhecer dos nossos leitores as suas impressões.

Analisados convenientemente os elementos colhidos, cotejados com o que já existia e procurando sistematizar o trabalho para lhe dar eficiencia, chegamos a esboçar um plano que vamos pôr em execução, a titulo provisorio.

Reunimos toda Assistencia Social numa repartição dinamica, com, apenas 6 empregados de qualidades experimentadas e idoneidade comprovada, tirados dos quadros atuais, que exercerão, em comissão, as tarefas distribuidas.

O objetivo fundamental é prestar amparo aos ferroviários, temporariamente necessitados ou desajustados, inclusive pessoas da familia e que vivam sob mesmo teto e na dependencia economica do chefe da casa.

Correndo paralelamente a esta ação direta, incumbe a ASP a animação dos esportes e diversões; a fiscalização da educação profissional e primaria; o estimulo e cooperação para todas iniciativas destinadas a elevar a classe ferroviária, dando-lhe inteira confiança em si mesma e perfeita conciência do papel relevante que desempenha na sociedade e no progresso nacional.

No amparo ao lar do ferroviário, mediante inquerito em que serão considerados o salário, o numero de pessoas dependentes, os seus recursos materiais, as circunstancias atuais ou acumuladas que concorreram para as dificuldades com que luta e de que precisa se libertar, entrará o trabalho das visitadoras ou assistentes sociais, que serão contratadas, à proporção que os casos forem aparecendo, sobretudo, para atuarem nos lares em que apareçam problemas intimos da familia a serem solucionados.

A ajuda será prestada: a) sob a forma de adiantamento a ser reembolsado, total ou parcialmente, conforme o caso; b) como cooperação em casos de doenças graves, de parto, de acidentes e de subito falecimento, pesadas as carencias e considerada a urgencia do socorro, até que a Coop. Beneficente ou a Caixa de Pensões interfiram; c) de preparação de documentos para legalizar o ferroviario e sua familia na Caixa de Pensões; d) de andamento de processos na mesma Caixa, para obtenção dos auxilios doença ou pensão ao ferroviário e seus herdeiros; e) necessidades escolares dos filhos de empregados que revelaram gosto e aproveitamento nos estudos e se virem subitamente em dificuldades de prosseguirem na sua educação; f) providencias para prevenção dos acidentes e reabilitação dos acidentados.

Além do amparo pessoal haverá assistencia à coletividade que se processará: I) pela orientação dada às associações diversionais, esportivas, beneficentes e cooperativa, prestigiando-as e auxiliando-as na realização dos seus objetivos e bem-estar social e economico; II) fiscalizando e providenciando o perfeito funcionamento dos refeitorios, da distribuição de fardamento e das casas pertencentes à Empresa, em vilas destinadas aos seus empregados; III) animando as festas, os torneios e até promovendo-os quando e onde tradicionalmente êles se realizam com a participação dos ferroviários; IV) estreitando os laços de amizade da classe, para que se mantenha sólido o espirito ferroviário, consciente da dignidade, da sua missão, elevando o conceito da familia, de sorte a todos se sentirem irmãos, nas alegrias e nos sofrimentos, que a vida intensa e às vezes dura lhes impõe ao serviço do bem publico.

Com o que nós projetamos não devem esperar os ferroviários que realizemos milagres. Também não pretendemos distribuir caridade, mas sim oferecer ajuda, verdadeira assistencia que pela sua maneira pratica de aplicação infunda confiança e eleve a moral, tonificando o caráter dos nossos companheiros.

Devemos por todos os meios evitar os abusos que uma obra desta natureza às vezes carreia, para que os fins de cooperação sejam atingidos sem desvirtuar os seus principios básicos. Daqui a cooperação e compreensão que esperamos de todos os ferroviários e suas excelentissimas familias, desde os chefes mais graduados até os mais humildes servidores da Estrada, temos a certeza de levar este programa para frente sem as dificuldades burocraticas que, infelizmente, muitas vezes desvirtuam, pela demora serviços desta natureza.

Eis esboçado o plano que será posto em pratica, inicialmente no Recife e adjacencias e irá se estendendo dentro das possibilidades, de sorte a cobrir toda a Rêde Ferroviária do Nordeste, de Nova Cruz a Colegio, do Recife a Maceió, Cabedelo, Campina Grande e Afogados de Ingazeira, sem esquecer os ramais, num unico proposito de tornar amena e agradavel a vida do ferroviário e sua familia. E todos nós que estamos com a responsabilidade da sua direção só descançaremos quando realizarmos o que estiver ao nosso alcance em beneficio da Familia ferroviária, empenhado em dar aos que nos ajudam toda a dedicação, interesse e esforço, por torná-los mais felizes na sua profissão, mostrando ser digna de qualquer sacrificio a tarefa que Deu lhes confiou, em nossa terra, dar bons transportes ao Brasil.

IDEIA ESDRUXULA ☆

FOI, sem dúvida, esdrúxula essa idéia dos legisladores, fulminada pelo veto presidencial, sôbre o qual deverá o Congresso pronunciar-se dentro de breves dias, de reservar os cargos em comissão nos Institutos e nas Autarquias aos funcionários dos respectivos quadros. Esdrúxula, porque está em absoluto desacordo com os princípios que sempre regeram entre nós a matéria, e vigorantes no Serviço Público Federal.

Êsse último ponto, aliás, foi salientado pelo sr. Getulio Vargas, nas razões do seu veto. A medida foi parcial, uma vez que atingiu, essencialmente, o parágrafo segundo do Artigo primeiro do projeto de lei elaborado pela Câmara. O artigo segundo, também vetado, nada mais era que uma decorrência do primeiro, para ressalvar as situações já existentes, o que se torna desnecessário com a supressão daquela parte do artigo anterior. Mas que dizia, afinal, o dispositivo incriminado? Dispunha que o provimento dos cargos em comissão, nos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, bem como nas entidades autárquicas e para-estatais, só poderia ser feito dentre os servidores efetivos dos mesmos.

Tal restrição, como já dissemos, aberrava de todos os princípios até hoje aplicados entre nós, e do próprio sentido dos cargos em comissão. Pois êstes abrem justamente um claro nos quadros efetivos do funcionalismo, para permitir o aproveitamento de técnicos de reconhecida competência, — ou até de representantes dos associados contribuintes no caso dos institutos de previdência. E' mesmo uma possibilidade dêstes últimos exercerem fiscalização sôbre os dinheiros que lhes são descontados, — fiscalização que, na verdade, talvez não agrade a muitos burocratas...

E' frequente, sem dúvida, serem aproveitados em cargos de comissão funcionários dos próprios quadros, perfeitamente enfronhados nos assuntos. Mas deve permanecer sempre aberta a possibilidade do aproveitamento temporário de outros elementos categorizados e credenciados, cuja colaboração não seria possivel de outra forma. Essa possibilidade é que o sr. Getulio Vargas procurou assegurar, vetando a esdrúxula restrição.

☆ As deformações do progresso

ESTA' a humanidade empenhada a fundo em reconquistar-se a si mesma. A supremacia das fôrças economicas ameaça, em cada canto, as conquistas do espirito. A ronda dos perigos é grande. Miséria e fartura mostram-se ou escondem-se nas oscilações oceânicas do progresso feito pela máquina. A civilização desorientada pela vitória da fôrça industrial, confunde e escraviza o homem. A cidade fustiga o campo, provocando o êxodo rural. E o peão, o camponês, o sertanejo, o matuto, deixa a roça pelas luzes cosmopolitas que o atraem aos fócos pestilenciais das favelas e das cabeças de porco.

A correção de tais desvios não pode ser retardada. Ou os povos reagem ou serão aniquilados. Os processos de destruição encontram estimulos na própria desorientação dos homens. Entretanto, é possivel aplicar métodos corretivos, aptos a proporcionar resultados à altura dos males existentes. A correção pelos meios naturais ainda é o maior recurso que o ortopedista procura antes do remédio cirúrgico. No cáos social contemporâneo, em que a população do mundo cresce e a produção de viveres não lhe acompanha a curva do desenvolvimento, a orientação a seguir está em assistir o homem do campo no próprio campo.

As invenções, as descobertas, as criações do genio humano que servem para construir o bem-estar social na cidade tambem se podem aplicar ao campo. A intervenção do Estado ai é portanto oportuna e salvadora. Não para tolher. Mas para eliminar desniveis, perniciosos, estimular a livre iniciativa e proporcionar oportunidades iguais a todos.

E' em suma, o caminho da reforma agrária. E' a cessão das terras devolutas do Estado ao peão, ao roceiro pobre, confiando-se-lhe ajuda e meios para que êle possa prosperar e sentir apêgo ao seu pedaço de chão. Fixado no seu meio, dono de uma gleba que lhe dê acesso pelo trabalho a justo quinhão de sossego economico, ele não mais contribuirá para a deformação do progresso.

Esse quadro contemporâneo foi implicitamente delineado na magistral oração com que o presidente Getúlio Vargas saudou os participantes da V Conferência dos Estados da América, membros da Organização Internacional do Trabalho, ora reunidos em Quitandinha. Esse, é o rumo que o Brasil escolheu. Esse é o rumo que as nações amantes da paz e da liberdade individual, avidamente, procuram — e para isso aqui vieram trocar idéias, precisamente no seio do povo pioneiro da legislação pronunciadora da eliminação das desigualdades sociais.

Hemofluidina — Na artério esclerose.

DIGA SUA DÚVIDA

Antônio [illegible]

(Publica-se às terças, quintas e sábados)

Milton (Rio) — (1) "Que diferença ha entre espiritismo e espiritualismo?"

Espiritualismo é a crença num mundo espiritual, ao lado deste mundo material onde nós vivemos.

Espiritismo é a doutrina espiritualista que admite comunicações entre o mundo material e o espiritual.

(2) "Por mais que procure, não consegui encontrar em nenhum dicionario o verbo sassaricar. Parece-me um neologismo feito às pressas".

De fato, não encontrei em nenhum dicionário.

Que é um neologismo, é, mas, feito às pressas, não sei.

O termo não é d'agora. Conheço há perto de oito a dez anos.

Não aventuro origem alguma.

O vocábulo apresenta um redobro de franco caráter onomatopéico e frequentativo: sa-sa, dando idéia de agitação e imitando o barulho desta agitação; -icar, trazendo idéia de diminutivo, cfr. bebericar, etc.

Sassaricar será assanhar-se com gestinhos, com pulinhos. Em sentido material. Terá outros sentidos figurados...

José Medeiros e Gustavo Bento (Rio) — (1) "Não há inconveniente entre as pronuncias mobiliária (acento tonico no primeiro a), em referencia a casa de moveis, e colchoaria (acento tônico no i), tratando-se de casa que fabrica ou vende colchões?"

Eu pronuncio mobiliaria com acento na silaba ri, mas, nem que pronunciasse com acento no primeiro a, não haveria inconveniente algum, pois as linguas não têm estrutura geométrica; não foram feitas a compasso e esquadro, mas sim pelo capricho humano.

(2) "Cumprimento-o e a Exma. familia? Com ou sem crase?"

Com crase.

O objeto direto, quando representado por um ser animado, pode receber (é bem do genio da lingua) a preposição a.

(3) "O ladrão foi pego ou pegado?"

Pegado.

(4) "Vou levá-lo a casa ou em casa?"

A casa.

(5) "Até Maio os tenentes serão capitão ou capitães?"

Capitães.

(6) "Os sargentos foram promovidos a tenentes ou a tenente."

A tenentes.

(7) "Os Sertões são ou é um bom livro?"

E'.

(8) "Os soldados estão alerta ou alertas?"

Alerta.

(9) "Deve dizer-se F. sofre da vista ou dos olhos?"

Como quiser.

FAZEM-SE TERNOS SOB MEDIDA

Casimira	350,00
Linho	300,00
Brim	250,00
Costume p/senhora	250,00
Manteaux	150,00
Capas de Chantung a partir de	150,00

RUA CAROLINA MEIER, 55 — loja, em frente à Estação do Meier

Sana-Tônico — Tônico e auxiliar no tratamento da sífilis e suas manifestações.

ATOS DO PRESIDENTE

O presidente Getúlio Vargas recebeu telegrama do general Góis Monteiro em que este comunica ter, depois de ótima viagem, chegado a Buenos Aires, onde foi recebido com simpática manifestação por parte do govêrno e povo argentinos.

O presidente Getúlio Vargas recebeu da Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais telegrama de congratulações com S. Exa. pelo programa governamental de incremento à produção agropecuária e hipotecando, ao mesmo tempo, solidariedade ao Chefe do Govêrno.

—o—

Hoje, sábado, de 11 às 13 horas, haverá na portaria do Palácio do Catete, dois livros destinados a receber as assinaturas dos Membros do Corpo diplomático e das altas autoridades que desejarem cumprimentar o Presidente da República, por motivo de seu aniversário natalício.

—o—

A fim de agradecer ao Presidente da República a sua recente nomeação para integrar a Comissão Mista de Imigração de que trata o Acôrdo do Brasil-Itália, esteve no Palácio do Catete, tendo sido recebido pelo ministro João da Costa Lisboa, chefe do Cerimonial da Presidência, o tenente-coronel Geraldo de Menezes Côrtes.

RODA O MUNDO

D. Renault

PRISÕES PREVENTIVAS

ANTIGO membro da Ordem dos Advogados — Jacques Charpentier — censura a Justiça de Paris, pela precipitação ao decretar as prisões preventivas. Como exemplo, êle cita o caso de JOAS (sic) SILVA RAMOS, marido de MONIQUE e o de SIMONE WADIER, acusada do assassinio de seu amante. SIMONE ficou na cadeia durante um ano, e a morte de seu marido fôra acidental. Nada ficou provado, tampouco, contra SILVA RAMOS. E ambos tiveram suas vidas marcadas. Os intimos detalhes de suas existências foram expostos e vendidos nas bancas dos jornais.

A BORRACHA NO PARÁ

O MINISTRO JOAO CLEOFAS segue hoje à noite para Belém do Pará, onde visitará o cultivo da borracha naquela região. Seguirão com a comitiva os deputados OSWALDO ORICO, EPILOGO DE CAMPOS, ARMANDO FALCAO, etc. De acordo com o estudo do deputado ORICO, o titular da Agricultura está interessado em incentivar a plantação da borracha.

DISTRAINDO A FAMILIA

A POLICIA de Chicago prendeu, em flagrante, o cidadão Mischa Vitti, quando este assaltava a agência dos Correios. Mischa levou a mulher e seu filho de quatro anos, para vêr sua proeza. "Isto distrairá meu filho", declarou êle à policia.

IRONIA

ENQUANTO no Rio a crise de moradia é cada vez mais angustiosa, a cidade de Dawson (EE. UU.), tem 800 habitantes e dez mil residências.

HOMENAGEM

O MONTANHA Clube, que tem sede na Estrada Velha da Tijuca, vai homenagear o desembargador SADY CARDOSO DE GUSMAO, no proximo dia 26 de abril, pela sua promoção recente. MAGARINOS TORRES e os juizes MARTINHO GARCEZ e OSNY DUARTE estão em incessante atividade.

ENTRE DOIS FOGOS

NAO SABEMOS se existe o duelo no Texas americano, mas, conta um cronista, que Horace Coleman foi o padrinho de dois homens que iam se bater a pistola. No final do duelo, realizado como mandam os figurinos, Horace levou um tiro em cada perna e os duelistas sairam ilesos.

O SILENCIO E' DE OURO

A JUSTIÇA francesa está julgando o misterioso caso de Robert SCAFFA. Pertencente a uma organização clandestina, SCAFFA foi morto anos atrás, em circunstâncias misteriosas. Estes dias, dois homens afirmaram que têm a chave do mistério, mas, que o silêncio é de ouro. Será o LEOPOLDO HEITOR? Qualquer semelhança é simples coincidência.

LUTO DOS COSTUREIROS

POR achar-se de luto a Côrte britânica, não haverá o tradicional baile do Palácio de Buckingham, durante esta estação. Os convivas do reinado inglês estão se lastimando e muito mais os costureiros de Londres, que vão sofrer um prejuizo de 500.000 libras.

GALLUP

HA MUITO, que desejavamos saber quem é GALLUP, este nome que tem a magia dos números. Qualquer estatistica norte-americana traz esta etiqueta: GALLUP. Nossa curiosidade foi satisfeita. GEORGE GALLUP é o recenseador, que dispõe do serviço estatistico mais perfeito da América. Seu trabalho mais recente, no campo politico dos Republicanos revelou esta cotação: Taft — 34%; Eisenhower — 37%.

OLHOS — DR. HEREDIA — Método Moderno e Eficaz de Tratamento — Rua Buenos Aires, 202 — Tel.: 23-1482

ABSOLVIÇÃO NO PRIMEIRO JURI POPULAR

(Conclusão da 1.ª pág.)

sorteados, dos quais cinco seriam escolhidos, na ocasião, para formar o Conselho de Sentença. Iniciado o sorteio dos jurados que iriam funcionar no caso de Atalibio Ferro e que ficou assim constituido: srs. Waldir de Souza Verocais, Lauro Salles Silva, João Alves Teixeira, Flavio da Silva Nunes e Silvio Cardoso Becker, todos aceitos logo no primeiro escrutinio.

DEMOCRACIA JUDICIARIA

O promotor Lucio Marques de Souza, depois de ler a qualificação do réu passou a tecer considerações sobre o significado daquele primeiro Juri Popular, classificando-o de autêntica "democracia judiciária", porque passava da magistratura togada para o povo, ali representados pelos cinco cidadãos componentes do juri, o exame dos delitos de natureza econômica cujos efeitos o próprio povo quem mais de perto sentia.

Depois alertou os jurados para que não se deixassem impressionar com o aspecto sentimental de que Atalibio Ferro era apenas um empregado e não tinha proveito na majoração do preço. A lei previa isso e preceitua penas mais suaves para os empregados. Mas, nem por isso se deveria deixar de condená-los, porque, em caso contrário, os patrões sempre se acobertariam sob aquela couraça e então estariamos decretando a impunidade absoluta do comércio explorador do Rio de Janeiro. O promotor lembrou também que o fato de se tratar de majoração de maçãs e não de gêneros alimenticios não estava em causa, pois, acima de tudo, houvera desrespeito à tabela e a simples exposição à venda, com preço majorado, era dano em potencial contra a economia doméstica e deixava supor que, ao ser pilhado pelos policiais, já havia lesado numerosas outras pessoas.

A DEFESA

A defêsa do feirante coube ao sr. Hermelindo Castelo Branco, ex-deputado federal, que desenvolveu uma argumentação brilhante e cerrada, rebatendo os pontos que julgara vulneravel na acusação. O ponto principal em que se baseou e que levou a maioria dos jurados a absolver o réu foi o de que Atalibio Ferro tinha também na mesma barraca maçãs deliciosas, que eram vendidas ao prêço da tabela, isto é, a Cr$ 13,50, conforme testemunho dos próprios policiais. Ora, se êle vendia ao prêço da tabela um produto reconhecidamente superior como são as maçãs deliciosas, como é que iria vender a Cr$ 14,00 as maçãs ácidas, isto é, cobrar mais caro por u'a maçã pior, exposta um ao lado da outra. Esta foi a sua tése central, e em tôrno dela teceu a argumentação.

QUESITO ÚNICO

Encerrado o trabalho da defêsa, às 17 horas, o juiz Décio Pio Borges evacuou a sala onde funcionava o Juri e apresentou aos jurados o quesito seguinte: "O réu praticou ou não o crime articulado na denúncia?". Três jurados responderam negativamente e dois de modo positivo. Em vista disso o juiz redigiu a sentença e às 17,20 horas, leu-a para o réu e para o público presente. Atalibio Ferro havia sido absolvido.

Livraria Francisco Alves
Fundada em 1854
LIVREIROS E EDITORES
Rua do Ouvidor, 166 — RIO

CAPOTAGEM ESPETACULAR NA AVENIDA RIO BRANCO

(Conclusão da 1.ª pág.)

Paracaúba, n. 5, na Ilha do Governador, e Arteia de Ataide, com 27 anos, domiciliada à rua Carolina Machado, n. 478, dado a violência da colisão, capotou espetacularmente. Por sorte, tanto o seu condutor como as duas outras ocupantes do auto sofreram apenas contusões e escoriações generalizadas. Socorreu-os o Posto Central de Assistência, donde se retiraram logo após os primeiros cuidados médicos. O motorista do outro carro nada sofreu.

A policia do 7.° Distrito foi notificada, tomando as providências que o caso exigia.

DR. CAPISTRANO
CIRURGIA DA SURDEZ
Ouvidos — Nariz — Garganta
DOC. FAC. MED
Rua Senador Dantas, 20 — 9.° — Tel 22-8868

CAIU E INCENDIOU-SE O AVIÃO DE PASSAGEIROS

(Conclusão da 1.ª pág.)

e os passageiros foram lançados à distância de 400 metros. Segundo a lista de passageiros, o aparelho sinistrado, um "C-46", conduzia 25 passageiros e 3 tripulantes, porém um funcionário da "North Continent Airlines", proprietário do avião, disse que talvez outros dois empregados da companhia se encontrassem a bordo. Apenas 5 cadáveres estavam em condições de ser identificados. Os demais estavam completamente carbonizados.

Este foi o quinto desastre aéreo fatal nos últimos quatro meses. Em Washington, a administração da Aeronáutica Civil suspendeu por 30 dias o direito de vôo da "North Continent Airlines".

Os motoristas e seus problemas

Debates em torno da reforma do Código Penal

Sob a presidência do senador Mozart Lago e com a presença do seu colega, sr. Atilio Vivacqua, reuniu-se, ontem, em assembléia, o Sindicato dos Motoristas Autonomos do Rio de Janeiro, a fim de discutir a questão da reforma do Código Penal, na parte referente aos acidentes do tráfego.

O senador Atilio Vivacqua, que é relator da matéria no Senado, tranquilizou a classe garantindo-lhe que a matéria será reestudada por uma comissão parlamentar mista.

Falaram, também, o juiz Pinto Falcão, o advogado do Sindicato, sr. Rego Monteiro e o vereador Lauro Leão.

Vai reaparecer "A Noite" de S. Paulo

S. PAULO, 18 (Asp) — Noticia-se que o vespertino "A Noite" local vai ressurgir, começando a circular em sua nova fase, no dia primeiro de maio.

Dr. Orlandino Fonseca
(DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA)
Ortopedia — Traumatologia — Fisioterapia
TRATAMENTO DA PARALISIA INFANTIL
Radiodiagnóstico especializado das doenças dos ossos e articulações — Radiografias e tratamento de fraturas a domicilio
RAIOS X
Cons.: Av. Rio Branco, 257 — 5.° and. — S/511 e 513, de 14 às 18,30 horas — Tel.: 22-3757 — Res.: 37-1531
HORA MARCADA

SINTÉTICAS

APLICAÇÃO DO PONTO IV NO ESTADO DO RIO — Com a presença do Comandante Amaral Peixoto, Governador do Estado do Rio de Janeiro, e altas autoridades, realizou-se, ontem, no Ministério da Fazenda, uma reunião da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a fim de discutir problemas de construção e conservação das estradas de rodagem, a aquisição de equipamento agricola para os lavradores fluminenses e o estabelecimento de um vasto plano de energia elétrica no Estado.

* ★ *

CINEMA GRATUITO PARA CRIANÇAS — O programa da primeira "matinée" infantil, a realizar-se no auditório do Ministério da Educação no proximo domingo, dia 20, às 10 horas, constitui-se de desenhos do Instituto Nacional de Cinema Educativo. Ingressos: hoje, das 12 às 17 horas, na sede do Ministério da Educação.

* ★ *

DEBATES DE GRANDES PROBLEMAS — A Difusão Cultural da Prefeitura tomou a si a realização de mesas-redondas, sobre os temas da socialização da medicina, do divórcio, da educação sexual, da arte abstrata, do tribunal do júri, e do presidencialismo, parlamentarismo, etc. A primeira mesa redonda será realizada dia 25, às 21 horas, sob a presidência do prof. Peregrino Junior, no Assirio. Os debates serão irradiados pela Roquete Pinto.

* ★ *

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO E. DO RIO — O Govêrno do Estado do Rio acaba de criar o Instituto de Previdência Social, com a finalidade de prestar assistência aos servidores públicos daquela unidade federada. Para dirigir o novo órgão, foi nomeado o sr. Leovegildo Alfena Leal.

* ★ *

DE CRUBIXAIS PARA GLICERIO — O administrador da Estrada de Ferro Leopoldina torna público que, em virtude de deliberação do Conselho Nacional de Geografia, a partir do dia 1.° de maio de 1952, a estação de Crubixais, situada no Municipio de Macaé, no Estado do Rio, voltará a denominar-se Glicério.

* ★ *

SALÃO DE ARTE MODERNA — Será inaugurado a quinze de maio. Para entrega dos trabalhos: até dia 5 aceitam-se os trabalhos sujeitos à seleção; até dia 8 para os "hors concours". Facultada aos concorrentes a remessa de três obras para cada secção. Local da entrega: salão de exposição do Ministério da E. e Saúde.

* ★ *

EDUCAÇÃO DA INFANCIA NA SERRA DOS ORGAOS — Segundo comunicação feita ao Ministro João Cleophas pelo sr. João Camargo, fundador de uma colônia de férias no Parque Nacional da Serras dos Orgãos e que visa, particularmente, à proteção da saúde e da educação integral da infância, essa iniciativa vem produzindo os mais salutares resultados.

* ★ *

PRESENTE DO JORNALISTA — Na ocasião da visita dos jornalistas acreditados junto ao Gabinete do Ministro do Trabalho, ao Presidente Getulio Vargas, nosso colega de imprensa, Geraldo Cardoso Serafim, ofereceu a S. Exa. uma lembrança — um relho fabricado com aço de Volta Redonda. M. B. C.

POSSIBILIDADE DE ARMISTICIO EM PRIMEIRO DE MAIO

(Conclusão da 1.ª pág.)

buscam sinceramente levar as negociações a um desenlace feliz. Sublinhou que o principal obstáculo para o êxito das negociações é a questão da troca de prisioneiros de guerra. Lie afirmou que se houver armisticio na Coréia, isso "aplanara o caminho para negociações em tôrno de outras, entre os chamados Oriente e Ocidente, que chegaram a um bêco sem saida".

EXPANSAO COMERCIAL

Aludindo à Conferência Econômica de Moscou, disse Lie que "um dos principais objetivos da ONU sempre foi a expansão do comercio mundial. A Conferência de Moscou foi feita fora da ONU, mas tive o prazer de ver que várias das resoluções por ela aprovadas estipulam que a questão seja levantada perante a ONU, a quem compete...".

RIDGWAY EM NOVO COMANDO

Quanto à possibilidade de o comandante supremo da ONU, Matthew Ridgway, suceder ao general Eisenhower na Europa, disse Lie que essa decisão deve ser tomada pelo govêrno dos EE. UU., que foi autorizado pela ONU nesse sentido.

GUERRA BACTERIOLOGICA

A propósito da questão da guerra bacteriológica, disse Lie não ter recebido resposta a telegramas enviados à China Comunista e à Coréia do Norte, oferecendo ajuda da Organização Mundial de Saúde para combater as epidemias na Coréia e na Mandchúria.

Acrescentou que, em vista disso e da negativa comunista em aceitar que a Cruz Vermelha Internacional investigue sua acusação de que os EE. UU. fazem guerra bacteriológica "creio que deixarão de repetir suas acusações falsas de que a guerra bacteriológica está causando terriveis epidemias".

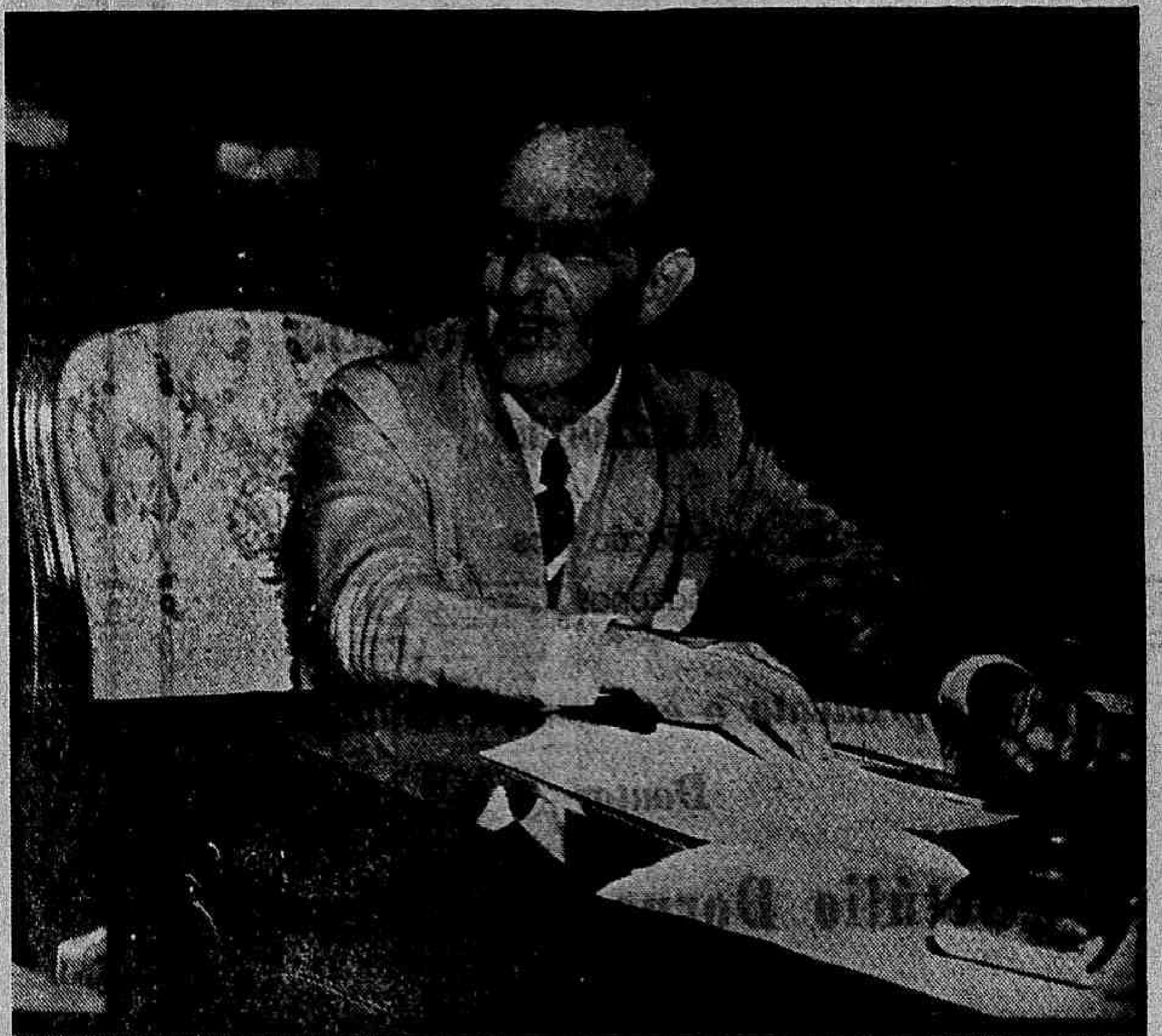
DEPENDE SO' DO CONVITE

Com referência ao possivel adiamento do próximo periodo de sessões da Assembléia Geral da ONU, Lie disse saber que tôdas as delegações estão debatendo a possibilidade de transferir a reunião de setembro para depois das eleições norte-americanas, embora ainda não tenha sido formulada proposta oficial alguma nesse sentido.

Também declarou Lie que, segundo noticias da Conferência Econômica de Moscou, os russos gostariam que a Assembléia Geral da ONU se reunisse em sua capital. Acrescentou que "não houve gestão oficial alguma nêsse sentido. Tôdas as sessenta delegações desejariam a reunião em Moscou, mas não recebemos convite oficial algum nesse sentido, de parte da Rússia".

A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS

Refletindo o pensamento das Classes Conservadoras, no ensejo da visita do ilustre Ministro João Cleófas, saúda-o e agradece a honra dispensada ao grande Estado do extremo norte, certa de que S. Excia. dispensará especial atenção aos problemas vitais do Amazonas.



MINISTRO JOÃO CLEOFAS

A GAZETA

VESPERTINO NOTICIOSO E INDE...

DIRETOR — Avelino Pereira

ANO IV

O JORNAL

MATUTINO DE MAIOR CIRCULAÇÃO EM TODO O ESTADO DO AMAZONAS

SERTÃO DE MANAUS

AMAZONAS — BRASIL

SEMPRE O ARAUTO DAS ASPIRAÇÕES POPULARES

Fundação de HENRIQUE ARCHER PINTO

Direção de AGUINALDO ARCHER PINTO

Gerência de ALOYSIO ARCHER PINTO

A TARDE

DIREÇÃO DE ARISTOPHANO ANTONY

GERENTE Fausto Ferreira Junior

★ DE MÃOS DADAS ...

A Crítica

CRUZEIRO

DIREÇÃO DE UMBERTO CALDERARO FILHO

ANO XVI

DIARIO DA TARDE

VESPERTINO DE MAIOR CIRCULAÇÃO

Direção de AGUINALDO ARCHER PINTO (Fundador)

Administração e Oficinas

ANO XV

... o Exército ...

JORNAL DO COMERCIO

Orgão dos DIARIOS ASSOCIADOS

FUNDADO A DE 2 JANEIRO DE 1904

A IMPRENSA DO AMAZONAS

Cantado em prosa e em verso, pelas suas imensas e inexauríveis riquezas naturais, pelo valor de seus filhos e pelo muito com que tem contribuído para o engrandecimento de nossa Pátria, o Amazonas possui, também, um patrimônio de pujante cultura, do qual é índice inconteste sua vibrante e bem orientada imprensa. Os jornais amazonenses, debatendo os mais palpitantes problemas da atualidade e expressando, ao mesmo tempo, as diferentes tendências da opinião pública, fazem uma crítica construtiva, fornecendo, dessa maneira, aos governantes daquela importante unidade federativa, os elementos necessários para uma boa administração. Cem por cento hospitaleira, a imprensa da terra de Ajuricaba recebe de braços abertos tanto os jornalistas como os "caixeiros viajantes" dos órgãos de outras plagas brasileiras. Justas, pois, as homenagens que se prestem, em quaisquer ocasiões, àqueles nossos colegas do Norte, que são, de fato, "boas praças"...

A Caixa Economica Federal

DO AMAZONAS

Congratula-se com o povo amazonense pelo transcurso do aniversário do preclaro Presidente

GETULIO DORNELLES VARGAS

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL — A única instituição de crédito que tem a fiança do Govêrno Federal.

SEDE — RUA GUILHERME MOREIRA NS. 356-366

TELEFONES: 2414 E 2223 — END. TEL.: CEFAZ

Poupando quanto puderes
Terás quanto quiseres.

O Serviço Social da Indústria de Pernambuco, no ensejo da passagem do aniversário natalício do Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas, preclaro Presidente da República, associa-se às manifestações de regosijo ao pioneiro das leis trabalhistas no país, sem o que não seria possivel prestar a assistência e a segurança que usufruem todos os trabalhadores do Brasil.

HOMENAGEM DO S.E.S.I.
DE PERNAMBUCO

A Associação Profissional da Indústria da Extração da Borracha no Amazonas

Sucessora da Associação dos Seringalistas do Amazonas

Cumprimenta o eminente Presidente
Doutor

Getúlio Dornelles Vargas

19 DE ABRIL DE 1952

A CAIXA ECONOMICA FEDERAL DO PARÁ

Pelo seu Presidente e pelo seu Conselho Administrativo, sauda o eminente Doutor Getúlio Vargas, autor do Decreto de Emancipação destes únicos e genuinos institutos de crédito popular.

J. A. LEITE & CIA LTDA.

Caixa postal 74

RUAS: (Guilherme Moreira, 216
(Marcílio Dias, 171



Endereço Telegráfico GUAJARÁ

FONES: 1522
(2339
(2250

MANAUS
BRASIL

AGÊNCIAS — REPRESENTAÇÕES
CONTA PROPRIA
IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO

ANTONIO M. HENRIQUE & CIA

Casa Fundada em 1927

Caixa Postal 123
Tel. 1552

Rua Marechal Deodoro, 153
Manaus — Amazonas
BRASIL

O PRIMEIRO ANO DE GOVERNO DO SR. ALVARO MAIA NO AMAZONAS

Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa — Agravou-se a situação econômico-financeira do Estado — Os serviços administrativos estão bem organizados e entregues a intenso trabalho pela recuperação do Amazonas — Texto do importante documento:

Tarefa das mais difíceis, indubitavelmente, é governar uma extensa região, como o Estado do Amazonas, em que a natureza agreste e a escassa densidade demográfica opõem os mais sérios obstáculos ao desenvolvimento econômico, criando, ao mesmo tempo, complexos problemas sociais, que desafiam a argúcia e capacidade dos administradores. Por isso, é digno de nota o trabalho que o governador Alvaro Maia vem realizando, em prol do integral progresso daquela importante unidade federativa.

Tendo governado por doze anos o Amazonas, o então interventor Alvaro Maia demonstrou sempre um profundo conhecimento a respeito de todos os aspectos da vida no Estado sob sua jurisdição. E de tal maneira se desincumbiu da espinhosa missão que lhe fôra confiada pelo presidente Getulio Vargas, que o laborioso e inteligente povo amazonense, reconhecido ao ilustre homem público que tanto se dedicou ao seu bem-estar e tranquilidade, reconduziu-o à chefia do govêrno estadual, consagrando nas urnas o seu nome impoluto e digno da mais sincera admiração.

Retornando ao posto máximo do executivo do Amazonas, o sr. Alvaro Maia está continuando o trabalho patriótico e dinâmico, em benefício da coletividade e da terra que lhe serviu de berço. Infatigável, entusiasta e resoluto, dir-se-ia que o preclaro governador do Amazonas transmite a seus auxiliares e a todo o aparelhamento administrativo a vitalidade imperecível de um idealismo sadio e altamente construtivo, que permitiria a realização de obras magníficas, nos vários setores de atividade, dentro do mínimo espaço de tempo, não fôra a situação de dificuldade financeira e econômica existente.

Melhor do que poderíamos fazê-lo, a mensagem do governador Alvaro Maia à Assembléia Legislativa do Amazonas informa com precisão e clareza, sôbre o que já fez a atual administração daquele grande Estado, no primeiro ano de sua gestão.

Damos a seguir, na íntegra, a importante mensagem do governador Alvaro Maia:

Senhores Deputados:

Na forma do que preceitua o número dez do artigo trinta e sete da Constituição do Amazonas, venho dar-vos conta da situação do Estado, no primeiro ano da minha administração, iniciada a trinta e um de Janeiro de mil novecentos e cinquenta e um.

Como assunto de maior importância, pois releva entre todos, sabido que da tranquilidade pública dependem precipuamente a marcha regular da administração e o progresso regional em todos os ângulos das atividades, é-me grato ressaltar que a ordem se manteve inalterada em todo o vasto território amazonense, não devendo ser considerados como quebras do seu ritmo, pequenos incidentes de ordem política nos municípios, prontamente solucionados pelo Govêrno, ou pelos órgãos judiciários, quando a êstes pertinentes.

Até mesmo a comoção popular que agitou os espíritos em nossa Capital e se derivou de crimes de homicídio praticados em pontos distantes da cidade, respectivamente no último dia de Janeiro e nos começos do mês seguinte; até mesmo essa natural efervescência de ânimos perante delitos que se revestiram de perversidades inéditas — foi sem demora serenada pela autoridade pública, achando-se os culpados sob a ação da Justiça, como impunham as severas prescrições da Lei.

Em nenhum período, aliás, do ano que findou, o povo amazonense — o que deve ser dito em honra sua — sentiu os efeitos contagiantes das perturbações que, de quando em quando, abalam a vida do País, concretizadas noutros quadrantes em greves contínuas irrompidas sob pretextos de aumento de salários por incomportáveis padrões de vida. Não se registraram aqui movimentos reivindicatórios de qualquer ordem, sofrendo nosso povo com resignação as agruras do presente, cônscio, decerto, de que o fenômeno que dá origem aos clamores é de âmbito universal, neutralizando a boa vontade e o esfôrço dos mais enérgicos e previdentes Governos. Bastará assinalar-vos a temerosa crise de vários aspectos em que se debate nosso País, mero reflexo da convulsão cósmica em que imergem outras nacionalidades, a braços com gravíssimos problemas análogos aos nossos apesar da vontade máscula, da atitude viril do benemérito Presidente Getulio Vargas, criando órgãos repressores da especulação gananciosa que traz as massas em constante angústia para sobreviverem, teima a exploração em alçar o colo no frenesi dos ganhos ilícitos, gerando a intranquilidade nos ânimos e pondo em sérios embaraços a política econômica do Govêrno Nacional, orientada, como todos sabemos, no sentido do bem público e do desafôgo geral da situação premente de tôdas as classes sociais.

E' de esperar todavia que o impatriotismo dos maus, nesta hora de cruciais amarguras, os revoque ao sentimento nobre de colaborarem com os poderes da Nação para conjurar a tremenda crise que assoberba o País, abrindo dessarte nas almas conturbadas clareiras de esperanças, a fim de que a Nação possa prosseguir, serena e confiante, a marcha dos seus gloriosos destinos.

Processaram-se em todo o Estado as eleições municipais, dentro de uma atmosfera de confiança mutua entre as agremiações políticas pleiteantes dos cargos comunais, sob a supervisão do Govêrno como fiador da liberdade do voto e do egrégio Tribunal Eleitoral, que ainda uma vez se afirmou digno de sua elevada missão. Convocando-vos, senhores Deputados, extraordinariamente, para regular por um diploma a posse dos eleitos e assentar outras providências correlatas, ainda antes de vos pronunciardes, como sabeis, vários Prefeitos e Câmaras Municipais se empossaram nas suas funções, sem atritos nem choques alarmantes de partidarismo, o que dá alta idéia da compreensão política da nossa gente e do notável espírito conciliador da magistratura eleitoral.

Da atitude do Govêrno ante o escrutínio de 16 de Dezembro passado, fala com imparcialidade e retidão de espírito o íntegro Desembargador Arnoldo Carpinteiro Péres, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, nos seguintes têrmos do telegrama que enviou ao Senhor Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e foi comunicado por cópia ao Governador do Estado:

"Tenho a honra de comunicar a êsse colendo Tribunal que segundo notícias até agora recebidas das zonas do interior, o pleito municipal ontem decorreu normalmente, sem incidentes de maior importância. Nas duas zonas desta capital funcionaram tôdas as mesas receptoras; entretanto, houve abstenção acentuada, estimada em sessenta por cento. Cumpre-me salientar que Sua Excelência Doutor Governador do Estado, prestigiando Justiça Eleitoral, colocou tôda a fôrça militar e polícia civil às ordens desta presidência para diretamente providenciar o policiamento das eleições e apuração sob nossa responsabilidade. Êsse gesto governamental que me parece singular nos entreveros cívico-democráticos de nosso país, servirá de exemplo aos porvindouros para que ajudem com lisura e dignidade aqueles que se desvelam pela verdade das urnas. Até então, o máximo que se conseguia era a presença do providências, frente a cada caso concreto. Jamais uma autoridade governamental se alheou de sua própria autoridade para transferi-la por inteiro à Justiça Eleitoral. Atenciosas saudações — Desembargador Arnoldo C. Péres, presidente do Tribunal Regional do Amazonas".

Passo a informar-vos agora, Senhores Deputados, das atividades dos departamentos estaduais, no ano que vem de encerrar-se.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO

Órgão controlador de todo o movimento administrativo, na forma do que estatuem as leis que regem sua estrutura orgânica, e orientando suas atividades pelas determinações expressas do Governador do Estado, teve a Secretaria Geral grande movimento no ano pretérito, como, aliás, ordinàriamente sucede no início das administrações. Dirige a Secretaria com esclarecida inteligência o Dr. João Nogueira da Mata, que além das suas funções normais, outras exercita como integrante de órgãos criados pelo Govêrno para o bom andamento dos negócios públicos, tais como: Comissão Revisora da situação em que se encontram numerosos funcionários estaduais, a qual se compõe do Secretário Geral, na qualidade de presidente, e dos srs. drs. Felix Valois Coêlho, Rionegro Franco, Geraldo Pinheiro e Adriano Queiros, já tendo realizado 85 reuniões e emitido 159 pareceres; Comissão de Concorrências Públicas, instituída para opinar e decidir sôbre propostas de fornecimento de materiais às repartições do Estado, com rigoroso cumprimento do Código de Contabilidade, fazendo parte da mesma, sob a presidência do Secretário Geral, os doutores Alberto Dáu, diretor da Fazenda Pública e Mário Jorge Couto Lopes, procurador fiscal da mesma, e srs. Pancrácio Ferreira Nobre, representante da Associação Comercial e Mario Costa Covas, representante da Associação dos Retalhistas; e, finalmente, Comissão das Escolas Rurais, funcionando tôdas no Palácio Rio Branco. Além dessas Comissões, já está em atividade também a de Compras e Concorrências Públicas, criada pela lei estadual número 228, de 6 de Dezembro de 1951, e composta, além de técnicos, de um representante da Associação Comercial e outro das classes operárias.

Relativamente à Comissão de Escolas Rurais, transcrevo, a título de explicação necessária, o seguinte tópico do relatório do Senhor Secretário Geral do Estado:

"Desde o início do atual Govêrno, vêm as autoridades federais, encarregadas da companha a prol da construção de escolas por todo o "hinterland" brasileiro, insistindo pela prestação de contas referentes às primeiras unidades aqui edificadas, ainda sob a responsabilidade de passados administradores, escolas que, embora concluídas, deixaram de ser exibidas, através de flagrantes fotográficos, àquelas autoridades superiores, na capital do País, bem assim os comprovantes das respectivas despesas efetuadas, agora reiteradamente solicitadas. Tornando-se essa prestação de contas "conditio si ne qua non" para a remessa de novas parcelas, em prosseguimento ao grande plano, consoante esclarecem ofícios ultimamente recebidos, foi então baixado o Ato designando os membros da Comissão das Escolas Rurais, cujos trabalhos estão confiados ao Secretário Geral, na presidência, e aos doutores João Martins da Silva, diretor do Departamento de Educação e Cultura, Jatir Pucú de Aguiar, diretor dos Serviços Técnicos e senhora Luci Cardoso, chefe da Seção de Contabilidade da Fazenda Pública".

Anuindo a uma solicitação da Assembléia Legislativa, em Outubro de 1951, a fim de exporem a situação financeira do Estado, perante ela compareceram o Secretário Geral e o diretor da Fazenda Pública, que prestaram informações cabais, jogando principalmente com o argumento insofismável das cifras. A atitude constitucional da Assembléia, convocando os dois titulares, e a pronta aquiescência dêstes ao convite, bem demonstram que estamos longe do regime de irresponsabilidade de outrora, e que o povo, soberano concessor que é dos mandatos populares, tem o direito de cientificar-se dos negócios públicos.

Prestou a Secretaria Geral no ano findo, 2.722 informações e anotou 1.194 títulos de funcionários.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Respeitando como um dogma o princípio constitucional da independência dos poderes, não hesitando jamais em acatar-lhe as decisões, salvante, em relação ao Legislativo, o direito do veto às deliberações dêste quando contrárias aos interêsses da coletividade, o Govêrno mantém com êles a inalterável harmonia que se faz mister para que se exercite a administração pública num ambiente de ordem e de paz.

Na vigência do meu Govêrno, obedecendo rigorosamente às indicações das listas que enviou o Tribunal de Justiça para provimento de cargos de magistratura, nomeei juizes de direito, por antiguidade, os doutores Teodoro Gonçalves Neto e Orlando Soares Monteiro, e, por merecimento, os doutores Oyama Cesar Ituassú da Silva, Azarias Menescal de Vasconcelos e Raimundo Ribeiro da Silva. Ainda em data recente, promovi a desembargadores, por antiguidade, os juizes de direito Armando Teixeira e Teotônio Martins Coimbra e, por merecimento, os juizes de direito Artur Araujo e Oyama Cesar Ituassú da Silva.

Funciona a Secretaria do Tribunal com absoluta normalidade, achando-se atualmente em obras o pavilhão anexo ao Palácio da Justiça.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Foi intenso o trabalho neste setor de amplo raio de ação social e judicial, consoante se verifica do relatório apresentado pelo respectivo titular, Dr. Amadeu Soares Botelho. São palavras suas nesse substancioso documento:

"Apraz-me afirmar que o índice da criminalidade em muitas Comarcas se tem mantido inalterado, sempre em reduzida proporção, o que vale por eloquente atestado em favor da índole pacífica das respectivas populações e do zêlo das autoridades, a quem incumbe a manutenção da ordem pública, para a qual contribui preciosamente a ação desvelada dos Promotores de Justiça, na repressão dos crimes e consequente punição dos criminosos".

No respeitante à Penitenciária Central manifesta-se assim o Dr. Amadeu Soares Botelho:

"A Diretoria da Penitenciária Central do Estado faz salientar a deficiência em que de há muito se encontra aquêle estabelecimento, que está a reclamar reformas e melhoramentos imprescindíveis, a fim de que se possa tornar, pelo menos, mais satisfatòriamente adaptável à finalidade social a que se destina.

Demonstrando esclarecida competência e perfeita intuição acêrca do magno assunto, que constitui o objeto do seu relatório, o digno Diretor da Penitenciária, Dr. Paulo de La Cruce de Grana Marinho, adua longas considerações, que bem merecem a desvelada atenção dêsse Govêrno, no sentido de se objetivarem, com a brevidade possível, as medidas e providências, que judiciosamente reclama, tão necessárias e indispensáveis à melhoria das atuais condições do referido estabelecimento. Refere-se o zeloso funcionário a quase todos os aspectos, em que podem ser encarados, os problemas relacionados com os serviços a seu cargo, fazendo ainda ponderadas sugestões, como sejam, entre outras, a da criação de um serviço médico e de enfermagem, bem como de um gabinete dentário, que poderão ser mantidos, conforme alvitra, pelas verbas do Departamento de Saúde do Estado, e a designação de profissionais do quadro daquela repartição. Indica também o Diretor da Penitenciária a conveniência de ser restabelecida a antiga enfermaria, aproveitando-se para isso materiais e utensílios, ao presente disponíveis em outros estabelecimentos hospitalares. Êsses melhoramentos, além de outros igualmente importantes, de que faz destacada menção o relatório em aprêço, uma vez realizados, contribuiriam manifestamente para atenuar a precariedade de condições, em que se encontra aquêle próprio do Estado, possibilitando de algum modo a sua readaptação ao fim que é destinado a preencher".

GOVERNADOR ALVARO MAIA

Na classe dos promotores de justiça houve grande movimentação, não só em virtude do preceituado na lei número 883, de 30 de Dezembro de 1950, mas também por conveniência da Justiça, que aconselhava a mudança de alguns daqueles funcionários para comarcas diferentes das em que serviam.

Com referência à indébita intromissão na política de autoridades judiciais, manifestou-se dêste modo o Procurador Geral do Estado em seu citado relatório.

"As vésperas das eleições municipais, que se realizaram neste Estado, a 16 de Dezembro último, na fase da respectiva propaganda, Promotores de Justiça de algumas Comarcas do interior foram acusados de estar exercendo atividades políticas em suas circunscrições. Esta versão chegou a repercutir na Assembléia Legislativa, havendo dois dos seus ilustres membros requerido que se pedissem informações sôbre o fato a esta Procuradoria, como efetivamente aconteceu. Em vista disso, esta Procuradoria, tomando o assunto na devida consideração, dirigiu-se a todos os Promotores de Justiça do interior do Estado, por meio de ofício-circular, cuja cópia se junta a êste relatório, concitando-os a se absterem por completo de quaisquer manifestações de natureza político-partidária, evidentemente contrárias e detrimentosas ao serviço da Justiça, além de incompatíveis com a nobreza de suas funções. Assim procedi, antes mesmo de obter comprovação daquela grave denúncia".

Durante o ano de 1951, a Procuradoria Geral do Estado emitiu 54 pareceres jurídicos, 15 administrativos e despachou 137 requerimentos.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Marcado o dia 16 de dezembro para as eleições municipais, realizaram-se elas sob amplas garantias em todo o Estado.

Interpretando os sentimentos populares, o Govêrno encaminhou, naquele mês, o seguinte ofício ao Desembargador ARNOLDO PERES, Presidente do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL:

"MANAUS, 15 de dezembro de 1951 — N.º GE — 4.326/51 — Senhor Presidente: Tenho a honra de comunicar-lhe que, reconhecendo o verdadeiro caminho democrático da Justiça Eleitoral, em todos os pleitos do regime, foram expedidas instruções à Chefia de Polícia e ao Comando da Fôrça Policial, no sentido de receberem instruções de Vossa Excelência para melhor execução das eleições de 16 de dezembro corrente, sob ampla garantia das liberdades públicas e dos direitos de todos os cidadãos. A Chefia de Polícia dirigiu-se, a êsse respeito, a todos os delegados e subdelegados, que lhe são subordinados, transmitindo a deliberação do Govêrno. Apresento a Vossa Excelência e ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral as minhas homenagens de elevada consideração e mui distinto aprêço. (a) ALVARO MAIA — Ao Excelentíssimo Senhor Desembargador ARNOLDO CARPINTEIRO PERES, Digníssimo Presidente do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL — Presente.

Foi a seguinte a honrosa resposta do Presidente do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL:

"MANAUS, 15 de dezembro de 1951: — N.º 517/51 — Senhor Governador: Acuso com viva satisfação o expediente n.º GE — 4.326/51, de ontem, de Vossa Excelência, hoje recebido, no qual me comunica que "reconhecendo o verdadeiro caminho democrático da Justiça Eleitoral, em todos os pleitos do regime, foram expedidas instruções à Chefia de Polícia e ao Comando da Fôrça Policial no sentido de receber orientação desta Presidência para melhor execução do policiamento das eleições de 16 de dezembro corrente, sob ampla garantia das liberdades públicas e dos direitos de todos os cidadãos". II — Em resposta, cumpre-me comunicar a Vossa Excelência que, em sessão extraordinária de hoje do Egrégio Tribunal Regional, dei conhecimento dessa louvável iniciativa do Govêrno aos eminentes juizes e ao procurador dêsse sodalício, fazendo divulgar pela imprensa e rádiodifusão êsse e idêntico expediente da Chefia de Polícia. III — O Tribunal Regional Eleitoral, e esta Presidência em particular, sentem-se bem em manifestar a Vossa Excelência o seu penhorado reconhecimento ao eminente Chefe do Executivo estadual amazonense por haver tomado essa atitude de alta compreensão cívica e democrática - que, segundo me parece, é singular nas pugnas eleitorais de nosso País, pois, até agora, os órgãos da Justiça Eleitoral, na melhor das hipóteses, eram garantidos mediante requisições dos tribunais e juizes sempre que se apresentavam casos concretos de perturbação dos seus serviços ou das franquias dos cidadãos. Agora, porém, vem o atual Govêrno amazonense, — para melhormente demonstrar a sua isenção e imparcialidade — despir-se de certa parcela de sua autoridade para transferi-la por alguns dias, e por inteiro, à Justiça Eleitoral. IV — Esta demonstração de apreço e consideração, homenagem das maiores à Justiça especializada, merece altamente destacada, porque, amanhã, quando forem processados diferentemente os prélios democráticos, os orientadores da opinião pública e os responsáveis pela lisura e segurança dos sufrágios, terão nesse magnífico exemplo de Vossa Excelência seguro e alentador argumento para exprobar os sabotadores do regime e os opressores da vontade popular. As homenagens do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas — (a) Desembargador ARNOLDO C. PERES, Presidente.

Após intensa propaganda, em que foram asseguradas as liberdades individuais e públicas, os partidos encaminharam às urnas os seus colégios eleitorais, sem perturbações da ordem, a não serem exaltações comuns a todos os pleitos dessa natureza. Recompostos os quadros e postos eletivos, tributou-lhes o Govêrno o máximo apoio para a execução dos seus programas administrativos, sem perquirir as idéias e convicções políticas dos prefeitos e vereadores.

A arrecadação pertence aos municípios, aos munícipes interessa um clima de ordem e respeito, que não poderia ser completo sem o prestígio das autoridades estaduais às autoridades municipais.

ATIVIDADES DO GABINETE DO GOVERNADOR

Timbrando em estabelecer contatos diretos com o povo para conhecer as suas imensas necessidades e tentar amenizá-las na medida do possível, deferi ao Gabinete do Governador a incumbência especial e humanitária de ouvir atenciosamente as pessoas menos favorecidas, em suas legítimas aspirações. Posso assegurar-vos que essa diuturna assistência, não só vulgarmente democrática, mas profundamente cristã, oferece e continua a oferecer resultados consoladores, que assim se concretizaram no relatório que me apresentou o Chefe do Gabinete do Palácio RIO NEGRO, dr. Paulo Flávio Vasconcelos de Castro:

"Trabalho exaustivo se tornou, no decurso de 1951, o atendimento a todos, de vez que, diàriamente, quer nas horas de expediente normal, quer fora delas, às tardes, centenas de pessoas acorriam ao Palácio RIO NEGRO a solicitar os mais diversos auxílios e a tratar dos mais diferentes e intrincados problemas materiais, físicos e morais. Atendidas foram, seguramente, em média alta de 150 pessoas, mais ou menos vinte mil partes, de Maio a Dezembro de 1951. Não obstante o Govêrno não ser um órgão de Assistência e Amparo Social, foram auxiliadas umas oito mil pessoas, quer com receitas médicas aviadas, hospitalização, passagens, cadernetas de trabalho, livros e material escolar, material agrícola, gêneros, leite, fazendas e dinheiro".

CONFERENCIA DOS GOVERNADORES DA AMAZONIA

Motivos imperiosos têm obstado a realização em nossa capital da Conferência dos Governadores da Amazônia. Marcado primeiramente para a segunda quinzena de Agosto e depois sucessivamente adiado para Outubro e Novembro do ano findo, êsse importante conclave, que debateria em plenário nesta capital os maiores e mais urgentes problemas da região, continua a viver nas cogitações das entidades interessadas como inflexível imperativo.

Notadamente agora que a situação econômico-financeira da Amazônia declina visivelmente na sua prosperidade pela queda quase brusca da cotação dos produtos de que vivemos, a conjugação de esforços e energias se impõe com fôrça incoercível para que sejam ouvidos nossos clamores no vasto âmbito da Nação.

Nesse compasso de espera para concretização da grande idéia, já pusemos em ordem todos os elementos de que dispomos, pela nossa parte, aguardando o avultar do acêrvo com as contribuições que nos virão de fora, trazidas pelos representantes de Estados e Territórios que hão de participar do certame.

Conhecido de todos e por todos aprovado, constituirá o seguinte Temário a base dos trabalhos da Conferência: I — Educação; II — Saúde; III — Comunicações, transportes; IV — Fôrça motriz, exploração de petróleo e combustíveis em geral; V — Aproveitamento dos recursos naturais, racionalização das atividades florestais, industrialização, plano de investigação científica e tecnológica; VI — Regime de terras; VII — Agricultura e pecuária; VIII — Cooperativismo e crédito, política econômica da borracha; IX — Ajustamento da legislação federal aos característicos sociais e geográficos da região, exame das leis em curso no Congresso Nacional relativas à economia amazônica e legislação tributária regional; X — Municipalismo, fortalecimento do tonus econômico e social dos municípios; XI — Problemas de intercâmbio com as repúblicas limítrofes; XII — Definição de objetivos e hierarquia dos problemas amazônicos; articulação das conclusões da Conferência ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia; XIII — Carta econômica da Amazônia.

A Comissão Organizadora da Conferência, dentro da sua tarefa específica de lhe dispor os preliminares, cometeu às várias comissões técnicas, integradas de elementos locais de reconhecida competência, o encargo de elaborarem o conjunto de sugestões sôbre a matéria distribuída a cada uma, o que representará subsídio oficial do Estado a ser submetido à consideração do plenário do conclave.

Em essência, quase tôda a matéria constante do Temário aqui elaborado e com o qual se acham de acôrdo todos os futuros conclavistas, conforme já vos observei, senhores Deputados, foi versada com ágil e brilhante objetividade no seio da ilustre Comissão de Planejamento Econômico da Amazônia, em boa hora instituída pelo insigne Presidente Getulio Vargas, em cumprimento das suas reiteradas promessas de amparo à região, para arrancá-la, definitivamente, às terríveis crises periódicas que lhe entibiam e estorvam o progresso. Mas as conclusões a que porventura chegar a Conferência dos Governadores nos patrióticos propósitos que a animam, longe de empecerem ou prejudicarem a notável e para nós gratíssima iniciativa presidencial, antes valerão como modesta quota do nosso esfôrço para consecução de objetivos comuns, podendo, pelo menos, elucidar, esclarecer e aplainar dúvidas sôbre pontos controversos.

E foi a essa pretensão de moldes assaz singelos que se limitou a Comissão Organizadora da Conferência dos Governadores, ao enunciar o seguinte na sua "Exposição de motivos":

"Precisam os administrações dos Estados e Territórios amazônicos ajudar e prestigiar, de maneira definida, o referido movimento de valorização amazônica, levando-lhe, como responsáveis diretos pelo progresso da região e bem estar do seu povo, o concurso da sua experiência e do seu íntimo e maior conhecimento dos problemas fundamentais da região.

"Faz-se urgente robustecer êsse movimento vitalizador por meio da cooperação direta dos Govêrnos dos Estados e Territórios que se enquadram no benefício constitucional, os quais detêm, inegàvelmente, a maior soma dos elementos para esclarecer as necessidades de seus governados, visando a melhor e mais pronta aplicação das disponibilidades monetárias, asseguradas pela Constituição Brasileira.

"Para isso, entretanto, há que admitir-se a necessidade de um prévio exame em conjunto do panorama econômico e social da Amazônia em sua situação presente, como ponto de partida para determinação de suas carências e possibilidades, tanto no que concerne às justas aspirações de seus habitantes, quanto no que respeita aos interêsses nacionais de maior vulto".

Diante dessas razões, senhores Deputados, é que considero imprescindível a realização da Conferência dos Governadores da Amazônia.

BANCADA FEDERAL

Cumpro o dever de exalçar a vigilância ininterrupta da Bancada Federal aos problemas do Estado, multiplicando-se em atividades para atender aos apêlos do Govêrno, das associações de classe e de simples homens do povo.

As questões de numerário para a energia elétrica, pista internacional, abastecimento d'água, hospitais, escolas, majoração de preços da borracha, estabilização da juta, educação, transportes constituíram o programa diuturno dos nossos ilustres representantes, além da assistência que souberam prestar, com elevação e brilho, aos assuntos nacionais e internacionais.

Coube à Bancada Amazonense no Senado da República, a designação de dois ilustrados membros seus para as Conferências da ONU, em Paris, e da CRUZ VERMELHA, em Stambul, nas quais elevaram os nomes do Brasil e do Amazonas — os senadores WALDEMAR PEDROSA e VIVALDO LIMA FILHO.

Na Câmara dos Deputados, enorme tem sido o trabalho da Bancada e a escolha do deputado PEREIRA DA SILVA para Presidente da COMISSAO DE VALORIZAÇAO ECONOMICA DA AMAZONIA, no ano em que o projeto tramita em fase executiva, representa um galardão para o nosso Estado.

PREFEITURA DE MANAUS

De gravidade é a situação financeira da PREFEITURA DE MANAUS, que impõe uma revisão tributária com bases técnicas e seguras. O seu orçamento, calcado em disposições dos anos anteriores, não exprime as verdades claras da Comuna. Não constitui surprêsa a derrocada das finanças de 1951, anunciada pelo então Prefeito EDSON EPAMINONDAS DE MELO, em exposição à CAMARA MUNICIPAL:

"A situação financeira para 1951 apresenta-se sobremaneira angustiosa. Haja vista que, prorrogado para êste exercício, conforme Decreto n.º 1, de 2 de janeiro do andante, o Orçamento de 1950, êste não se enquadra de forma alguma nas responsabilidades assumidas pelo Município, principalmente no que diz respeito a Pessoal. Quanto aos outros encargos, necessitando a Comuna enfrentar problemas inadiáveis, fica o Executivo Municipal, face à situação deficitária, no dilema de equilibrar um orçamento que está completamente fora da realidade".

"A Despesa a ser executada em 1951 não oferece melhores possibilidades, porquanto o orçamento prorrogado fixa Cr$ 17.420.543,70 (dezessete milhões quatrocentos e vinte mil quinhentos e quarenta e três cruzeiros e setenta centavos) que, somada a esta cifra a importância dos encargos não satisfeitos, durante a execução orçamentária de 1950 — já neste primeiro trimestre, recém-findo, apresenta um total de Cr$ ... 24.873.708,10 (vinte e quatro milhões oitocentos e setenta e três mil setecentos e oito cruzeiros e dez centavos) o que atesta ser o Exercício de 1951 um período difícil para o erário municipal, cujo equilíbrio relativo vai depender, unicamente, da ação vigorosa dos órgãos arrecadadores e duma eficaz redução nas despesas autorizadas".

(Continua na pág. seguinte)

O PRIMEIRO ANO DE GOVERNO DO SR. ALVARO MAIA NO AMAZONAS

(Continuação da pág. anterior)

Um ofício de 10 de setembro de 1951, digno de ser conhecido pela rudeza sincera das expressões, o Diretor da Seção de Contabilidade TEODORO PEDRO DE AZEVEDO SOARES assim se exprime:

"Com relação à Receita, podemos afirmar que se nos afigura não arrecadarmos 80 por cento do previsto, mesmo porque, no exercício de 1950, êsse orçamento, na sua execução, acusou a cifra de Cr$ 12.241.773,90 (doze milhões duzentos e quarenta e um mil setecentos e setenta e três cruzeiros e noventa centavos) de Receita arrecadada, ou sejam 72 por cento do total estimado.

— Se, na parte da Receita, a situação é crítica, a Despesa é o caos administrativo. Vejamos, em primeiro lugar, o que se refere a Pessoal. O Orçamento para 1949 determinou uma Despesa fixa e variável de Cr$ .... 6.797.434,40 (seis milhões setecentos e noventa e sete mil quatrocentos e trinta e quatro cruzeiros e quarenta centavos). No último trimestre dêsse exercício, foi concedido um abono provisório que, em média, alcançou 25% de aumento nos proventos e vencimentos do funcionalismo em geral. O Orçamento para 1950 fixou essa mesma Despesa de Pessoal em Cr$ 7.686.626,40 (sete milhões seiscentos e oitenta e seis mil seiscentos e vinte e seis cruzeiros e quarenta centavos) que, somados ao abono provisório incorporado, de Cr$ .... 1.698.358,60 (um milhão seiscentos e noventa e oito mil trezentos e cinquenta e oito cruzeiros e sessenta centavos), e mais o Salário-Hora — 30% — também incorporado aos vencimentos, na importância de Cr$ .... 2.256.288,80 (dois milhões duzentos e cinquenta e seis mil duzentos e oitenta e oito cruzeiros e oitenta centavos), totalizou Cr$ 11.641.273,80 (onze milhões seiscentos e quarenta e um mil duzentos e setenta e três cruzeiros e oitenta centavos). Para ilustrar êsse jôgo de números, fazemos a demonstração que se segue:

PESSOAL:

Orçamento 1950 . . .	..686.626,40
Abono provisório incorporado 25% . .	1.698.358,60
Transporta	9.384.985,00
Salário-Hora incorporado — 30% incluindo — 15% aos inativos	2.256.288,80
	11.641.273,80
Gratificação de 30% aos funcionários que trabalham em serviços externos .	480.000,00
	12.121.273,80

— Recebeu, portanto, esta administração, um orçamento prorrogado que foge à realidade, tanto assim é que o mesmo consigna verbas para funcionalismo em Cr$ 7.986.626,40 (sete milhões novecentos e oitenta e seis mil seiscentos e vinte e seis cruzeiros e quarenta centavos) quando a responsabilidade verdadeira é de Cr$ 12.121.273,80 (doze milhões cento e vinte e um mil duzentos e setenta e três cruzeiros e oitenta centavos).

— Arrecadou a Prefeitura, até 31 de Agosto p. passado, a importância de Cr$ 11.054.173,50 (onze milhões cinquenta e quatro mil cento e setenta e três cruzeiros e cinquenta centavos); saldou compromissos do ano de 1950 num total de Cr$ 2.690.854,90 (dois milhões seiscentos e noventa mil oitocentos e cinquenta e quatro cruzeiros e noventa centavos), ficando, portanto, dessa arrecadação Cr$ 8.363.318,60 (oito milhões trezentos e sessenta e três mil trezentos e dezoito cruzeiros e sessenta centavos), saldo êsse que, em vista dos esforços empreendidos, pôde manter, mais ou menos em dia, Serviços de Utilidade Pública de natureza inadiável e, bem assim, o pagamento do funcionalismo até o mês de Junho, cujas folhas ainda não foram totalmente saldadas.

— Chegando neste ponto, podemos demonstrar o seguinte:

DESPESA:

Pessoal Fixo e Variável	12.181.273,80
Material Permanente	486.300,00
Material de Consumo	685.000,00
Despesas Diversas .	8.612.717,30
Créditos Especiais, até 31/8	1.453.542,80
	23.308.738,90
Saldo da Receita arrecadada, conforme está descrito no parágrafo 6 . . .	8.363.318,60
DIFERENÇA . . .	14.945.115,30

— Quanto ao funcionalismo, podemos colocar a situação do seguinte modo:

Pagamentos efetuados até o mês de Maio	5.051.[illegible],00
Folhas de Junho liquidadas	650.228,00
	5.701.368,00

FOLHAS A PAGAR:

Resto de Junho . .	350.000,00
Julho e Agosto . .	2.020.456,00
TOTAL A RESGATAR	2.370.456,00

— Nada mais resta esperar da Receita municipal, pois que a mesma não irá além de Cr$ .... 13.000.000,00 (treze milhões de cruzeiros); como sabemos, um lançamento tolerante, as isenções continuadas, o aumento desmesurado de pensões e auxílios, os créditos especiais em demasia, colocaram a Prefeitura num estado de completa insolvência e sòmente com um auxílio pecuniário de grande monta, no presente, poderemos aguardar para o exercício de 1952 uma estabilidade para o Orçamento que já foi enviado à Câmara Municipal, embora até esta data não haja merecido aprovação".

Devido a essas anormalidades, a Prefeitura não tem recolhido as taxas comprometidas ao erário estadual:

— "Quanto ao recolhimento de taxas devidas ao Estado, referentes a exercícios anteriores e do corrente, é o seguinte o seu movimento, até o presente: —

6.19.0 — CONTRIBUIÇÕES DOS MUNICIPIOS.

Instrução — Lei n. 1.140, de 25-11-943.

Recolhido até o 1.º trimestre de 1947.

A Lei acima mencionada teve vigência até o exercício de 1949.

6.19.0 — Contribuição do Município de Manaus para que o Estado custeie os serviços de higiene e saúde:

Recolhido até o 1.º trimestre de 1947.

1.15.4 — TAXA DE ASSISTÊNCIA E SEGURANÇA SOCIAL.

Custeio do Serviço de Bombeiros:

Recolhido até o 1.º trimestre de 1947:

c) — Taxas s/o consumo de carne verde, à razão de Cr$ 0,10 por quilograma, destinado a auxiliar o custeio dos Leprosários:

Recolhido até o mês de junho de 1950.

É esta a situação da Prefeitura Municipal de Manaus, para com a Diretoria da Fazenda Pública do Estado, até o presente.

É o que tenho a informar.

Seção de Contabilidade da Diretoria da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em Manaus, 22 de setembro de 1951.

JOÃO TORQUATO LEMOS — Escriturário.

Foram construidos, supervisionados pelo ex-Prefeito EDSON EPAMINONDAS DE MELO, os seguintes prédios, já entregues à serventia pública:

— Pavilhão para jardim da infância anexo à escola PROFESSORA TEONILA PESSOA, na Praça 14.

— Pavilhão para a escola DOM BASILIO PEREIRA, na Matinha.

— Pavilhão para a subdelegacia do PARQUE 10.

— Pavilhão para a subdelegacia da Matinha.

— Pavilhão para o Pôsto Médico da Praça 14.

— Prédio para o Grupo Escolar PRIMEIRO DE MAIO, no Bairro da Praça 14.

— Prédio para a delegacia de Adrianópolis.

Incumbiu-se da construção o Senhor EDUARDO COSTA LIMA; correram as despesas por conta do Estado.

Oficiais da POLICIA MILITAR cederam, mediante indenização sem lucros, os terrenos e alicerces da subdelegacia em Adrianópolis.

PREFEITURAS DO INTERIOR

Renovaram-se os quadros diretivos das Prefeituras do Interior, cuja vida administrativa se desenrola na maior ordem de acôrdo com os respectivos orçamentos.

Extinto o DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES, nódulo entre os Governos estadual e municipais, começou a DIRETORIA DA FAZENDA a realizar parte da arrecadação das comunas, entregue mediante requisições aos seus prefeitos ou delegados na Capital.

Mantêm-se, na maior parte, em equilíbrio financeiro e algumas vão executando melhoramentos, como energia elétrica nas sedes e escolas no interior.

Solucionados os recursos no TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, de que decorrerão as pôsses de todos os prefeitos, é pensamento do Govêrno convocá-los, na devida oportunidade, para uma Conferência em Manaus, a fim de serem estudados os problemas do Interior, que interessem a municípios ou grupos de municípios.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL

A precariedade do material que ora serve as oficinas dêste setor administrativo faz com que êle, em lugar de constituir uma fonte de renda para o Estado, se converta em puro objeto de elevada despesa, agravando-lhe os já numerosos compromissos. Como outras repartições, também a Imprensa Oficial teve suplementação de verbas em 1951, por esgotamento das orçamentárias, a fim de atender ao pronto funcionamento de seis máquinas paralisadas, o que impôs a necessidade de admissão de tipógrafos tarefeiros para que não cessasse sua publicação o "Diário Oficial".

Por motivo ainda da imprestabilidade das máquinas, não podiam ter prosseguimento várias obras encomendadas pelo Estado e pelo Município de Manaus, tudo convergindo para avolumar prejuízos e aumentar preocupações.

Dar-vos-ei uma idéia exata, senhores Deputados, da situação presente da Imprensa Oficial, pondo-vos sob os olhos êste rápido quadro demonstrativo:

RECEITA:

	Cr$
De Janeiro a Dezembro de 1951 . . .	442.028,00
Despesa, no mesmo período	1.683.000,00

É de notar que essa própria receita reduzidíssima como foi, não se arrecadou integralmente, visto como a sua maior parte representada por Cr$ 292.301,00 figura na escrita da repartição sob a rubrica: "Contas a Receber".

Apesar dos recursos com que foi dotada, diz o diretor da Imprensa Oficial, Dr. Manuel José Antunes da Silva, em seu relatório: "Não foi possível a esta diretoria dar execução ao seu programa de trabalho pela carência de material, o que entretanto espera poder realizar no corrente exercício de 1952".

BIBLIOTECA PÚBLICA

Após o lamentável incêndio que a destruiu há poucos anos, restaura-se vagarosamente, mas com perspectivas alentadoras, a nossa Biblioteca Pública, que tanto contribui para a instrução do povo e para a cultura geral em nossa terra. Favorecida generosamente com a remessa de livros por parte de entidades culturais de todo o País e por inumeráveis pessoas, que têm porfiado em restabelecer o magnífico patrimônio desaparecido nas chamas, a Biblioteca Pública, dirigida inteligentemente pelo sr. Genesino Braga, enriquece dia a dia as suas excelentes coleções de obras, tôdas bem dispostas na sua sede do Palácio Ruy Barbosa, em estantes modernas, obedecendo a um sistema de catalogação que nada deixa a desejar, tão pronto é no atendimento de consultas.

Nos seus 290 dias de funcionamento em 1951, no horário regulamentar de 10 às 22 horas, a Biblioteca teve 27.513 consulentes, sendo a média diária de 94.87. A maior frequência registada foi a da classe estudantil, imediatamente seguida por comerciários, funcionários públicos, e operários, verificação essa deveras consoladora, porque revela o interêsse cultural dos nossos conterrâneos. É desejo do Govêrno estimular êsse interêsse, dotando a Biblioteca de mais abundante material bibliográfico, o que fará quando forem mais folgados os recursos do Tesouro.

DIRETORIA DO ARQUIVO PÚBLICO

Durante o ano de 1951, funcionou normalmente a Diretoria do Arquivo Público, e, cumprindo as recomendações expressas às repartições, procuraram seu diretor e funcionários sempre proporcionar às partes tôdas as facilidades no trato de seus interêsses àquela vinculados, no correr do exercício encerrado, foram elaboradas vinte e três informações e expedidas cento e quatro certidões, sendo destas vinte e três de Títulos Definitivos e Memoriais relativos a lotes de terras do patrimônio particular.

Repartições outras da administração estadual recolheram documentos ao Arquivo Público, sendo: SERVIÇO DE SOCORROS DE URGENCIA, trinta e dois pacotes com peças diversas; DIRETORIA DA FAZENDA PÚBLICA, mil trezentos e vinte volumes, incluidos livros, pacotes e empacotados de peças diversas; RECEBEDORIA DE RENDAS, mil duzentos e quinze volumes; e POLICIA CIVIL, mil trezentos e vinte e quatro volumes, desde logo incorporados ao acêrvo do Serviço.

Seguindo a linha de compressão de despesas, o Senhor HERCULANO DE CASTRO E COSTA, Diretor do ARQUIVO, conduziu-se com a máxima parcimônia na aplicação das respectivas verbas orçamentárias, de Material Permanente e de Consumo e Despesas Diversas, e assim lhe foi possível, ao encerrar-se o exercício financeiro passado, apresentar saldos apreciáveis em tôdas elas, sendo:

	Cr$
Material Permanente — dotação de .	60.000,00
Saldo	25.124,00
Material de Consumo — dotação de	24.000,00
Saldo	13.784,80
Despesas Diversas — dotação de . . .	36.000,00
Saldo	28.080,60

E ainda: na proposta orçamentária para 1952, enviada à DIRETORIA DA FAZENDA PÚBLICA, as verbas do ARQUIVO foram consideràvelmente reduzidas e assim incluidas pela ASSEMBLEIA LEGISLATIVA na lei de meios do corrente exercício.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Este setor de alta responsabilidade social por sua atuação direta no ensino popular em suas fases elementares, está entregue à operosa capacidade do dr. João Martins da Silva, e oferece um panorama promissor de amplas reformas, afastando-se com decisão da rotina que o entorpecia. Não exorbitando seu titular da esfera das suas atribuições, dentro dela o progresso escolar é evidente e o diz com satisfação o diretor do Departamento, acentuando que "a máquina administrativa trabalha com mais regularidade sobretudo com menos desperdício de energias e de material, apresentando, inequivocamente, um padrão de serviço e uma produção muito melhores do que os que vinham mostrando anteriormente".

Fiscalização do ensino mais apertada, quer na capital quer no interior, aplicação experimental de testes no derradeiro mês do ano letivo e outras providências que se faziam mister, contribuiram para o bom resultado dos exames, a que se submeteram, na Capital, 4.115 alunos, sendo 646 de finalistas.

Sugere o diretor do Departamento, em seu minucioso relatório, o seguinte: —

"A sede do D. E. C. já não acomoda bem os serviços da repartição, cujo volume aumentou consideràvelmente. Como disponha o edifício de um terreno contíguo, sugiro a Vossa Excelência a ampliação do prédio, quando a situação financeira do Estado o permitir".

O ensino na Capital é mantido por 247 cadeiras de primeira classe, distribuidas assim: em grupos escolares diurnos, 181; em grupos escolares noturnos, 46; em escolas isoladas diurnas, 16, e noturnas 4. O ensino noturno abrange 50 cadeiras de primeira classe, distribuidas por grupos escolares e escolas isoladas. Algumas cadeiras de segunda classe e distritais completam as aulas noturnas, que foram prejudicadas em sua frequência pela irregularidade de energia elétrica.

A respeito de material didático, assim se exprime o diretor do Departamento:

"O suprimento de material didático às escolas apresenta-se como despesa de vulto pelo fato de confundir-se com o suprimento de material didático aos seus alunos, pobres em sua maior parte. Realmente, se nos limitássemos a fornecer material didático apenas às escolas, de certo que a dotação orçamentária para êsse fim bastaria. Mas aqui não é possível fugir ao imperativo de atender ao estudante pobre, e eis porque a verba se consome ràpidamente, por mais parcimoniosos que sejam os gastos".

As matrículas nas escolas da Capital totalizaram 17.270 alunos contra 15.431, registadas no ano anterior. A frequência foi de 13.355, equivalendo a 77% das matrículas.

O ensino no interior ministrou-se em escolas de segunda classe em número de 319, às quais se juntam as distritais numerando 375. A distribuição de umas e outras apresenta uma anomalia, que o Govêrno pretende corrigir em breve. Assim é que um município de 22.000 habitantes, como Eirunepê, possui apenas 7 escolas, ao passo que Itapiranga, com 4.000 habitantes, tem nada menos de 16. Urge dessarte um sistema de distribuição mais equitativo, tomando-se por base a densidade populacional das comunas.

Nas escolas do interior, em 1951, as matrículas atingiram a 18.541, com uma frequência regular de 14.499 alunos.

Prossegue no Amazonas, como em outros Estados brasileiros, a Campanha de Alfabetização de Adultos, promovida pelo Govêrno Federal. No ano findo, funcionaram aqui 120 cursos. É inexpressivo, entretanto, o resultado da patriótica e salutar Campanha. Vários fatores concorrem para isso, entre êles os seguintes, enumerados pelo titular do Departamento de Educação e Cultura: indicação de pessoas incapazes para a regência das classes: irresponsabilidade de candidatos às nomeações, que abandonam os postos, às vêzes sem comunicação, sequer, ao Departamento; atraso com que começou a vigorar, em 1951, o acôrdo firmado no Rio de Janeiro e, finalmente, a demora na remessa das quotas monetárias para o pagamento do professorado.

Todos os cursos da Campanha de Alfabetização em Manaus foram divididos em dois agrupamentos, nos quais se revezam as entidades fiscalizadoras. Pensa o D. E. C. em reduzir, no ano corrente, os citados cursos em nossa Capital por considerá-los em quantidade excessiva.

As comissões nomeadas para elaborar o novo Regulamento da Instrução Pública e os novos Programas do Ensino Primário estão prestes a concluir êsses necessários trabalhos.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Dirigido êste estabelecimento de ensino pela provecta professora, senhora Eunice Serrano Teles de Sousa, são consideráveis os progressos que apresenta êle, de ano para ano, subindo sempre o número das suas matrículas. Em 1951, foram de 483 alunos no curso ginasial, 121 no de formação de professores e 252 no Grupo Escolar (anexo) Princesa Isabel.

Verificaram-se os exames rigorosamente dentro das normas regulamentares, sob a inspeção federal do Dr. Agenor Ferreira Lima.

Além de algumas cadeiras providas em caráter interino, uma, a de Geografia, se acha vaga por demissão a pedido do respectivo titular, e será preenchida por concurso, na forma do que dispõe a legislação federal.

Por conveniência do estabelecimento, que se desenvolve sobremodo, com visíveis resultados para a educação popular, foram contratados seis auxiliares de disciplina.

Realizou-se em dezembro, como é de praxe, a entrega de diplomas a duas turmas de concludentes, sendo uma de 15, de acôrdo com a lei orgânica do Ensino Normal, de janeiro de 1946, e outra de 37, conforme o preceituado na lei estadual número 33, de outubro de 1947. O anel simbólico, oferecido habitualmente pelo Govêrno do Estado, coube à diplomada Maria do Carmo Frazão.

É, pois, com legítimo desvanecimento que a diretora do Instituto de Educação observa "manter-se o estabelecimento no ritmo de trabalho e de harmonia que é o seu apanágio".

O Govêrno autorizou, pelo Departamento dos Serviços Técnicos, dois melhoramentos no edifício — o auditório, cuja construção fugiu às linhas pedagógicas, e um restaurante para refeições ligeiras dos professores, alunos e serventuários.

COLÉGIO ESTADUAL DO AMAZONAS

Este estabelecimento de ensino secundário, sob a direção do professor Antenor Sarmento Fessa, prossegue em curva ascendente, quer em matrículas, quer em frequência, requerendo assim gastos paralelos para a sua regular manutenção. Ascenderam as matrículas, no ano recém-findo, a mil trezentos e oito alunos, constituido seu corpo docente de professores catedráticos, efetivos, suplementares e interino, desempenhando todos suas funções pedagógicas com muito proveito para os estudantes. Dada a crescida frequência dêstes, tornou-se imperioso o desdobramento das turmas, o que ocasionou o pedido da diretoria de suplementação de verbas orçamentárias no total de Cr$ 105.500,00, não só para aquêle efeito, mas também para acudir às despesas com o aumento de funcionários, contratando-se por isso quatro auxiliares de secretaria, um protocolista e um encarregado do material e serviço de estatística, e preenchendo-se, simultâneamente, em caráter interino, três cargos de inspetores de alunos, três de serventes e três de bedéis. Ressente-se atualmente o edifício do Colégio Estadual do Amazonas de vários reparos, além de carecer de ampliação algumas dependências do antigo prédio para preleções de algumas disciplinas, como desenho, trabalhos manuais, canto orfeônico e geografia. O Govêrno atenderá a essas necessidades, a bem da eficiência do ensino ministrado no Colégio Estadual, tão logo apresentem melhoras as precárias condições das nossas finanças.

INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT

As abnegadas irmãs da Ordem de SANTANA, que, há muitos anos, dirigem o Instituto BENJAMIM CONSTANT, foram obrigadas a retardar o funcionamento do internato, em 1951.

O prédio não oferecia condições de segurança nos dormitórios, refeitórios, cozinha, salões de aulas e prendas.

As obras, atacadas pelo Dr. JATYR PUCU DE AGUIAR já se encontram em fase terminal. Crescentes são os pedidos para internamento de órfãs, na capital e no interior, sem que a Superiora possa atendê-los, pela carência de acomodações e restrições de verbas para alimentação.

Continua a funcionar o Curso Normal, estipendiado particularmente pelas economias do próprio estabelecimento: em 1950, turma já numerosa recebeu os diplomas legais para o exercício da profissão nas escolas do Estado.

FACULDADE DE DIREITO

Dirigida pelo Doutor ANALIO DE REZENDE, às vêzes substituido pelo Doutor ARIOSTO ROCHA e Doutor ADERSON MENEZES, a FACULDADE DE DIREITO atravessa uma fase áurea de frequência, com rigor de programas e, portanto, de aproveitamento geral.

O seguinte boletim de matrícula e conclusão demonstra o movimento da FACULDADE

MATRICULA E CONCLUSAO DO CURSO EM 1951

ANO	MATRICULA GERAL												DIPLOMADOS				Observações
	1. ano		2. ano		3. ano		4. ano		5. ano		TOTAL		1.ª época		2.ª época		Homens 195
1951	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	Mulheres . . . 41
	34	11	49	9	32	14	46	2	34	2	195	41	20	2	8	—	Total geral . 236

Matricula geral em 1952

1. ano	1[illegible]
2. "	39
3. "	32
4. "	35
5. "	49
Total geral	171

CLASSE ESTUDANTIL

O Govêrno tem proporcionado aos estudantes, individualmente ou por intermédio dos seus órgãos de classe, a necessária cooperação, tanto em Manaus, como nas viagens ao sul do País. Atendeu também a estudantes enfermos, carentes de tratamento em outros climas; forneceu livros e uniformes; amparou as iniciativas culturais e desportivas.

Avultam as solicitações para internamento de órfãos e meninos pobres, enquanto decrescem as possibilidades de educandários, particulares e públicos, sob aperturas financeiras que apenas cobrem as despesas com os alunos internados em 1951.

Se o permitissem as rendas estaduais, seria de grande utilidade a construção de pavilhões do INSTITUTO "BENJAMIM CONSTANT", para que pudesse receber maior número de órfãos.

A rêde assistencial do JUIZADO DE MENORES ressente-se de falhas, corrigíveis com recursos financeiros, ocorrendo o mesmo com a ESCOLA MARIA MADALENA e a ESCOLA MELO MATOS, destinadas a meninas e meninos desajustados.

A ESCOLA MONTESSORIANA, em Adrianópolis, que honra o Amazonas e o seu fundador deputado ANDRÉ ARAUJO assinalando sua passagem pelo JUIZADO DE MENORES, continua a espalhar benefícios pelas crianças oligofrênicas. É incontestàvelmente um dos mais eficientes institutos do Brasil.

As obras assistenciais têm grandes pontos de apoio na ação da Igreja e do eminente Arcebispo D. ALBERTO GAUDÊNCIO RAMOS. Missões e sacerdotes espalhados na Capital e no Interior.

CLASSES TRABALHISTAS

Obediente às normas traçadas pela Constituição e ao programa do Senhor Presidente da República, o Govêrno vem prestigiando os trabalhadores, os sindicatos, as associações de classe, de acôrdo com as suas aspirações.

Instalou-se o novo prédio da UNIAO OPERARIA, à Avenida Sete de Setembro, em que funcionarão escolas e ambulatórios. Aumentam os benefícios já proporcionados pela CASA DO TRABALHADOR e suas cooperativas.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATISTICA

É esta uma das repartições que têm a seu serviço numeroso corpo de auxiliares, totalizando nada menos de trinta e três. Ainda assim, declara a sua diretoria que "muitas vezes se torna impossível cumprir, dentro do prazo estabelecido por leis e resoluções, os trabalhos afetos a cada seção". Como sucede em outros setores administrativos, ainda nossa angustiada situação financeira não permitiu a aquisição de aparelhagem moderna para imprimir sistema prático aos trabalhos estatísticos, conforme o possibilitam atualmente os métodos de Hollerith, usados em muitos Estados. Mais para diante e logo que se ofereça oportunidade, procurará o Govêrno instalar mais comodamente o Departamento de Estatística, que funciona em prédio de acanhadas dimensões, tratando outrossim de o prover de material mais prestadio e mais abundante.

Apesar dessas deficiências, justo é acentuar a atividade reinante no Departamento. Só a seção de Estatística Militar levou a efeito 2.700 inquéritos, relacionados em várias classificações, sendo as de ordem econômica 1.350.

SAÚDE PÚBLICA

As despesas com o Departamento de Saúde elevaram-se com os créditos suplementares, a Cr$ 19.135.437,80, aplicados em suas várias seções. A maior ação desenvolve-se na capital e arredores onde se concentram 2/5 da população do Amazonas. Felizmente, não houve surtos epidêmicos em 1951, e, assim, tal calamidade não deu cuidados ao DEPARTAMENTO, que se desdobrou, entretanto, em atender aos prefeitos, quando lhe solicitavam ambulâncias.

A grande assistência às populações da hinterlândia é, incontestàvelmente, realizada pelo SESP, pelos ambulatórios e hospitais das missões religiosas. O DEPARTAMENTO DE SAUDE do Estado não estendeu sua rêde assistencial ao interior, sem médicos e enfermeiros.

— o —

O Purus e o Juruá tiveram a inspeção rigorosa do Doutor MILTON JANUARIO PESSOA DE MELO, Chefe do SERVIÇO DE FEBRE AMARELA, que percorreu todos os seringais, vacinando os moradores com desvelado carinho. Houve apenas a denúncia de um foco silvestre, logo combatido e extinto.

— o —

Aos enfermos de Hansen, em número de 1.440, no SANATÓRIO BELISARIO PENA e no SANATORIO DO ALEIXO, não faltou a proteção do Govêrno Federal e do Govêrno do Estado.

Avulta diàriamente a procura daquelas casas por doentes que procedem dos rios interiores, Territórios e faixas limítrofes.

Os sanatórios, administrados pelos leprólogos, Doutores JOAO DE PAULA GONÇALVES e MENANDRO TAPAJÓS, precisam de novos pavilhões e alojamentos.

O Educandário GUSTAVO CAPANEMA, pertencente à cadeia organizada pela benemérita Doutora EUNICE WEAVER, continua a cargo de Dona IZABEL NOGUEIRA, que dedicou sua vida à vigilância maternal de crianças entregues ao internato. Foi inaugurado, em janeiro do ano corrente, o grupo escolar MURILO BRAGA, moderno e suficiente às necessidades educacionais.

— o —

A assistência infantil na cidade encontra na Casa DOUTOR FAJARDO, de MARIA DE MIRANDA LEÃO, os mesmos cuidados de sempre, e dispõe de uma enfermaria na SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, subvencionada pela LEGIÃO BRASILEIRA.

A maternidade enriqueceu-se com enfermarias novas: a Maternidade DARCY VARGAS, em articulação com o Estado, no antigo hospital BEATRICE BERLE.

Não se deve esquecer a CASA DA CRIANÇA e a CRECHE CIRCULISTA "MENINO JESUS", e outras casas, que também recebem a cooperação do Govêrno estadual.

— o —

O número de pessoas doentes atendidas atingiu a 337.890 em comparecimentos, sem contar as que o foram pelas ambulâncias fornecidas a particulares.

Como se vê, só com assistência e medicamentos inverte o D. S. A. um capital bem representativo, que onera bastante as suas despesas.

Com exceção dos comparecimentos aos diversos serviços do Centro de Saúde e aos Dispensários dos Serviços Especiais, as pessoas atendidas nos diversos Postos Médicos da Capital e Interior somam 193.016, assim distribuidos:

Postos Médicos de Manaus	137.172
Postos Médicos do Interior	45.986
Postos volantes (viagens às regiões sem postos)	6.490
Consultórios de assistência dentária . . .	1.709
Consultório de higiene pré-natal	1.659

Quanto à espécie dos serviços prestados, estão assim distribuidos:

Consultas	116.881
Injeções diversas	62.896
Curativos diversos	15.632

Do total de consultas: 79.322 foram nos Postos Médicos de Manaus; 29.848 nos Postos Médicos do Interior; 4.530 nos chamados Postos Volantes; 1.709 nos Consultórios de Assistência Dentária (fora do Centro de Saúde) e 1.472 no Consultório de Higiene Pre-Natal (Pôsto do Boulevard Amazonas).

Do total de injeções 48.006 foram aplicadas nos Postos Médicos de Manaus; 12.077 nos Postos Médicos do Interior 690 nos Postos Volantes; 67 no Consultório de Higiene Pré-Natal e 2.056 nos Consultórios de Assistência Dentária, sendo de salientar que êste número é maior que o de pessoas atendidas, porque se trata de injeções anestésicas aplicadas naquelas.

A frequência dos Postos Médicos de Manaus está assim distribuida:

1 — Praça 14 de Janeiro	22.481
2 — Labor (Educandos)	14.589
3 — Boulevard Amazonas	13.351
4 — Cachoeirinha . . .	7.162
5 — Matinha	5.560
6 — Cruzeiro (Educandos)	5.348
7 — São Raimundo . .	5.151
8 — Girau (Beco do Macedo)	3.096
9 — Santa Luzia (Imboca)	2.861
10 — Flores e Colônias dos Franceses e Sto. Antônio . .	1.813

Além dêsses Postos existem mais quatro, que, embora não pertençam ao D. S. A., são entretanto "Postos em Colaboração" com diversas entidades religiosas a maioria, e para os quais contribui êste Departamento com ambulâncias de medicamentos e outros auxílios. A frequência dêsses Postos foi a seguinte:

1 — Aparecida (Bairro de igual nome) .	24.966
2 — S. Geraldo (Bairro do mesmo nome) .	16.431
3 — Adriano Jorge (Bairro de Adrianópolis) . . .	9.823
4 — Vivaldo Lima (Colônia Oliveira Machado)	4.520

A frequência dos chamados Postos Médicos do Interior está assim distribuida:

1 — Vila do Careiro ..	5.036
2 — Iranduba	4.122
3 — Curarí Grande . .	3.875
4 — Costa do Passarinho	3.252
5 — Rosarinho	3.076
6 — Coari (Cidade) . .	2.867
7 — Maués (Cidade) . .	2.393
8 — Manacapuru (Cidade)	2.391
9 — Guapiranga	2.381
10 — Paraná da Eva . .	2.316
11 — Ambrósio Aires (Autaz-açu) . . .	2.11[illegible]
12 — Autaz-Mirim . . .	1.997
13 — Borba (Cidade) . .	1.784
14 — Anamã	1.672
15 — Vila Nova de Tonantins	1.348
16 — Carauari (Cidade)	1.240
17 — Terra Nova	1.204
18 — Boca do Careiro . .	788
19 — Humaitá	771
20 — Quirimiri (Autaz-Açu)	486
21 — Janauacá (Lago) .	348
22 — Codajás (Cidade) .	227
23 — Axini	166
24 — Foz do Aripuanã .	156
25 — Marco divisório Brasil-Colômbia . .	—

Quanto às pessoas atendidas pelos elementos volantes dêste Departamento, assim estão distribuidos pelas regiões visitadas e mês correspondente:

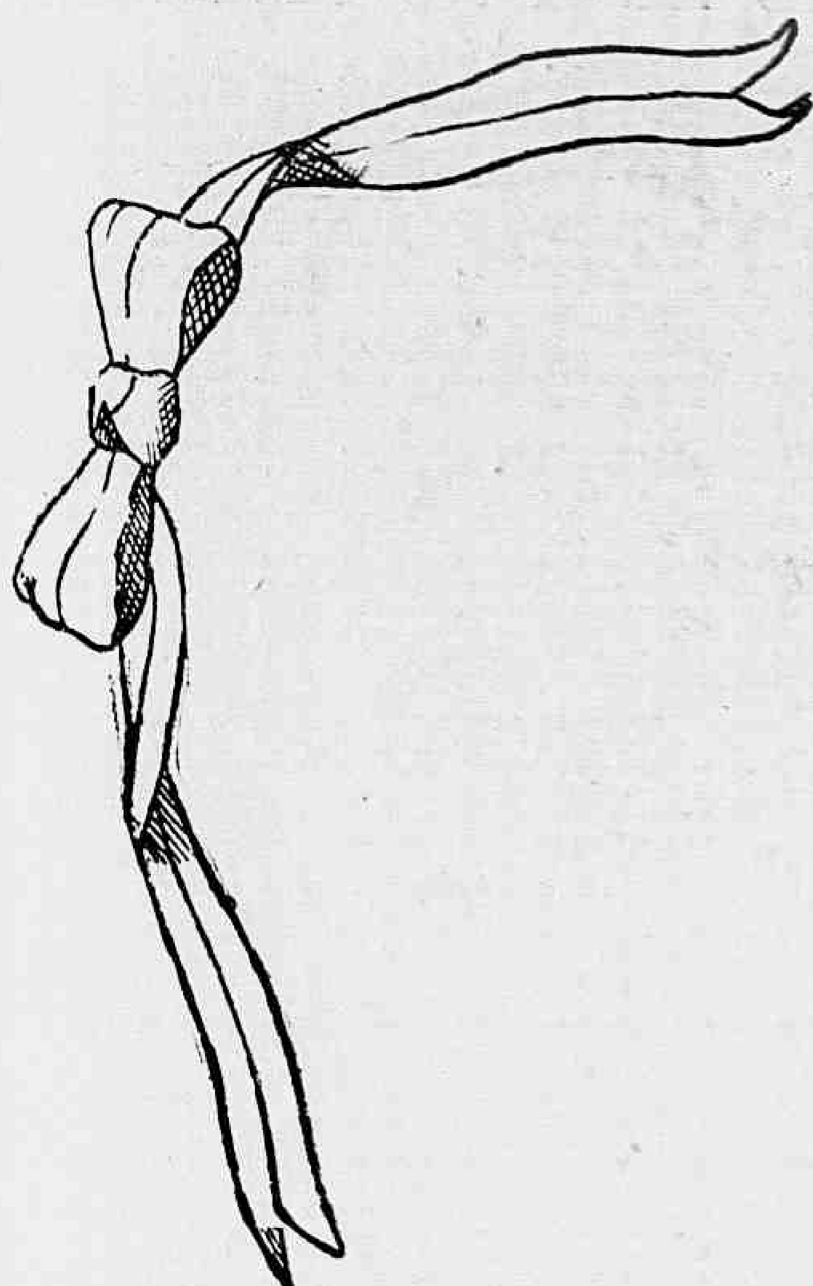
1 — Fevereiro — Itapiranga	217
2 — Março — Silves . .	264
3 — Março — Barreirinha	371
4 — Março — Lago do Anori	414
5 — Março — Urucurituba	227
6 — Abril — Itapiranga	561
7 — Maio — Itapiranga	280
8 — Maio — Silves . . .	105
9 — Junho — Itapiranga	516
10 — Junho — Silves .	393
11 — Julho — Parintins	84
12 — Julho — Paraná de Parintins	111
13 — Julho — Serra de Parintins	83
14 — Julho — Paraná do Espírito Santo ..	86
15 — Julho — Ilha Afonso de Carvalho . .	351
16 — Julho — Paraná do Ramos	125
17 — Setembro — Itapiranga e Silves .	631
18 — Outubro — Itapiranga	452
19 — Outubro — Silves	312

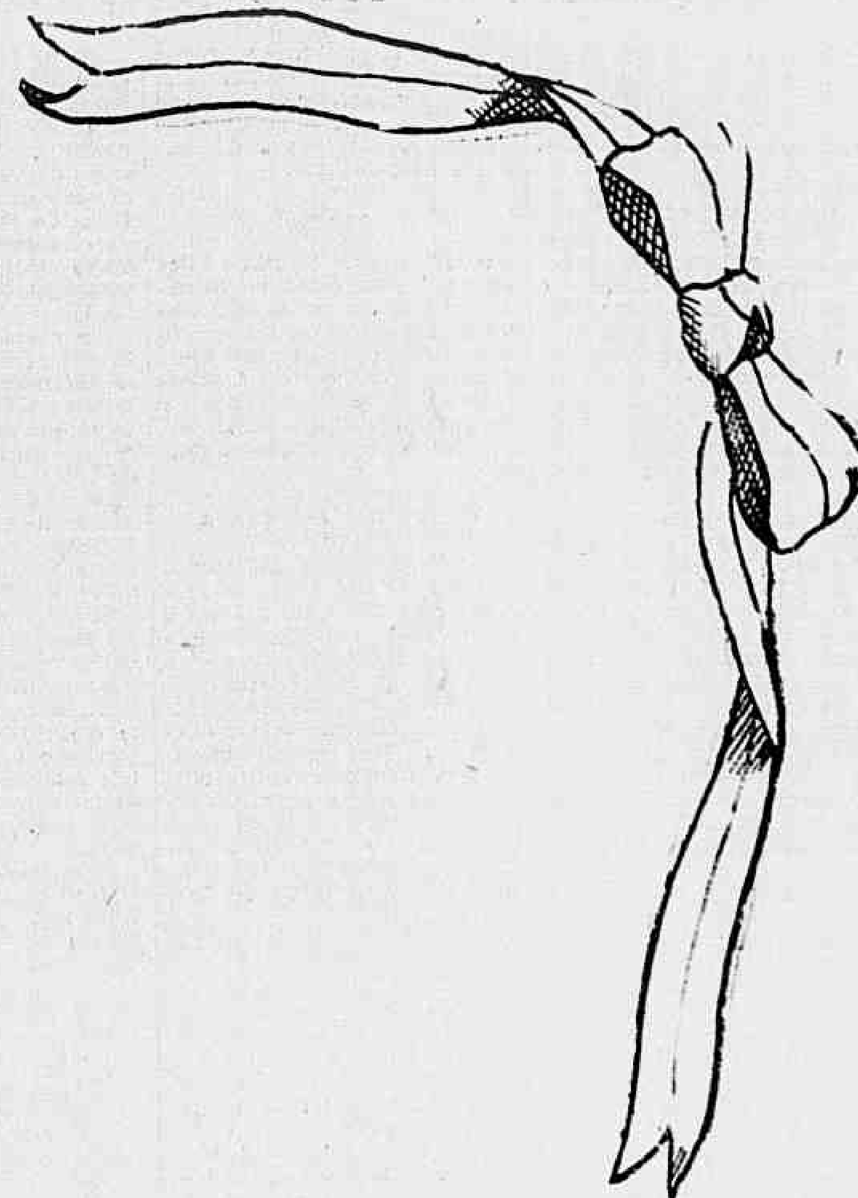
(CONTINUAÇÃO DO N.º DE ONTEM)

MORTALIDADE GERAL

O coeficiente geral de mortalidade referente ao ano de 1951 foi o mais baixo de todos os tempos. Calculado na base da estimativa da população para 1.º de

(Conclui na 10ª página)





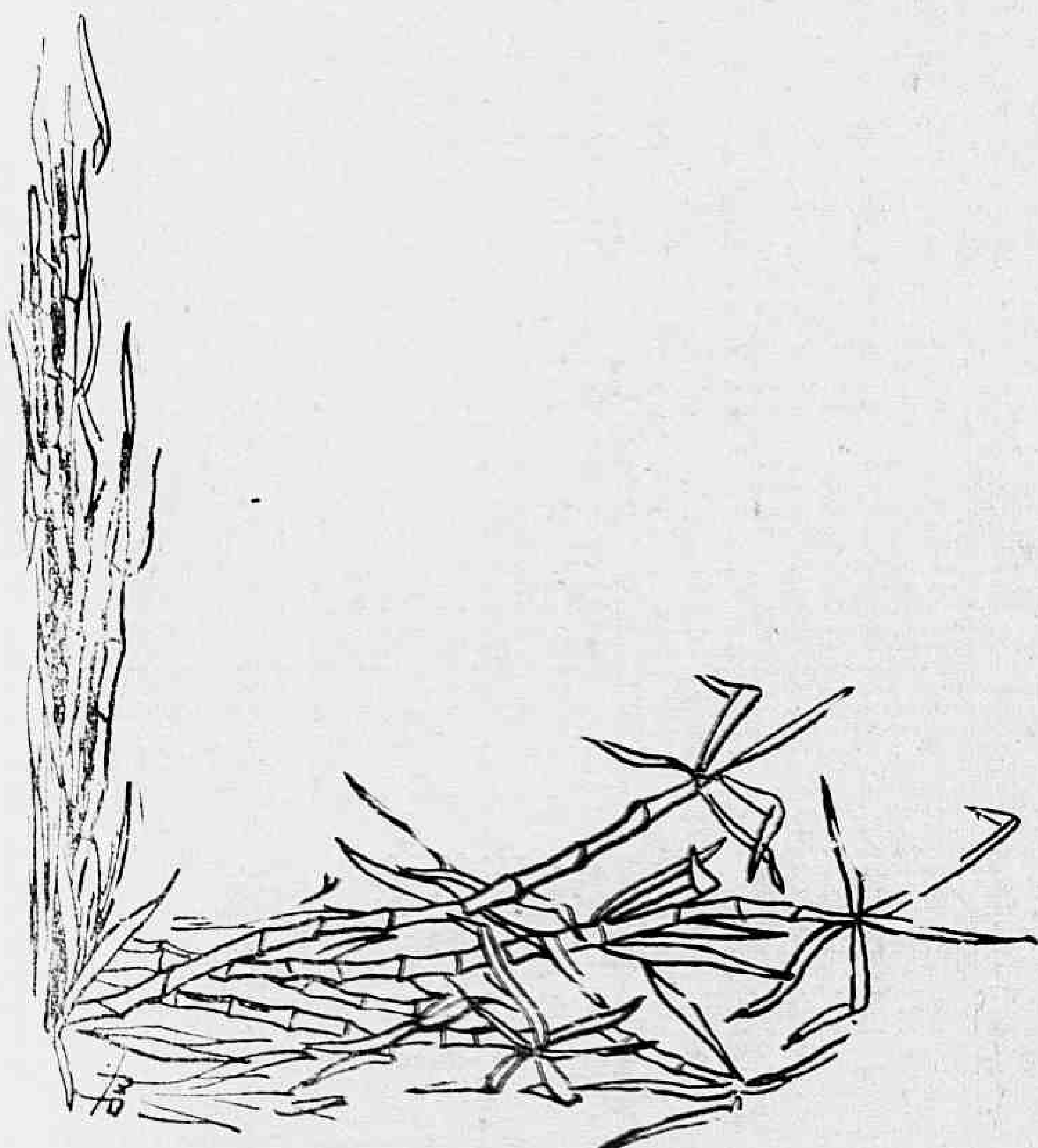
Salve 19 de abril

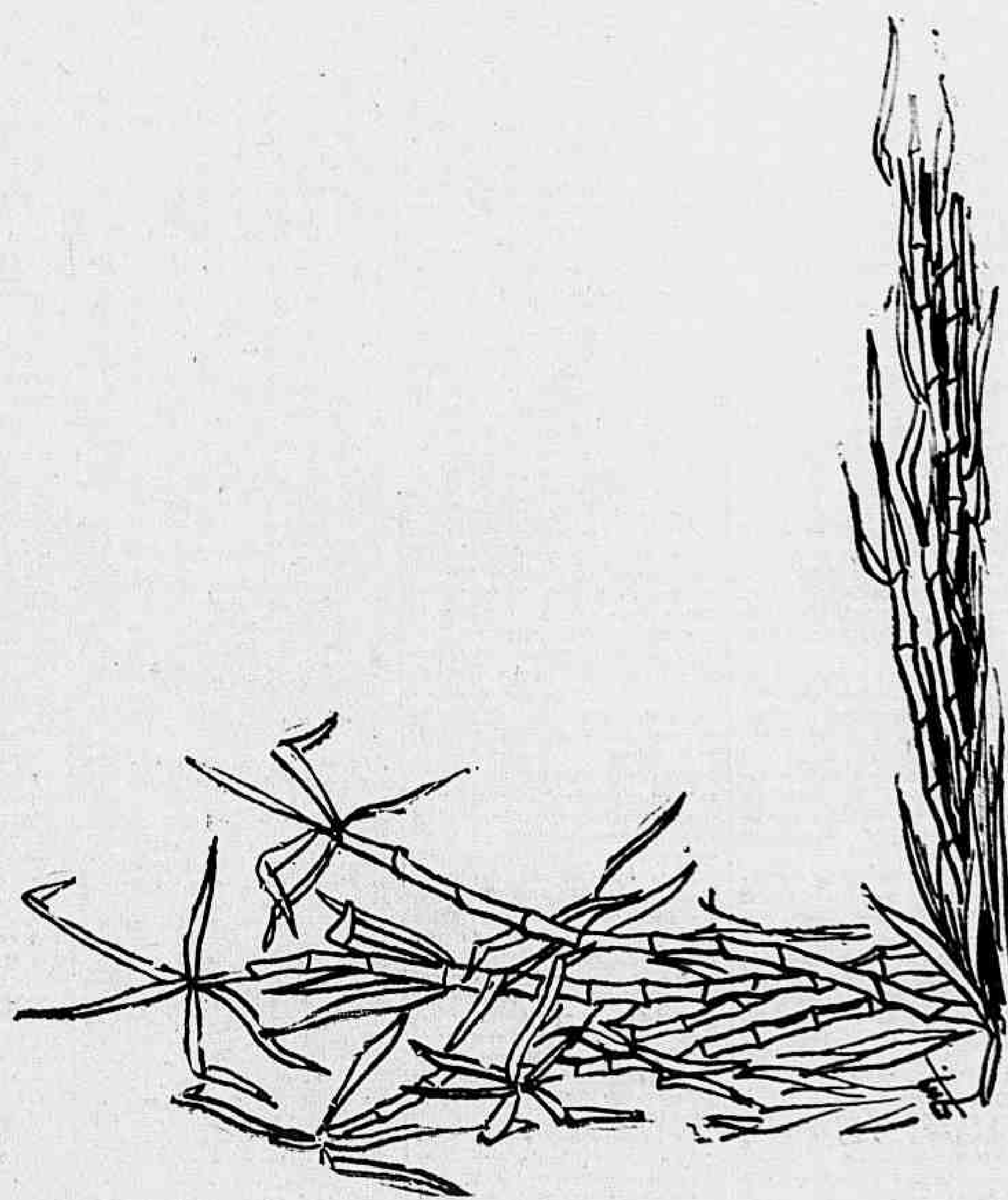
AO PRECLARO PRESIDENTE

GETULIO VARGAS

HOMENAGEM DA

COOPERATIVA DOS UZINEIROS DE PERNAMBUCO





O PRIMEIRO ANO DE GOVERNO DO SR. ALVARO MAIA NO AMAZONAS

(Continuação da pág. 8)

julho do ano em referência, por mil habitantes, apresentou a cifra de 14.5 para a cidade de Manaus, contra 16.2 no ano de 1950.

SERVIÇOS DE LABORATÓRIOS

Os Serviços de Laboratórios do D. S. A. compõem-se de Chefia, Laboratórios de Bacteriologia e Laboratório Químico-Bromatológico. Anexo a êste último, funciona uma Seção de Produção. Também, quando é solicitado, realiza pesquisas toxicológicas. Pelas dificuldades de diversas ordens, êsse setor não produz o que dêle poderia esperar a Saúde Pública.

O Laboratório Bacteriológico em 1951 realizou um total de exames de 19.494 entre os quais: sôro-diagnóstico para sífilis (Reação de Kahn); Fezes (ovo-helmintoscopia); Urina (pesquisa de elementos anormais); Escarro (pesquisa de Bacilo de Kock); Muco-nasal (pesquisa de Bacilo de Hansen); Secreções (pesquisa de Diplococos de Neisser e do Corynebacterium diphiterae); Sangue (pesquisa de hematozoários. Hemocultura para febres tifóide e paratifóide, Reação de Widal).

Pela Farmácia, que também está afeta aos Serviços de Laboratórios, foram atendidas ..... 12.027 pessoas. O número de fórmulas despachadas, inclusive para os diversos Postos, somou 3.908.330 gramas, aproximadamente QUATRO TONELADAS!

SERVIÇO DE PROFILAXIA DA LEPRA

Este setor pela sua organização é composto de Chefia, Dispensário, Sanatório-Colônia "Antonio Aleixo" e Vila "Belisário Pena", competindo-lhe ainda a fiscalização dos Preventórios. É um dos mais importantes do D. S. A., não só pelo valor epidemiológico de sua ação, dada a alta prevalência que entre nós atinge a endemia leprótica, como também pelo ponto de vista médico-social, pois a êle compete, visando a erradicação da leprose no Estado, executar e fazer cumprir tôdas as medidas tendentes a êsse fim.

Nos dois leprocômios que lhe estão subordinados, em janeiro do ano corrente, existiam isolados 1.442 doentes, distribuidos assim: 591 na Vila "Belisário Pena" e 851 no Sanatório-Colônia "Antonio Aleixo".

O movimento desenvolvido em 1951 pode ser assim resumido: ficharam-se 277 novos doentes, dos quais 232 foram isolados; receberam-se 32 notificações de casos suspeitos dos quais 29 confirmadas como positivos; faleceram 64 doentes fichados; foram fichados e examinados 930 comunicantes; realizaram-se 163 exames de laboratórios; compareceram ao Dispensário 499 doentes; aplicaram-se em doentes no Dispensário, ainda, 601 injeções, em domicílio, 290, e, nos leprosários, 25.422; reinternados 14 doentes; enviados para internamento em preventório 132 crianças, filhos ou comunicantes de hansenianos; foram feitas 631 extrações dentárias, nos internados na Colônia "Antônio Aleixo" e 325 na Vila "Belisário Pena"; também se fizeram 260 curativos dentários em internos da Colônia "Antônio Aleixo" e 326 ditos nos da Vila "Belisário Pena".

Quanto à medicação pelas sulfonas, foi a seguinte: na Colônia "Antônio Aleixo":

47.087 ampolas de Promin; 16.022 comprimidos de Diazone; 59.937 comprimidos de Diamidin.

Na Vila "Belisário Pena":

392 ampolas de Promin; 26.357 comprimidos de Diazone; 4.390 comprimidos de Diamidin.

No Dispensário Central:

29.808 comprimidos de Diazone.

Foram, pois, empregados 153.514 comprimidos e 47.479 ampolas de Sulfonas.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE, A INFANCIA E A ADOLESCÊNCIA

É êste também um dos setores de importância capital do D. S. A. Infelizmente não corresponde ainda às suas principais finalidades, que podem ser resumidas:

a) — realizar inquéritos e estudos relativamente à situação em que se encontra, em todo o Estado, o problema social da maternidade, da infância e da adolescência;

b) — divulgar tôdas as modalidades de conhecimentos destinados a orientar a opinião pública sôbre o problema da criança, quer com o fim de formar uma consciência social de necessidade dessa proteção, quer como fim de dar os convenientes ensinamentos àqueles que tenham o encargo da execução de medidas relativas a êste mesmo problema;

c) — estimular e orientar a organização de estabelecimentos públicos e particulares, destinados à proteção, à maternidade, à infância e à adolescência;

d) — fiscalizar em todo o Estado a realização das atividades que tenham por objetivo a proteção à maternidade, à infância e à adolescência.

Em data de 7 de março corrente, foi assinado entre o Govêrno do Estado e o Departamento Nacional da Criança um Convênio, a fim de que o Amazonas possa participar dos benefícios concedidos às crianças, às gestantes e nutrizes pelo Fundo Internacional de Socorro às mesmas.

ALEIXO — VILA BELISARIO PENA

Com os 1.442 internados nos dois sanatórios do "Aleixo" e Vila "Belisário Pena", o Estado tem uma despesa forçada de Cr$ 7.000.000,00 para a sua manutenção. Aumenta o número dos que povoam os dois sanatórios: procedem dos rios interiores, evadidos dos seringais, ao sabor das correntezas. Todos pobres, sem roupas, subalimentados. Continua a ser êsse o maior problema do Amazonas, irmanado à tuberculose e ao paludismo.

—o—

O Educandário "Gustavo Capanema" para filhos de hansenianos está a cargo de dona Isabel Soares Nogueira, devotada a essa instituição. Hospeda umas dezenas de crianças e adolescentes em suas atuais instalações e inaugurou em janeiro dêste ano o Grupo Escolar "Murilo Braga".

CAMPANHA CONTRA A TUBERCULOSE

O Amazonas deve ao General EURICO DUTRA, então na Presidência da República, durante a administração LEOPOLDO NEVES, um grande benefício — a construção do Sanatório ADRIANO JORGE, com 430 leitos, ainda sem funcionamento, por falta de verba. Como expressão oficiosa, para solucionar tantas dificuldades, continua a prestar assistência, com os seus 30 leitos para homens e mulheres, o Hospital SÃO SEBASTIÃO, pertencente à SANTA CASA DE MISERICÓRDIA.

Não fôsse a abnegação da LIGA AMAZONENSE CONTRA A TUBERCULOSE, em que prestam assistência, sem remuneração os tisiólogos DJALMA BATISTA, CARLOS MELO e MOURA TAPAJÓS, e maiores dificuldades se apresentariam, sem solução, mesmo de emergência.

Dezenas de funcionários, estudantes, criaturas de tôdas as profissões apelam diàriamente para a assistência oficial — medicamentos, exames, alimentação adequada, passagens, diárias em pensões e sanatórios.

A Bancada Federal movimentou-se para atender tão delicada questão — e o deputado RUI ARAUJO apresentou um projeto, ainda em tramitação no Palácio Tiradentes, abrindo um crédito de Cr$ 5.000.000,00 para o custeio do Sanatório.

Transcreva-se, por elucidação à campanha, o ofício do Dr. MARIO JORGE COUTO LOPES, Presidente da LIGA AMAZONENSE CONTRA A TUBERCULOSE.

SENHOR GOVERNADOR:

Atendendo a solicitação constante do ofício número 423-51 GE, de 30 de março último, de Vossa Excelência, tenho a honra e a satisfação de transmitir o pensamento da LIGA AMAZONENSE CONTRA A TUBERCULOSE em relação ao funcionamento do SANATÓRIO recém-construido nesta capital pela Campanha Nacional Contra a Tuberculose.

Reza o CONVÊNIO firmado entre a Campanha e o Estado, em sua cláusula QUINTA: "As obras construídas pelo Serviço Nacional de Tuberculose em terreno cedido pelo Estado e para o Estado do Amazonas, à conta do crédito destacado para essa unidade da Federação, que, uma vez concluídas, ao fim de um ano não tenham sido utilizadas no programa, passarão ao domínio do Serviço Nacional de Tuberculose, que as administrará diretamente ou por intermédio de entidades outras, oficiais ou não, integradas na "Campanha Nacional contra a Tuberculose" através de Convênios firmados na forma do Decreto-Lei Federal n. 9.387, de 20 de junho de 1946".

Não tendo o Estado do Amazonas recebido o SANATÓRIO depois de concluído, sob o fundamento de não dispor de recursos financeiros à sua manutenção, não é admissível a espera de um ano, prazo estipulado na cláusula QUINTA, transcrita, e período em que o próprio e suas instalações sofrerão o natural deterioramento, enquanto cada vez mais imperiosa se evidencia a utilização do prédio e o preenchimento de suas finalidades.

Tratando-se de um estabelecimento com a capacidade para 430 leitos, devemos calcular o seu custeio na base mínima de Cr$ 50,00 por leito-dia, o que importará no dispendio diário de Cr$ 21.500,00, ou sejam Cr$ .... 645.000,00 por mês e Cr$ ...... 7.740.000,00 por ano.

É evidente que só o Govêrno Federal, por administração direta ou indireta, poderá tomar a seu cargo as responsabilidades dessa despesa de tão alta envergadura, mobilizando recursos orçamentários ou os das instituições de previdência, sugestão que fazemos nesta ocasião.

O telegrama firmado pelos parlamentares Antônio Maia, Rui Araujo e André Araujo, cuja cópia Vossa Excelência enviou em anexo ao ofício em resposta, informa, preliminarmente, que o Diretor do Serviço Nacional de Tuberculose, sob o fundamento das dificuldades oriundas das medidas compressivas tomadas pelo Govêrno, alegou a impossibilidade do Ministério da Educação ou do Serviço, atender ao funcionamento do SANATÓRIO. Era evidente que esperávamos o início das atividades, no corrente ano, em face das verbas consignadas no Orçamento de 1951 para o prosseguimento da Campanha.

Nesta oportunidade, depois da inversão de somas tão elevadas em uma construção que honra a engenharia hospitalar do país, resta-nos apelar:

1.º — Para o pretendido entrosamento da Campanha com as instituições de previdência e assistência social, que, a nosso ver, poderão arcar, no mínimo, com a responsabilidade de custeio de um terço dos leitos, sejam Cr$ .. 2.500.000,00, anuais;

2.º — para um crédito especial, a ser pleiteado pela bancada amazonense, na quantia excedente, sejam Cr$ 5.490.000,00, na conformidade dos nossos cálculos.

São bem conhecidas as dificuldades de tramitação de projetos dessa natureza nas casas do Parlamento, especialmente quando originários de pequenas bancadas, porém contamos com o patriotismo de Vossa Excelência e dos nossos representantes nas duas Casas do Congresso, não faltando certamente o interêsse do Chefe da Nação, que poderia ser solicitado ainda por Vossa Excelência.

Um ponto essencial deverá ser firmado, em tôrno dêste assunto de tamanha relevância, que resulta da prática dos nossos eficientes colaboradores, os ilustrados clínicos que formam nos quadros da LIGA, na direção do Dispensário "Cardoso Fontes" e no Ateneu de Tisiologia "Clemente Ferreira", aos quais, prazeirosamente, submetemos a matéria. O SANATÓRIO para ser realmente eficiente e não se transformar em obra de fachada, precisa funcionar com os seus diversos serviços médicos, de enfermagem, administrativos, etc., devidamente organizados, de modo a proporcionar maior rendimento na luta antituberculosa e o mínimo de ineficiência nas suas instalações, que, ressaltamos, são primorosas.

Aproveito a oportunidade que se me oferece para renovar a Vossa Excelência os agradecimentos dos corpos dirigentes da LIGA AMAZONENSE CONTRA A TUBERCULOSE pelo interêsse sempre demonstrado em auxiliar o funcionamento desta instituição, com a segurança de que, mais uma vez, Vossa Excelência prestará ao ESTADO DO AMAZONAS e ao seu povo, na consecução do funcionamento do SANATÓRIO, um grande e inestimável serviço.

Atenciosas saudações.

MARIO JORGE COUTO LOPES — Presidente.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

É com pesar que trago ao vosso conhecimento que êste nosocômio de tão humanitárias tradições, onde sempre depararam e deparam ainda carinhoso tratamento quantos a êle recorrem combalidos por doenças, vive em difícil e consternadora situação financeira, não sendo infelizmente possível ao Estado correr-lhe em auxílio, como desejaria, neste momento de grave crise.

Ainda em maio do ano passado, oficiou ao Govêrno o ex-provedor da Instituição, sr. Agesilau Araujo, apelando com instância para o pagamento da vultosa dívida de Cr$ 900.000,00 que o Tesouro deixou acumular no período de 1947 a 1950 e declarando que êsse fato lamentável originou "a diminuição da assistência às pessoas pobres na terceira classe, acarretou o descrédito junto às firmas fornecedoras e obstou aos melhoramentos materiais na Santa Casa".

Hospital de larga beneficência gratuita, da qual lhe deriva o mais pesado onus, acolhendo sob o seu teto caridoso ricos e pobres, sem distinção de nacionalidades ou de credos religiosos, ainda assim não pôde conhecer a Santa Casa, para abençoá-la a filantrópica floração dos altruístas que, noutras terras, sentem o júbilo de socorrer com o que lhes sobeja nos cofres a penúria quase radical das casas, que abrigam e tratam enfermos de tôdas as categorias. Foi, pois, a bem dizer singular a comunicação que recebeu o Govêrno, de que, recentemente, o Banco de Crédito da Amazônia doara à Santa Casa de Misericórdia a espórtula de Cr$ 25.000,00.

Lutando com tôda a sorte de desconfortos e desempenhando sua missão cristã no meio das maiores necessidades, a abnegada instituição, em 1951, a despeito de tantos elementos adversos, pôde oferecer êste índice de fecundo trabalho:

Operações realizadas, 1.006; curativos no ambulatório externo, 7.665 e injeções aplicadas, 3.650; 263 extrações no gabinete dentário e 181 análises clínicas. Passaram pela Maternidade 1.577 clientes e nos 1.931 doentes que remuneraram o seu tratamento corresponderam 2.468 que nada despenderam.

Para fazer face a todo êsse enorme labor, pôde apenas contribuir o Estado, dada a melindrosa situação das suas finanças, com Cr$ 546.569,60 de subvenções, auxílios e contas de hospitalização.

O atual corpo clínico da Santa Casa se compõe de 21 médicos, dos quais sòmente seis não recebem estipêndio. Graças ao esfôrço do Dr. Leopoldo Tavares da Cunha Melo, dispõe hoje o estabelecimento de uma tenda de oxigênio. Também a Santa Casa assinou contrato com a Escola de Enfermagem do SESP para instalação dêsse serviço sob bases técnicas, estando já em pleno funcionamento em sala bem aparelhada.

Consoante informação do atual Provedor, sr. Ermindo Fernandes Barbosa, a Santa Casa ainda não está integralmente paga do prédio que vendeu à futura Faculdade de Medicina.

S.E.S.P.

Digna de admiração é a rêde assistencial do SESP, articulando os principais pontos do interior a um esquema real de amparo aos habitantes, com segurança técnica e sem influência de grupos partidários. A ação é de todos para todos.

As obras programadas para o Amazonas, além do abastecimento d'água de Manaus, estudado em capítulo à parte, determinam, de fato, o amparo do homem do interior, beneficiado, nas pequenas cidades e nos seringais, pelos médicos e enfermeiros do SESP.

A Escola de Enfermagem, sediada em Adrianópolis, seria bastante para recomendar o serviço: dentro em breve, o problema da enfermagem, sob cursos rigorosos, estará solucionado no próprio Amazonas. A Escola de Enfermagem de Itacoatiara foi o ponto inicial. O doutor AMINTAS BASTO, Diretor do Programa da Amazônia, apresentou ao Govêrno do Estado uma relação das obras programadas:

MAUÉS, MANACAPURU, TEFÉ E BENJAMIM CONSTANT — Os projetos já estão em elaboração.

COARI, ITACOATIARA E PARINTINS — A serem projetados. Os de Itacoatiara e Parintins serão obras de ampliação do atual sistema.

Para essas sete localidades o SESP dispõe das seguintes verbas:

1950 — Cr$ 2.082.500,00
1949 — Cr$ 4.905.000,00
Cr$ 6.987.500,00

CONSTRUÇÃO DE HOSPITAIS

PARINTINS — em construção. Já havendo 54% da obra executados. É um hospital para 50 leitos.

BENJAMIM CONSTANT — Hospital para 25 leitos. Em construção, 45% da obra já executados.

BORBA — Hospital de 25 leitos. Estão feitas apenas as fundações.

HUMAITA, EIRUNEPÉ, BOCA DO ACRE, LABREA e MANICORÉ — Projetos em estudo.

BARCELOS — Por ordem do Senhor Presidente da República foi entregue a verba e o material já adquirido à Prelazia de Barcelos, para executar a construção.

Para a construção dêsses hospitais o SESP recebeu as seguintes verbas:

1948 — Cr$ 5.600.000,00
1949 — Cr$ 5.600.000,00
1950 — Cr$ 4.313.750,00
Cr$ 15.513.750,00

CONSTRUÇÃO DE SUBPOSTOS DE SAÚDE

CODAJÁS — Construção ultimada. Já entrou em funcionamento, devidamente equipado e abastecido de medicamentos, em março dêste ano, estando entregue a um guarda de subpôsto, sob a responsabilidade e supervisão do médico chefe do Distrito Sanitário de Tefé.

MANACAPURU — Construção terminada. Estamos equipando e abastecendo de medicamentos êsse subpôsto. O guarda está em treinamento. Essa unidade ficará subordinada ao Distrito Sanitário de Itacoatiara.

URUCARA e URUCURITUBA — Já foi iniciada a construção dêsses dois subpostos, que deverão ser ultimados em junho e setembro dêste ano, respectivamente.

CARAUARI, CANUTAMA, FONTE BOA, S. PAULO DE OLIVENÇA, UAUPÉS e MANICORÉ — A executar.

O SESP recebeu a seguinte verba:

1949 — Cr$ 1.250.000,00

UNIDADES SANITÁRIAS EM OPERAÇÃO

No Estado do Amazonas há, presentemente, as seguintes unidades sanitárias em funcionamento:

PARINTINS — Pôsto de Higiene, dispondo de um médico sanitarista, um médico assistente, uma enfermeira e mais 14 funcionários entre pessoal técnico e administrativo.

O prédio foi construído pelo SESP.

ITACOATIARA — Pôsto de Higiene, com um médico sanitarista, um médico assistente, uma enfermeira, além de 14 funcionários, entre pessoal técnico e administrativo.

O prédio foi construído pelo SESP.

O subpôsto de Manacapurú é subordinado a essa unidade.

EIRUNEPÉ — Pôsto de Assistência Médica, com 1 médico e mais 6 funcionários.

LABREA — Pôsto de Assistência Médica, com 1 médico e mais 4 auxiliares.

Dispõe de 1 subpôsto — Boca do Acre.

MANICORÉ — Pôsto de Assistência Médica com 1 médico e 5 auxiliares.

MAUÉS — Pôsto de Assistência Médica, ocupando prédio especialmente construído pelo SESP, dispondo de 1 médico e 5 auxiliares.

TEFÉ — Pôsto de Assistência Médica, tendo 1 médico e 7 funcionários.

Há um subpôsto — o de Codajás — subordinado a essa unidade.

BENJAMIM CONSTANT — Pôsto de Assistência Médica, com 1 médico e 6 funcionários.

Instalado em casa de madeira, pre-fabricada e armada pelo SESP.

O pessoal lotado nessas unidades sanitárias é representado por médicos sanitaristas, médicos clínicos, enfermeiras, visitadoras sanitárias, auxiliares hospitalares ou atendentes, guardas sanitários, guardas de subpôsto, laboratoristas, secretário-caixa, arquivista, hortelão e servente.

SERVIÇO DE SOCORROS DE URGÊNCIA

Instalado em 1943, em simples enfermaria da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, o SERVIÇO DE SOCORROS DE URGÊNCIA impôs-se à população e precisa ser estruturado em bases amplas, de molde a estender-se a todo o nosso território.

O Doutor CARLOS FREDERICO ARAUJO DA SILVA, seu Diretor, submetendo um plano de organização ao estudo do Govêrno, demonstra que o SERVIÇO, funcionando em casa residencial, "não pode ainda ser reestruturado de forma a suprir integralmente a sua finalidade, visto as condições econômica e financeira do Estado não permitirem a consecução de um plano capaz de resolver, em definitivo, a situação em que se encontra êsse órgão da administração pública".

São precárias as condições exigidas para uma organização completa de PRONTO SOCORRO — salas de operações, sala de Raio X, sala de oftalmo-otorrinolaringologia, gabinete dentário, ambulância e automovel.

Sugere o referido Diretor a construção de edifício apropriado, de acôrdo com a técnica moderna, o que se poderia conseguir com auxílio federal, destacadas as despesas do fundo da VALORIZAÇÃO ECONOMICA DA AMAZONIA.

O doutor CARLOS FREDERICO ARAUJO DA SILVA prevê um edifício para uma cidade de 200.000 habitantes, assediada, por acréscimos, resultantes dos êxodos da hinterlândia, quando os trabalhadores se refugiam na Capital.

A sugestão, uma vez possíveis as ampliações, merece ráios de ação ainda mais amplos: as pequenas cidades do interior não poderão dispor de serviço de pronto socorro por algum tempo. São procuradas suas seções por acidentados dos seringais, mordidos por jacarés e cobras, além de outros acidentes naturais às terras em exploração. Morrem, por falta de assistência médica imediata.

O SERVIÇO DE PRONTO SOCORRO deve estender-se a todo o nosso território: articulado ao AERO-CLUBE, quando houver táxis aéreos, poderá irradiar os seus benefícios, tornando-se, na realidade, uma obra assitencial insubstituível na vida amazonense. É uma idéia a objetivar, em conexão com as prefeituras e os próprios seringalistas.

Este Serviço teve bastante movimento em 1951, explicável pelo aumento da nossa população. Foram numerosos, infelizmente, os acidentes registrados, nos quais avultou a cifra dos de viação urbana. Pelos tratamentos de emergência e curativos levados a efeito, nada se cobra às pessoas desprovidas de recursos e mesmo as que podem pagar estão sujeitas a uma pequena taxa, representada na renda módica de Cr$ 450,00, recolhida ao Tesouro.

Fizeram-se 3.024 transportes de doentes e socorreram-se 4.361 acidentados.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

As obras assistenciais enfrentam duríssimas dificuldades em 1951, pela redução ou mesmo côrte das dotações federais, previstas em orçamento passado. Construções foram paralisadas, abrangendo colégios e hospitais, sem esquecer o próprio movimento diário dos internatos.

A LEGIÃO BRASILEIRA não executou seus planos, principalmente no interior, que ficou entregue às missões religiosas e parcos auxílios prefeiturais. A PREFEITURA DE MANAUS, abalada na arrecadação, não teve crédito para simples hospitalizações, concessões de passagens a necessitados, auxílio de livros e material didático a estudantes.

Recaiu assim a responsabilidade assistencial sôbre as finanças do Estado: raro o dia em que as portas do Palácio RIO NEGRO não sejam procuradas angustiosamente para ordens de internamento nos hospitais e nas maternidades, para medicamentos urgentes nas farmácias.

Livros, uniformes, fazendas para os casais pobres, aquisição de palha para cobertura de barracas em zonas suburbanas, enterramentos, passagens para enfermos são pedidos de tôdas as horas, naturais em moradores desajustados, sem profissões especializadas, egressos dos seringais e castanhais.

Sucedem-se as intervenções cirúrgicas, na maior parte gratuitas, por operadores devotados da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA e da SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE.

Essas ocorrências motivaram excessos nas dotações assistenciais do Estado, que não pode desatender aos enfermos, aos pobres, aos vencidos na luta pela existência.

JUIZADO DE MENORES

Foi construído, na administração LEOPOLDO NEVES, um edifício, na linha de Flôres, próximo ao Hospício EDUARDO RIBEIRO, destinado ao funcionamento da Escola MELO MATOS, ora um departamento da PENITENCIARIA. Inaugurado, tomou o nome de LEOPOLDO PÉRES, em homenagem ao ilustre parlamentar amazonense, já falecido.

Urge dotação para sua instalação — luz, água, mobiliário.

Poderá ser construído, vizinho a essa Escola, um pavilhão, em que sejam internadas as menores da ESCOLA MARIA MADALENA, ora em desaconselháveis condições em prédio impróprio e insuficiente.

Providência de caráter urgente, irá solucionar duas situações difíceis.

POLICIA MILITAR DO ESTADO

Permanece à frente desta corporação, à qual vem prestando bons serviços por sua rigorosa ação disciplinadora, o sr. coronel Manoel Corrêa da Silva.

Não houve alterações relevantes no pessoal administrativo. Previsto o efetivo da Polícia Militar em 334 homens, no ano findo, ao terminar o exercício verificou-se no quadro de oficiais um excedente de 5, sendo 2 capitão, 1 primeiro tenente e 2 segundos tenentes.

Continua o regime da época indeterminada para as inclusões, as quais se verificam à medida que ocorrem os licenciamentos. Não recebeu a Polícia Militar, em 1951, contingentes de outros Estados.

Engajamentos e reengajamentos obedeceram aos dispositivos da lei estadual número 82, de 29 de Novembro de 1947.

A confecção de uniformes está a cargo da alfaiataria da Corporação que emprega, para auxiliar os artífices, costureiras particulares. Essa medida de que resulta apreciável economia, atende plenamente às necessidades da Polícia Militar.

Quanto ao Serviço de Saúde, funciona sem atropelos. A enfermaria atendeu a todos os casos de hospitalização por moléstias não transmissíveis. Não tendo a Corporação Serviço de Veterinária organizado, os animais que utiliza foram tratados por um veterinário civil, mediante gratificação paga com as economias da instituição.

Funcionaram durante o ano de 1951 a Escola Regimental e outra de Alfabetização de Adultos, com excelentes resultados. De um modo geral, informa o Comandante da Polícia Militar, "foi bem elevado o espírito de disciplina da tropa, não se registando nenhum fato que lhe afetasse a boa marcha".

Apesar da vultosa dotação orçamentária que teve o ano findo, no valor de Cr$ 4.442.940,00, afora os créditos suplementares que lhe foram concedidos, a Polícia Militar carece de melhoramentos urgentes no seu quartel, além de nova aparelhagem nos serviços de água e luz, não sendo pequeno o número de seus credores por fornecimentos de diversas espécies.

CORPO DE BOMBEIROS

O CORPO DE BOMBEIROS, entregue aos cuidados e pago pela Prefeitura, está pràticamente extinto em Manaus: restam os oficiais e algumas praças, estas em ocupações civis.

Capital de 100.000 habitantes, com usinas e bairros operários, onde avultam casas de madeira e palha, precisa reorganizar urgentemente o seu CORPO DE BOMBEIROS, ora sem maquinários, sem mangueiras, sem quartel apropriado.

Pretende o Govêrno comissionar dois oficiais para estudarem, no Rio ou qualquer cidade mais próxima, a organização moderna do CORPO DE BOMBEIROS; já iniciou entendimentos preliminares com as companhias de seguro contra o fogo; autorizou, por medida de emergência e pelas dificuldades financeiras do Estado e da Prefeitura, a aquisição de três máquinas extintoras, pagas pela COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM, para seu serviço e auxílio em qualquer emergência.

Em dois grandes incêndios, que devoraram casas comerciais às ruas Marcílio Dias e Henrique Martins, conseguiu-se debelar o fogo, após enormes prejuízos, mediante a conjugação de esforços das Fôrças do Exército e Polícia da Guarda Civil, das mangueiras da MANAUS HARDOUR e de populares.

O último e mais pavoroso incêndio ocorrido em Manaus, o de maiores proporções e o que produziu mais vultosos prejuízos, foi, sem nenhuma dúvida, o da noite de 9 do corrente no edifício da Campanhia Nacional de Borrachas.

Desapareceram nas chamas, não só êsse valioso patrimônio mas também importantes haveres do Banco de Crédito da Amazônia, representados em goma elástica, um e outros num montante superior a vinte milhões de cruzeiros, conforme as primeiras avaliações. Não podemos continuar à mercê de tão calamitosas surprêsas e precisamos agir sem demora para obstar a tamanhos perigos.

POLICIA CIVIL

Dividida por seus diferentes orgãos de repressão, hierarquicamente subordinados ao Chefe de Polícia, vão êles exercendo suas árduas funções com a precisa regularidade, vigiando pela segurança pública e principalmente alertados contra elementos suspeitos que professam ideologias perigosas, contando todos com o auxílio prestimoso, nesse particular, do 27.º Batalhão de Caçadores. Graças a isso é que a cidade e o interior gozam de tranquilidade, só se havendo registado, recentemente, os crimes bárbaros a que já aludi e que sob a ação repressiva da Polícia se acham devidamente esclarecidos em inquéritos minuciosos já enviados à Justiça para a punição dos culpados.

Maus elementos em grande número se insinuam, infelizmente, entre a população pacata e ordeira da capital, exercendo suas atividades nocivas, em geral nos assaltos à propriedade alheia. Passaram pela Delegacia de Investigações e Capturas nada menos de 351 indivíduos acusados principalmente de crimes de furtos, dos quais 174 foram apreendidos e restituídos a seus legítimos donos. A repressão inflexível ao uso de armas proibidas igualmente não esmorece como o atesta a enorme quantidade delas, tomadas aos seus portadores na via pública ou nas dependências policiais.

É mantido ainda com o efetivo de 190 homens o Corpo de Segurança, já deficiente para manutenção da ordem no âmbito citadino, que cada dia, se larga, continuando, além de outros, o inconveniente que deve ser removido, da utilização dos guardas para serviço das repartições estaduais. Necessita também o Corpo de Segurança de reforma no seu armamento, pois o de seu uso, além de antigo, se acha em mau estado.

Satisfatórias são as atividades do Gabinete de Identificação e Estatística, onde o movimento durante o ano passado foi como se vê dêste resumo: 340 identificações criminais, 1580 identificações civis, 140 legalizações de residência de cidadãos estrangeiros para efeito de permanência no território nacional. Registaram-se ainda oito incêndios com prejuízos totais, mas sem vítimas, nove suicídios e nove tentativas de suicídio.

Um índice da densidade populacional de Manaus, contrastando com a deserção do interior, pode ser encontrado nestas indicações da Inspetoria da Polícia do Porto: — em 1951, entraram aqui, por via fluvial, 10.925 pessoas e por via aérea 6.127, havendo saído no mesmo período, por ambas as vias, 13.074, do que resulta terem ficado em nossa terra 9.88[illegible] pessoas.

O Regulamento da Polícia Civil precisa de ser modernizado pois o vigente data de dezembro de 1926.

FÔRÇAS FEDERAIS

A cooperação das Fôrças Federais tem sido valiosa, por várias vêzes, no patrulhamento da cidade. O Govêrno oficiou, nesse sentido, ao Comando da Região Militar, enaltecendo a ação das unidades, aqui acantonadas, desde os respectivos comandantes até aos oficiais e soldados.

É sobretudo assaz louvável, como já vos ponderei, a colaboração das fôrças do Exército com a Polícia Civil, na vigilância às escusas manobras comunistas, as quais, constituindo um perigo para a tranquilidade nacional, jamais terão aqui a audácia de ostentar-se a céu aberto, certos como se acham os vermelhos de que serão imediatamente reprimidos.

DIRETORIA DOS SERVIÇOS TÉCNICOS

Em 1951, as atividades desta repartição, dirigida pelo Dr. Jair Pucú de Aguiar, convergiram, principalmente, para os consertos que requeriam com urgência inúmeros edifícios do patrimônio do Estado, desde muito desatendidos na sua conservação interna e externa. Assim é que se levaram avante grandes e pequenas restaurações, notadamente em prédios escolares, alguns dos quais não se achavam em condições de abrigar os alunos nêles matriculados. Despendeu o erário público nêsses serviços a soma total de Cr$ ..... 2.702.357,30. Expediu a repartição 47 títulos definitivos; foi de .... 72.908.397,46 a área total dos terrenos titulados, e as guias expedidas somaram 133, no valor de Cr$ 8.487,60.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS

Apesar das dificuldades com que luta pela insuficiência de material, atendeu êste departamento, na medida das suas possibilidades, ao abastecimento da cidade nas zonas urbana e suburbana, reaparelhando inúmeras linhas com profusa metragem de canos e concedendo novas derivações em número de 434 nas redes nova e velha. Arrecadou de taxas de expediente Cr$ 31.727,50, subindo sua arrecadação por consumo d'água durante o ano passado a Cr$ .... 2.045.079,20.

Os dois reservatórios que suprem a cidade, o do Mocó com capacidade de 5.400.000 litros d'água e o da Castelhana com capacidade de 5.200.000, apesar de seu funcionamento regular no curso do ano que vem de findar, precisam todavia de reparos, principalmente o segundo, calculados em soma não pequena, esperando a diretoria do departamento que o S. E. S. P. tome a si êsse encargo, dada a ampliação do programa que se traçou.

Na Usina de Bombeamento, realizaram-se as seguintes obras: montagem com revisão geral da máquina número 2; revisão das três caldeiras existentes com substituição das paredes internas em tijolos refractários e tubulação respectiva; obras de impermeabilização e conservação dos poços onde se encontram as bombas de baixo levantamento; muro de proteção à Usina, o qual foi demolido pela enchente anterior.

ABASTECIMENTO DÁGUA

Segundo informações do SESP (SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA), o abastecimento dágua melhorará consideravelmente no ano vigente, devendo abranger a cidade inteira.

São palavras do engenheiro UBIRAJARA SEVALHO, chefe do projeto de abastecimento:

"Foram construidos ...... 3.622.000 metros de linha (ramal de Constantinópolis) — Trabalha-se na experimentação dessa linha, impermeabilização dos porões das bombas de sucção, demolição das obsoletas cubas de dosagem da instalação antiga e projeto das estações de Tratamento e Bombeamento — Já recebemos Cr$ .... 8.135.428,90 de materiais, na maior parte máquinas e equipamentos, como sejam, grupos DIESEL-elétricos, 3 bombas elétricas de recalque, com os respectivos motores, 2 de sucção, idem, tubos, conexões, dosadores, misturadores, etc. Para a estação de Tratamento faltam, apenas, os floculadores que, entretanto, já estão comprados e conexões especiais já encomendadas. Para a de Bombeamento faltam conexões especiais que ainda dependem do projeto em elaboração, devido a modificações decorrentes dos entendimentos havidos com o Governador e Técnicos do Estado".

A demora tem sido motivada pela falta de numerário, agora solucionada, por determinação do Senhor Presidente GETULIO VARGAS, mediante a cessão de Cr$ 7.000.000,00 para êsse fim. Esforçaram-se para conseguir essa medida os membros da Bancada Federal, a administração do SESP e o Govêrno do Estado.

O projeto será realizado em duas etapas — 1948-1953, Cr$ 20.500.000,00, e 1954, Cr$ 4.000.000,00.

O SESP recebeu apenas:

1948 — Cr$ 2.000.000,00
1949 — Cr$ 2.500.000,00
1950 — Cr$ 3.920.000,00
Cr$ 8.420.000,00

Poderão apressar-se, com o adiantamento de Cr$ 7.000.000,00, as obras já iniciadas.

CONGRESSO EUCARÍSTICO E [illegible] DO AMAZONAS

Sob a orientação do nosso culto Arcebispo, o Excelentíssimo Senhor Dom Alberto Gaudêncio Ramos, iniciaram-se os preparativos para o segundo Congresso Eucarístico em Manaus, fixado para o próximo mês de Julho.

O primeiro, levado a efeito em

(Continua na pág. seguinte)

O PRIMEIRO ANO DE GOVERNO DO SR. ALVARO MAIA NO AMAZONAS

(Continuação da pág. anterior)

em dez anos, pela dinâmica personalidade episcopal do nosso então prelado, Dom João da Mata e Amaral, hoje Bispo de Niterói, revestiu uma imponência que ficou memorável nos fastos católicos e certificou a crença robusta dos fiéis, diuturnamente estimulada por aquele alto representante da Igreja, com a abnegação de um verdadeiro levita.

Repetir-se-á em breve essa majestosa demonstração de fé, cabendo a feliz idéia, desta vez, ao Senhor Arcebispo Dom Alberto Gaudêncio Ramos, cujas preclaras virtudes e capacidade empreendedora no realçar a fôrça e o prestígio da Igreja Católica entre nós acabam de ser reconhecidas pelo Sumo Pontífice, com a justa elevação de Sua Excelência à dignidade arquiepiscopal.

ESCOLA TÉCNICA DE MANAUS

A diretoria dêste prestimoso estabelecimento de ensino técnico, ora exercida pelo Dr. Sylvio Serra de Menezes, tem se revelado à altura da sua melindrosa missão de preparar a juventude para os labores das artes e ofícios.

Unico instituto no gênero que possuimos na capital, a Escola Técnica, ministrando ensino industrial e recebendo alunos de todos os pontos do Estado e dos Territórios federais, já faz jús a títulos de benemerência e, se não é mais eficiente a sua ação, é porque lhe tem faltado a pontual assistência do ministério a que é imediatamente subordinada.

Do seu corpo docente, fala nestes têrmos abonadores o diretor Sylvio Menezes:

"Há neste estabelecimento professores, tanto de cultura geral como técnica, em condições de transmitir os seus conhecimentos teóricos, assim como sua experiência profissional".

Infelizmente, faltam à Escola Técnica instalações adequadas, o que não permite um adiantamento mais rápido dos cursantes nela matriculados.

COMISSAO DE ESTRADAS DE RODAGEM (CERA)

A frente da Comissão de Estradas de Rodagem, desde os começos da minha administração, acha-se o sr. Xenofonte Antony, a cuja notável capacidade de trabalho e singular espírito de iniciativa muito já deve a Capital, não só no que entende com a estética urbana e com apreciáveis melhoramentos na feição antiquada dos subúrbios, mas principalmente na construção de novas e remodelação de velhas estradas.

Tendo organizado um plano de ação com o concurso de técnicos, realiza-o sem precipitações, mas com segurança e comprovada eficiência, o que assaz depõe em favor das aptidões realizadoras do diretor da C. E. R. A.

Tão logo sejam recebidas as modernas máquinas encomendadas e até agora só entregues em reduzido número, as atividades do diretor da Comissão prometem multiplicar-se em todos os sentidos, na medida das possibilidades financeiras. No período de Abril a Dezembro de 1951, orçaram em Cr$ 14.858.641,90 os pagamentos a empregados por folha, mensalistas e diaristas, cifra pela qual se poderá avaliar a enorme despesa que acarretaram os serviços materiais já executados, postos à margem os dispêndios que ainda se hão de fazer com os múltiplos trabalhos em projeto.

São, porém, auspiciosos os resultados dêsses dispêndios, dado o aspecto novo que vai tomando Manaus. Transformou-se o arcaico Boulevard Amazonas em larga avenida com duas pistas ajardinadas; remodelou-se a praça Ajuricaba, no entroncamento do Boulevard Amazonas, com a estrada de São Raimundo e avenida João Coêlho; pavimentou-se, ajardinando-a, a praça Chile, à entrada de Adrianópolis; está prestes a concluir-se a avenida Getúlio Vargas, com a cooperação da Prefeitura Municipal, de acôrdo com o contrato desta com a C. E. R. A.; receberam melhoramentos ou foram rastauradas; a praça Taumaturgo de Azevedo, hoje Adalberto Vale, em homenagem a êsse dinâmico pioneiro do progresso amazonense; a praça Floriano Peixoto, atualmente pavimentada em concreto com duas pistas a gramado; a avenida Airão, o bairro de Santa Luzia, a rua 24 de Maio, a antiga Passagem Cabral e a avenida Eduardo Ribeiro, tradicional sala de visitas, onde recebemos os que vêm conhecer a nossa terra.

Simultaneamente, reconstruiram-se parte da estrada Circular, uma das pistas da avenida João Coêlho e diversos trechos do Boulevard Amazonas para melhor servirem ao tráfego de veículos, levando-se ainda a efeito a pavimentação da estrada que conduz a São Raimundo e a conclusão da ponte "Engenheiro Lopes Braga". No plano de obras já traçado para o ano em curso, inclui a C. E. R. A. a abertura da estrada Humaitá-Lábrea, visando ao aproveitamento dos campos gerais do Madeira e Purús para criação de gado, e também a estrada do Aleixo, que, possivelmente, será pavimentada a solo cimento.

A atividade realizadora do sr. Xenofonte Antony não se limitou à estética urbana e suburbana. Abrangeu igualmente os setores internos da C. E. R. A. com a organização de um Serviço de Estatística, indispensável ao grande movimento das suas várias secções, com a aquisição de uma biblioteca para leitura domiciliar dos funcionários, com a concessão de benefícios aos trabalhadores na fórma da legislação trabalhista, inclusive férias remuneradas e indenizações nos casos de dispensa do serviço, e com a reorganização da assistência médica para os empregados e pessoas das respectivas famílias, prevista até a hospitalização gratuita em casos de cirurgia. Tôda a despesa decorrente dessas realizações é, presentemente, coberta com a soma de pouco mais de um milhão de cruzeiros, diferentemente de outrora, quando a improficuidade da C. E. R. A. custava um milhão e oitocentos mil cruzeiros, quase o dôbro dos gastos atuais.

SERVIÇOS ELÉTRICOS DO ESTADO

Os SERVIÇOS ELÉTRICOS DO ESTADO foram encontrados em condições de verdadeira calamidade, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista financeiro, alarmando e justificando a grita de tôdas as classes sociais, que se sentiam feridas nos seus legítimos interêsses.

A incúria e a desídia da antiga Manaus Tramways, que praticamente havia abandonado a emprêsa à sua sorte, a bem dizer esfacelada em sua total aparelhagem, legaram ao Estado um acêrvo colossal de responsabilidades e compromissos, não agindo também com eficiência, para pôr alguma ordem nesse caos, a administração que lhe sucedeu na direção dos Serviços.

Nomeada a 1 de Fevereiro de 1951 a Comissão Administrativa presidida pelo engenheiro Jatir Pucú de Aguiar, entrou ela desde logo em ação para averiguar a desordem e o tumulto reinantes nesse importante setor. Recebeu a Comissão, mal iniciava seus trabalhos, a notificação da C. A. P. S. P. E. A., para, dentro de trinta dias, recolher ao Banco do Brasil Cr$ 1.455.085,70, de arrecadações efetuadas em Novembro e Dezembro de 1949 e Janeiro de 1950 pela Manaus Tramways e Serviços Elétricos do Estado, êstes de Fevereiro a Dezembro de 1950 e janeiro de 1951. A essa enorme dívida juntava-se a de Cr$ 1.472.000,00 à praça de Manaus e a várias entidades, afora Cr$ 424.344,30, de que se achavam em desembôlso os fornecedores de lenha.

Isso, no que respeita ao estado financeiro dos Serviços Elétricos. No referente a material, seis batelões transportadores de lenha se achavam de tal sorte avariados, que se impôs a urgência da sua remodelação mediante a despesa de Cr$ 79.732,40, fazendo-se mister ainda a aquisição de vinte canoas, que custaram Cr$ 70.000,00.

Não existia no Almoxarifado, sequer material para atender ao recondicionamento dos motores de bondes, que se mantinham no quase estado de ferro velho.

Tècnicamente, dará uma idéia geral do descalabro dos Serviços Elétricos a exposição que em ofício de 18 de Fevereiro de 1951, fez o presidente da Comissão Administrativa ao presidente do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, a qual aqui traslado em resumo:

"As instalações dos Serviços Elétricos do Estado, constituidas de duas usinas, uma central com cinco máquinas, produzindo dois mil kw., e a sub-usina com 2 máquinas a gás pobre e com a capacidade de novecentos e dez kw., estiveram arrendadas à Manaus Tramways até 11 de Fevereiro de 1951. Acontece porém, que a situação se agrava pelas exigências do consumo e necessidade de rever e reformar as máquinas primitivas, que trabalham desde 1911. Torna-se, pois, urgente a aquisição de dois grupos Diesel-elétricos, de emergência, de quinhentos kw. cada um".

Rematava o presidente da Comissão Administrativa, solicitando deferimento a essa pretensão e, ao mesmo tempo, oferecendo ao Conselho Nacional o plano de reforma completa das instalações elétricas de Manaus. Só em Novembro de 1951, porém aprouve ao Conselho responder ao instante requerimento, reconhecendo a urgência do caso que precisava ser, de fato, solucionado com presteza, "para que não sofressem solução de continuidade os serviços de fornecimento de energia elétrica à capital", mas recomendando que o Govêrno do Estado 'pedisse à União a ratificação do ato de rescisão com a Manaus Tramways", condição necessária para se poder tratar do assunto, dependente da prévia autorização do Govêrno Federal.

Diante dêsse adiamento do problema, impunha-se dar-lhe novos rumos com outras providências que nos tirassem da situação vexatória em que nos achávamos, com o crescimento contínuo de consumidores de luz acompanhando lògicamente o aumento da população da cidade e as exigências sempre maiores das indústrias.

Assim, recebendo a verba de Cr$ 7.000.000,00, destinada ao Amazonas pelo plano SALTE e referente ao exercício de 1951 abriu o Govêrno concorrência pública para fornecimento de dois conjugados Diesel-Elétricos, com a capacidade, os dois, de mil kw sendo vencedora a firma Wilson Sons & Co. Lt.

Não bastando entretanto essa providência, que apenas contornava o problema, o Govêrno, aceitando o parecer dos técnicos, que consideraram imprescindível a compra dos conjugados do "Madalena", para, em refôrço das máquinas existentes, proporcionarem à cidade mais abundância de luz, embora não ficasse definitivamente resolvido o problema, adotou o alvitre referido para o que foi lavrado no Contencioso Fiscal o seguinte contrato:

"Termo de contrato que entre si assinam o Estado do Amazonas e a sociedade "Jumar" Engenharia e Co., do Rio, nas bases seguintes: Aos dezessete dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e dois, nesta cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, na sala do Contencioso Fiscal, na Diretoria da Fazenda Pública, presentes os senhores doutores Mário Jorge Couto Lopes e Oldeney Bagnero Farias de Carvalho, respectivamente Procurador e Sub-Procurador Fiscal, comigo Delmira Loureiro Belota, auxiliar do Contencioso Fiscal compareceu o senhor Haroldo Estrela, brasileiro, casado, industrial, residente na capital da República, à rua Alberto de Campos, número cento e dezessete (117), na qualidade de procurador da emprêsa "Socital" — Sociedade Continental, Industrial e Engenharia Limitada, do Rio de Janeiro em procuração bastante passadas nas Notas do Tabelião do décimo sexto (16º.) ofício daquela cidade, pelo tabelião interino Manuel Leitão Netto, aos vinte três (23) dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e cinquenta e um (1951), procuração essa passada no Livro número duzentos e trinta e sete (237), a folhas vinte e dois (22) e apresentada por certidão, de vinte e sete (27) do mesmo mês e ano, devidamente reconhecida a firma do notário pelo tabelião doutor Milton Nogueira Marques, do terceiro (3º.) ofício desta capital, poderes conferidos em conjunto ou separadamente com a sociedade Jumar-Engenharia e Comércio Limitada, sita à rua da Igrejinha número dois (2) bairro de São Critovão, na Capital Federal, e declarou que, em data de seis de dezembro do ano passado em nome desta última emprêsa, de que é representante, conforme instrumento também anexo, do notário já citado lavrada no Livro número duzentos e trinta e sete (237) a folhas cento e sete (107), devidamente autenticado e reconhecida a firma pelo tabelião doutor Milton Nogueira Marques propôs ao Senhor Governador do Estado do Amazonas venda, para os serviços de fôrça e luz do mesmo Estado, denominados "Serviços Elétricos do Estado", de dois grupos Diesel--Elétricos que equipavam o navio "Madalena", da Mala Real Inglesa, que foram objeto de transação anterior pela firma Socital — Sociedade Continental Industrial e Engenharia Limitada, tornada sem efeito pelo govêrno estadual por decreto número dois (2), de cinco (5) de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e um (1951), situação com que se conformam as firmas interessadas e tendo em vista o despacho do mesmo Senhor Governador do Estado, na nova proposição já aludida, despacho êsse publicado no "Diário Oficial" de quinze, vinha assinar o presente têrmo de contrato, mediante as cláusulas que se seguem: PRIMEIRA — a "Jumar", Engenharia e Comércio Limitada, firma registrada no Departamento Nacional de Indústria e Comércio — Divisão de Registro de Comércio sob número quarenta e três mil duzentos e cinquenta e dois, em doze (12) de Outubro de mil novecentos e cinquenta e um (1951), daqui em diante designada pela expressão — primeira contratante, se obriga a fornecer ao mesmo Estado do Amazonas, para os seus serviços de força, luz e tração, denominados Serviços Elétricos do Estado, dois grupos Diesel-elétricos, que equipavam o navio "Madalena", cada um dos quais apresenta as seguintes características: um (1) motor de fabricação inglesa "Harland Wolf", tipo Diesel, com a potência de quinhentos e cinquenta barra seiscentos (550|600) cavalos de força (H.P.); número de cilindros: seis (6) — Rotações: trezentas (300) rotações por minuto — Ciclo: quatro tempos Partida — ar comprimido — Combustível: Óleo Diesel — Refrigeração: fôrças por bomba centrífuga, através de filtros e irradiador externo; um (1) gerador "Harland Wolf" — tipo de corrente: contínua Voltagem — duzentos e vinte (220) volts. — Potência: trezentos e sessenta Kilowatts — Acessórios: Quadro de contrôle, chaves e demais elementos indispensáveis ao funcionamento dos motores. Acoplamento: Diretor, sistema luva elástica. Pêso: trinta (30) toneladas, cada unidade. — SEGUNDA — A primeira contratante obriga-se a, sem mais qualquer ônus para o Estado do Amazonas, transportar para esta capital e montar na Sub-Usina da Cachoeirinha, os dois grupos a que se refere a cláusula anterior e entregar os aludidos grupos aos Serviços Elétricos do Estado em perfeito funcionamento e nas condições técnicas exigidas para o seu emprêgo, dentro do prazo de cento e vinte (120) dias da assinatura do presente contrato, prazo êsse improrrogável. — TERCEIRA — Obriga-se ainda a primeira contratante a garantir durante o prazo de um ano, a contar da data da entrega dos grupos aos Serviços Elétricos do Estado, o perfeito funcionamento dos mesmos grupos e eficiência de seu funcionamento e produção de corrente, responsabilizando-se ainda por total avaria ou qualquer deficiência do material, verificada no decurso dêsse prazo, pela substituição das peças defeituosas ou avariadas, salvo caso de imperícia ou êrro operatório. — QUARTA — Obriga-se a primeira contratante a fazer tôdas as despesas com o transporte dos grupos até a cidade de Manaus, instalação dos mesmos no local designado, fazendo as fundações e demais obras indispensáveis ao seu assentamento perfeito, bem como fornecimento de dois tanques com capacidade para cinco mil (5.000) litros de óleo, cada um, num total de dez mil litros, e demais sobressalentes reclamados ao funcionamento da vida dos motores. — QUINTA — Obriga-se a segunda contratante, Estado do Amazonas, ao pagamento da importância de QUATRO MILHÕES DE CRUZEIROS (Cr$ 4.000.000,00) depois de comprovado o funcionamento perfeito dos motores e geradores, na fórma do Parecer da comissão designada para seu recebimento. condicionado êsse pagamento. de uma só vez, ao recebimento pelo Estado do Amazonas, da verba consignada no Orçamento da República, de mil novecentos e cinquenta e dois (1952). destinada ao equipamento elétrico da cidade de Manaus. — SEXTA — Os trabalhos de construção das bases e demais instalações na Sub-Usina, e montagem dos motores e geradores, a cargo e responsabilidade da primeira contratante, na fórma da cláusula Segunda, serão fiscalizados pelo Governador do Estado, a cujo parecer se deverá submeter a primeira contratante. — SÉTIMA — O não cumprimento das obrigações assumidas pela primeira contratante, implicará na nulidade do precente contrato, decretada por mero despacho do Chefe do Poder Executivo na comunicação que lhe for feita pelo profissional encarregado da fiscalização ou pelo Procurador Fiscal, e consequente aplicação da multa contratual de DUZENTOS MIL CRUZEIROS (Cr$ 200.000,00), mandada inscrever como Dívida Ativa e consequentemente, cobrada em forma executiva, ficando desde logo eleito o fôro desta cidade e Comarca para todos os procedimentos judiciais resultantes do inadimplemento das obrigações assumidas nêste contrato. — OITAVA — Para o fim de prioridade de praça os efeitos e demais materiais serão embarcados em consignações ao Govêrno do Estado do Amazonas que fica, desde logo, desobrigado de qualquer prejuizo que venha a ser ocasionado por avarias, perda total, armazenagens, taxas portuárias, desembaraço, fretes e outras quaisquer obrigações resultantes do transporte dos mesmos, até o local de montagem. Pelo doutor Procurador Fiscal do Estado foi declarado que, em vista da autorização contida no ofício número um (1 — P. F.), desta data do Senhor Secretário Geral do Estado que encaminhou o processo, e do alto despacho do Senhor Governador do Estado, referido no início dêste, aceitava as condições aqui estabelecidas, para os devidos efeitos. Pelo senhor Haroldo Estrela foi dito que ratificava tôdas as condições oferecidas e as demais obrigações exigidas pelo Estado do Amazonas, constantes do presente têrmo, na qualidade de procurador da Jumar-Engenharia e Comércio Limitada, respondendo, desde logo, pela multa contratual, os materiais e demais aprestos que se encontram em Manaus. Eu, Oldeney Bagnero Farias de Carvalho, sub-Procurador Fiscal, o fiz escrever. Eu, Delmira Loureiro Belota, servindo no Contencioso Fiscal como auxiliar, o escrevi. Paga de sêlos do Estado a importância de dezesseis mil cruzeiros (Cr$ ..... 16.000,00) e a Taxa de Assistência aos Tuberculosos de sessenta cruzeiros (Cr$ 60,00) pela duração, e de Emolumentos a importância de nove mil seiscentos e vinte e oito cruzeiros (Cr$ .... 9.628,00) recolhida pela guia número sessenta e um (61) de dezessete (17) de Janeiro de 1952, Manaus, dezessete (17) de Janeiro de 1952 (mil novecentos e cinquenta e dois). Sôbre estampilha da taxa de Assistência aos Tuberculosos. (a) MARIO JORGE COUTO LOPES — (a) p.p. "Jumar" Engenharia e Comércio Limitada, HAROLDO ESTRELLA. — Testemunhas: AZEMAR DAMASCENO DO COUTO e FRANCISCO JOSE' DOS REIS. — Pagou o sêlo por verba, pelo talão número cento e noventa e quatro (194), anexo ao contrato, da Recebedoria de Rendas do Estado, desta data. Era o que se continha no contrato lavrado a fls. oito (8) a dez (10) do Livro número nove (9) de Têrmos de Contrato. PROCURADORIA FISCAL DO ESTADO, em Manaus, 18 de Janeiro de 1952. DELMIRA LOUREIRO BELOTA — Auxiliar. Confere: OLDENEY BAGNERO FARIAS DE CARVALHO — Sub-Procurador Fiscal. Visto: MARIO JORGE COUTO LOPES — Procurador Fiscal".

Da leitura dêsse contrato, verifica-se que consultou êle os interêsses do Estado melhor que o precedente, tornado sem efeito pelo Govêrno, não só pelo exagêro da cifra da transação (Cr$ 5.950.000,00), mas também pela preterição de formalidades legais em atos dessa natureza, e até pela falsa invocação de entidades federais, que, na realidade, não foram ouvidas no caso.

Em tempo breve, pois, espera o Govêrno que as deficiências atuais da iluminação pública e particular estejam corrigidas, pelo menos, por um período dilatado, amortecendo dessarte os justos clamores que se ouvem em todos os quadrantes de Manaus.

Os Serviços Elétricos do Estado registravam, em 1950, consumidores de energia em número de 11.135. No ano passado, subiu êsse número para 11.739, acusando assim um acréscimo de 604 consumidores. São palavras do relatório do atual administrador daqueles Serviços, engenheiro Leopoldo da Silva Loureiro:

"Para atender os consumidores particulares e a pequena indústria, exclusive portanto a indústria pesada, precisamos de três mil e quinhentos Kw. Atualmente, só dispomos de dois mil e quatrocentos Kw. dada a situação de uma das máquinas da sub-usina que, por falta de material para sua restauração, trabalha apenas com 3/4 da sua carga. Daí, deduzirmos um "deficit" diário e permanente de mil e cem Kw." Mais adiante, tocando a complexidade do problema da luz entre nós, enuncia o engenheiro Leopoldo Loureiro.

"Mesmo após a instalação de todos os conjugados adquiridos, torna-se necessário o reequipamento de tôdas as máquinas já existentes as quais estão totalmente sacrificadas pelo exaustivo trabalho a que vêm sendo submetidas. Não devemos esquecer também que outro fato de grande importância para que alcancemos um objetivo comum é o do reforçamento da rede de distribuição de energia, através dos cabos já adquiridos, conforme concorrência pública, pelo Govêrno do Estado. Isso, em virtude dos cabos atuais estarem com a sua capacidade de condutibilidade saturada, motivando expressivo desperdício de energia, com prejuizos igualmente expressivos para nossa gente. Com os cabos novos, será lançada uma linha de reforçamento da Usina Central ao Reservatório, fechando-se por uma linha também nova, dêsse ponto até a Sub-Usina da Cachoeirinha, o que restabelecerá o equilíbrio da voltagem para todos os consumidores afastados".

Como se vê, o Govêrno não tem economizado esforços para a solução de tão grave problema, a que estão ligados respeitáveis interêsses da coletividade amazonense.

COMISSAO DE PREÇOS — ABASTECIMENTO

Substituindo a COMISSAO DE PREÇOS, resta ao Govêrno aguardar o preenchimento do seu corpo diretivo, a fim de prosseguir na fiscalização do abastecimento e sua colocação no mercado.

A Comissão extinta, supervisionada pelo Dr. MANUEL JOSE' ANTUNES, servido por auxiliares dedicados, enfrentou graves problemas, entre os quais a falta de carne verde, de leite condensado e açucar, êstes últimos resultantes da crise de transportes.

A questão da carne verde, atravessando as mesmas restrições das demais praças do país, não foi resolvida. O fornecimento adstringe-se à produção do Rio Branco e às quotas do Baixo Amazonas paraense, coadjuvado pelo nosso Baixo-Amazonas.

Muito se discutiu o problema. Enquanto não forem criadas novas fazendas e reservas, só poderá ser parcialmente resolvido pelos mesmos dois pontos de apoio — Rio Branco e Pará.

Tentou-se a importação de carne por aviões ou em frigoríficos do LOIDE, mas nada se positivou, em definitivo, por falta de recursos financeiros. Foram determinadas providências, mas teremos, no ano vigente, as mesmas dificuldades anteriores.

O Ministério da Agricultura, em conexão com o Estado, instalou um frigorífico, vizinho ao MERCADO MUNICIPAL, administrado pelo Dr. JUSTINO de MELO, Diretor do SERVIÇO DE CAÇA E PESCA.

O frigorífico, ainda de reduzidas proporções, tem recebido pescado e legumes.

Por outro lado, o Dr. DIOCLECIO MIRANDA CORRÊA está ampliando o frigorífico da FABRICA DE CERVEJA, contribuindo para atenuar as necessidades de Manaus.

Estuda-se também a construção de armazens gerais, imprescindíveis ao comércio e à expansão dos negócios de abastecimento.

Está em organização uma companhia em Belém, com o capital de Cr$ 50.000.000,00 — COMPANHIA DE TRANSPORTES E ARMAZENS GERAIS DA AMAZONIA, da qual são acionistas-fundadores altas personalidades do vizinho Estado, a começar pelo Governador General ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇAO.

Recebi o seguinte ofício do ilustre Chefe do Govêrno Paraense:

"GABINETE DO GOVERNADOR — Belém, 15 de fevereiro de 1952. — Exmo. Snr. Dr. ALVARO MAIA — D. D. Governador do Estado — MANAUS — Com êste, estou apresentando a V. Excia. o Senhor LUCIANO MACHADO PEREIRA SEIXAS, fundador da Companhia de Transportes e Armazens Gerais da Amazônia (em organização), recentemente lançada neste Estado com âmbito nacional. A jovem emprêsa se propõe sanar, em parte, as dificuldades que ora entravam o desenvolvimento do vale, pugnando por uma Amazônia progressista. Como, de perto, os planos dessa organização interessam aos nossos Estados, e êste Govêrno está proporcionando irrestrito apoio à emprêsa, inclusive subscrevendo suas ações, aproveito a oportunidade para solicitar de V. Exa. se digne também cooperar com a jovem organização, proporcionando meios para sua expansão, que só benefícios trará à Amazônia. Antecipando meus agradecimentos pela atenção dispensada ao assunto, aproveito a oportunidade para reiterar-lhe os meus protestos de alta estima e consideração. (a) GEN. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇAO, Governador do Estado".

Respondi, em data de 25 de fevereiro, nos seguintes têrmos:

"Exmo. Sr. General ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇAO, D. D. Governador do Estado: Belém — Pará — Tenho a honra de acusar o ofício de Vossa Excelência, de 15 do corrente, apresentando o Senhor LUCIANO MACHADO PEREIRA SEIXAS, fundador da COMPANHIA DE TRANSPORTES E ARMAZENS GERAIS DA AMAZONIA (em organização), recentemente lançada nesse Estado com âmbito nacional. Reconhecendo o alto valor da apresentação, a projeção dos acionistas fundadores, os fins progressistas da nova Companhia, tive o prazer de conferenciar com o senhor LUCIANO MACHADO PEREIRA SEIXAS e os seus companheiros de embaixada, notadamente o senhor JOSE' BERNARDES FILHO. Compareci por outro lado, a uma reunião da ASSOCIAÇAO COMERCIAL, em que foram discutidos os objetivos da Companhia, merecedores de atenção por parte das autoridades e comerciantes da Amazonia. Expostos os ângulos do problema, ficou assente, em linhas gerais, que a COMPANHIA DE TRANSPORTES E ARMAZENS GERAIS DA AMAZONIA, movimentando o seu programa, contribuirá para solucionar as crises de abastecimento e transporte. As dificuldades econômico-financeiras do Amazonas, atingindo tôdas as classes, impedem, no momento, a cobertura de ações, até mesmo por falta de numerário, o que não impede novos estudos, em hora mais desafogada e oportuna. Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e consideração".

A situação econômico-financeira do Amazonas impede subscrever ações neste momento, segundo atesta a Diretoria da Fazenda; êsse é também o pensamento das classes conservadoras, representadas pela ASSOCIAÇAO COMERCIAL, embora todos reconheçam os benefícios da emprêsa, ora em fase de organização. Concordam os técnicos, sem discrepância, na imediata necessidade de defender os rebanhos e incrementar a pecuária no Baixo-Amazonas, nos Autazes, no Careiro, nos campos de Humaitá e Lábrea, servidos em breve por estrada.

A COMISSAO DE ESTRADAS DE RODAGEM está abrindo os picadões para essa estrada, em que poderão ser localizadas fazendas, sob planos técnicos de um pôsto pecuário.

O Govêrno do Território do Guaporé pretende cooperar para a utilização dêsses campos, aproveitando os terrenos, que lhe pertencem: solicitou o auxílio do Govêrno do Amazonas, na concessão de pequena área, nas extremas das campinas humaitaenses, próximas ao Rio Mucuí, para o mesmo objetivo pecuário, em serviços de cooperação.

Os futuros rebanhos poderão minorar as dificuldades do Amazonas e Território do Guaporé. Diminuem as possibilidades de fornecimento pela Bolívia, Rio Branco e Pará, onde a população cresce, forçando a restrição das quotas para abater em nossos matadouros, onde os marchantes recebem e sacrificam até vacas prenhes, novilhas e bois sem pêso para o córte.

ATIVIDADES AGRICOLAS, VISANDO ABASTECIMENTO LOCAL

Estuda o Govêrno, com a atenção que lhe merecem os problemas agrícolas no Amazonas, o projeto da articulação dos nossos órgãos técnicos — Serviço de Fomento Agrícola Estadual e diretoria de Economia Agrícola — com a Seção do Fomento Agrícola Federal no Estado, objetivando, pela conjugação das suas atividades peculiares, estimular o abastecimento local de vários cereais que importamos em larga escala, quando é certo que possuimos terras assaz férteis para a sua cultura e bem podemos obstar à evasão das grandes somas que êles nos custam.

O Dr. Cesar Afonso do Nascimento Pinheiro, que exerceu com proficiência a direção do Fomento Agrícola Federal aqui, externando em relatório ao Departamento Nacional de Produção Vegetal o seu parecer neste ponderoso assunto, em Maio do ano passado, expendeu o seguinte:

"A nossa modesta experiência fortaleceu-nos cada dia a convicção de que a agricultura racional na Amazônia só é possível, tomando-se como ponto de partida a transformação da indústria extrativa em indústria agrícola".

No que nos diz respeito, decerto não será praticável semelhante metamorfose, repentinamente, considerados os velhos hábitos adquiridos por nossa gente, que elegeu a indústria extrativa, sofrendo-lhe resignada tôdas as vicissitudes, como base da nossa economia. Em lugar da brusca transição de uma para outra indústria, com grandes abalos econômicos decorrentes de nova adaptação, o ideal seria o consórcio das duas, posto de parte o tenaz exclusivismo do presente. E dêsse ideal mesmo, que se deveria acarinhar, parece que não está longe o diligente e culto planizador econômico, quando escreve, mais adiante, em seu substancioso relatório acima citado:

"Consorciar, quanto possível, sob o critério geográfico de sua distribuição nativa, a seringueira em primeiro plano e as demais essências florestais de idêntico rendimento econômico e valor comercial, e, intercaladamente, culturas de ciclo vegetativo menos demorado, em especial cereais, leguminosas e quanto referente à alimentação pública".

Com êsse pensamento é que estamos acordes e à luz dêle é que cogitamos de um esfôrço comum do órgão do Fomento Agrícola Federal e das nossas entidades técnicas, sem esquecer a prestigiosa interferência da Associação Comercial do Amazonas — pioneira em todos os movimentos benéficos para a coletividade — no sentido de expandirmos as atividades agrícolas com o escopo de prover mais abundantemente a alimentação do povo, atualmente má, deficiente e alarmantemente cara.

Bem sei da perspectiva promissora das colheitas calculadas êste ano pela Colônia Agrícola Nacional no Amazonas (C. A. N. A.), na seguinte proporção: arroz, 458.750 quilos; milho, ... 366.000 quilos; feijão, 168.000 qs.; mandioca, 762.000 ls.; mas é mister atentar em que a população ora concentrada em Manaus e estimada em um quinto aproximadamente da de todo o Estado, exige abastecimento alimentar cada vez maior para sua subsistência e, assim, todo o esfôrço oficial nesse sentido jamais será demasiado.

E' uma idéia essa que preocupa o Govêrno e, sem dúvida, os legisladores amazonenses não se recusarão a refletir sôbre os fins que a inspiram e igualmente nos salutares efeitos que haja de produzir.

SERVIÇO DE ECONOMIA AGRICOLA

Apesar das condições pouco lisonjeiras das finanças do Estado, prossegue esta repartição realizando satisfatoriamente os seus objetivos, entre os quais se arrolam, como primordiais, a classificação e inspeção dos produtos da região, exportáveis e de largo consumo interno, abrangendo a fiscalização também os subprodutos e matérias primas de valor econômico, não padronizados e industrializados, ou não.

Desempenham-se eficientemente dos seus encargos os Postos de Economia Agrícola de Itacoatiara, Parintins e Nhamundá. A Seção da capital, até Novembro passado, expediu guias e certificados de classificação e inspeção em número de 4.370, com uma renda total de Cr$ ...... 508.180,40. O Pôsto de Itacoatiára, por sua vez, expediu guias e certificados em número de 674, produzindo uma renda de Cr$ .. 53.497,70.

O de Parintins, até Junho de 1951, expediu guias e certificados em número de 366, com uma renda de Cr$ 18.884,80 e, finalmente, o Sub-Pôsto de Nhamundá, que apresentou, até Junho, exíguo movimento, resumido em apenas 64 guias e certificados e uma arrecadação de taxas no valor de Cr$ 4.945,70. A estância fiscal de Nhamundá ressente-se de aparelhamento e de fiscalização mais rigorosa, inconvenientes que o Govêrno trata de remover com a maior brevidade.

Relativamente à juta, que tanto vem concorrendo para o nosso equilíbrio financeiro, a despeito dos entraves que ultimamente lhe são postos ao desenvolvimento entre nós, assim se representa a estatística da safra do ano findo:

71.273 fardos e quilos .... 16.956,284.

A cobrança de taxas de classificação e inspeção, realizada pela diretoria do Serviço de Economia Agrícola durante o ano findo, foi de Cr$ 733.261,70.

Essa repartição, que é dirigida pelo agrônomo Cletor A. da Gama Rodrigues, já tem organizado um plano de propaganda cooperativista, aguardando apenas a entrega das verbas federal e estadual consignadas para essa realização proveitosa. Nada obstante, foram fundadas, até agora, a Cooperativa de Consumo dos membros da Sociedade Beneficente de Dorcas do município de Manaus, a Cooperativa de Consumo dos Rodoviários de Manaus Limitada e a Cooperativa Agrícola Mista de Bela-Vista, séde da Colônia Agrícola Nacional no Amazonas.

SERVIÇO DE FOMENTO AGRICOLA

Este importante setor da administração pública, ora sob a direção do agrônomo Lourenço Faria de Melo, durante o afastamento do dr. Admar Thurí, continua a prestar apreciáveis serviços, no concernente à sua finalidade de desenvolver, dentro das verbas orçamentárias de que dispõe, a produção vegetal, como a animal e industrial. Mantendo para a primeira contrato com a União, mediante quota contributiva de Cr$ 350 000,00, pontualmente paga, e, simultâneamente, um convênio com o Instituto Agronômico do Norte para expansão da cultura da juta, vai o Estado fazendo quanto lhe é possível em face das aperturas financeiras do momento, no sentido de ampliar e incrementar as atividades de Fomento Agrícola.

Infelizmente, no que se relaciona com a cultura da juta, não correspondeu o Instituto Agronômico aos esforços do Govêrno para o plantio em grande escala dessa fibra, pois que, além de faltar aquela entidade à entrega das 35 toneladas a que se obrigou, a pequena remessa efetuada ultimamente o foi em época tardia e com péssimo teor germinativo, levando êsse fato lamentável o desânimo aos agricultores interessados, tão esperançosos, aliás, de bons lucros no suado labor juteiro em 1951, dados os obtidos auspiciosamente no ano anterior.

Quanto à produção animal, preocupação tenaz do Govêrno, considerada a crise de gado vacum que se faz sentir em tôda a parte, determinando a ascenção vertiginosa do preço da carne com justificável inquietação do povo, esbarram as providências oficiais mais enérgicas, não sòmente na exiguidade dos nossos rebanhos, mas também nas deficiências financeiras, que não permitem alargamento de despesas nesse setor, antes sugerem a compressão nos gastos, do que é prova visível e palpável a economia forçada nas verbas do Serviço de Fomento Agrícola, as quais não puderam ser aplicadas na sua totalidade no exercício de 1951, oferecendo assim um saldo de Cr$ 349 095,30, num montante de Cr$ 1 018 847,20.

HOSPEDARIA DE IMIGRANTES

Atendendo às reclamações constantes, formuladas pela Imprensa sôbre as péssimas condições de segurança da Hospedaria de Imigrantes, e querendo pôr a salvo as responsabilidades do Estado, apesar de tratar-se de um

(Continua na pág. seguinte)

O PRIMEIRO ANO DE GOVERNO DO SR. ALVARO MAIA NO AMAZONAS

(Continuação da pág. anterior)

estabelecimento federal, deliberei ouvir a respeito o Dr. Haroldo Jazler, que me respondeu, em ofício de 19 de março do ano passado, nos seguintes têrmos:

"A Hospedaria, desde sua fundação, constitui propriedade do Departamento Nacional de Imigração, sendo mantida e dirigida por funcionários daquela instituição. Quanto ao Hospital do Pensador, foi construido em 1945, com orientação técnica do S. E. S. P., com material fornecido pelo D. N. I., começando a funcionar no dia 15 de março do mesmo ano, dirigido por êste Serviço".

Além dessa informação do chefe do Projeto de Abastecimento d'água de Manaus, determinei ao então diretor do Serviço de Fomento Agrícola que inspecionasse a citada Hospedaria de Imigrantes, apresentando-me o resultado da sua inspeção, havendo êle se pronunciado assim:

"O primeiro pavilhão de alojamento dos imigrantes está quase completamente em ruinas, sendo que na parte central existe uma cobertura abrigando um reduzido número de famílias, que estão ali localizadas. O segundo pavilhão acha-se completamente em ruinas. Das ruinas deixadas pelos desabamentos ali ocorridos, ainda poderão ser aproveitados caibros, linhas, telhas e tijolos. A parte onde funciona a Administração acha-se em estado bastante precário".

PENITENCIARIA

O Doutor PAULO MARINHO, Diretor da PENITENCIARIA, oficiou ao Govêrno, solicitando mandar reparar o velho prédio, agora superlotado de encarcerados, na maior parte aguardando julgamento.

Muitos presos, no ano findo, trabalhavam no fornecimento de lenha para os serviços do Estado e na Colônia Agrícola Federal. Desempenharam as suas funções com disciplina e obediência.

Sugeriu o Doutor PAULO MARINHO a dotação de meios financeiros para a instalação de oficinas, que já existiram com resultados econômicos — sapataria, alfaiataria, carpintaria.

Quanto ao interior, há necessidade de melhorar as delegacias e prisões.

SERVIÇO DE RECLAMAÇÕES E ASSISTENCIA POPULAR

Reconheço com pesar, senhores Deputados, que a maré montante da pobreza, em nossa terra, envolve em suas rôscas de compressão inumeráveis criaturas que o destino elegeu para tôda a sorte de sofrimentos. Impera a fome em muitos lares; há por aí desamparados incontáveis, sequer sem abrigo decente que os defenda contra as intempéries; há velhos e crianças combalidos que definham na mais impressionante penúria. As entidades assistenciais, por mais que façam na sua missão caritativa de proteger infelizes, sucumbem, não raro, nos seus impulsos altruisticos diante da exiguidade dos recursos de que dispõem. A compreensão dêsse drama, que se passa no silêncio das palhoças tristes, jamais visitadas por uma alegria embora fugaz, sugeriu-me a idéia de instituir mais um órgão de assistência popular, que os conjugue aos já existentes entre nós, para a mesma finalidade de auscultar necessidades e removê-las com solicitude, dentro, infelizmente, das estreitas possibilidades do erário público.

Com êsse pensamento, foi que o Govêrno baixou o decreto número 6, de 31 de outubro de 1951, instituindo o Serviço de Reclamações e Assistência Popular, tendo por sede uma dependência do Palácio Rio Branco. Não grava êsse instituto o orçamento estadual, visto que seus componentes prestam serviços absolutamente gratuitos, e dos seus resultados benéficos, no curto período de novembro a janeiro último, falam os algarismos neste ligeiro resumo estatístico:

Queixas apresentadas ao Serviço e atendidas, 31; solicitações de assistência social atendidas, 40; pessoas que solicitaram palhas e madeira para reconstrução de suas moradas, 36; pedidos de passagens para fora do Estado, atendidos, 11; idem para o interior do Estado, atendidos, 2; solicitações para internamento de menores, 16.

Para ilustrar êsse quadro, aqui transcrevo o seguinte trecho do relatório do atual supervisionador do Serviço de Reclamações e Assistência Popular:

"Verdade que se atendemos a uma centena de casos, outros novos surgem num crescendo espantoso, verificando-se aí a impossibilidade de resolver as dificuldades que assoberbam as famílias pobres de Manaus e até mesmo do interior, que nos têm procurado".

A assistência social é dogma do regime democrático e, adivinhando-o há três séculos, já dizia o padre Vieira — "o que se tira do povo com o povo se deve gastar". Além de liberal e humano em sua essência, êsse conceito se fundamenta em justa restituição, porque o povo, em última análise, é o inexaurível manancial dos tributos de que se nutrem os Estados.

REPARTIÇÕES FEDERAIS

Permanecem boas as relações entre o Govêrno, as repartições e bancos. Não foi possível normalizar as dívidas com a CAIXA ECONÔMICA. O Doutor ALDEMIR DE MIRANDA, seu Diretor no Amazonas, estuda um esquema de amortização que submeterá à consideração da DIRETORIA DA FAZENDA PÚBLICA e da PREFEITURA DE MANAUS.

Êsse atraso tem perturbado a carteira de empréstimos ao funcionalismo público, pesando, diretamente, sôbre o erário estadual. Ficam gravados os vencimentos pelas consignações à CAIXA ECONÔMICA, resultantes de antigos empréstimos, e dos adiantamentos da DIRETORIA DA FAZENDA PÚBLICA.

Repetem-se idênticos atrasos com outras autarquias. O Estado satisfaz algumas prestações, mas pelo "deficit" de 1951, não conseguiu normalizar totalmente os seus compromissos.

FUNCIONALISMO PÚBLICO

Os quadros do funcionalismo público precisam ser revisionados, obedecendo a um plano geral: designada uma comissão especializada, preparam os seus técnicos um esquema, anotando imperfeições de funções e vencimentos, para orientação posterior do Govêrno.

Suspensos os empréstimos da CAIXA ECONÔMICA, por impontualidade de atrasos, oriundos de consignações em fôlhas de pagamento, procura o Govêrno minorar as dificuldades dos serventuários, adiantando-lhes passagens, na maior parte aéreas, e até mesmo pequenas importâncias, descontáveis no decurso de cada ano financeiro.

Ainda como auxílio a funcionários enfermos, na impossibilidade de licenças, concedeu-lhes o Govêrno determinados favores de disposições, que gravam as finanças públicas, mas representam cooperação à classe.

As passagens são caras e os nossos funcionários, quando doentes, procuram sempre a Capital da República.

A Associação dos Funcionários tem recebido as suas taxas orçamentárias; dezenas de serventuários receberam assistência hospitalar, abrangendo intervenções cirúrgicas, na SANTA CASA DE MISERICÓRDIA e na BENEFICÊNCIA PORTUGUESA.

REPRESENTAÇAO CULTURAL

Os órgãos de maior evidência na representação cultural do Estado, — ORDEM DOS ADVOGADOS, ACADEMIA DE LETRAS, INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO, ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES, UNIÃO DOS ESTUDANTES, — receberam constantemente o acatamento do Govêrno, que lhes prestigiou todos os empreendimentos no Amazonas e em representações no exterior.

Nenhum apêlo foi desatendido, apesar da precariedade das rendas, mesmo das embaixadas que vieram ao Amazonas, em sentido mental ou desportivo.

O Estado recebeu também visitantes ilustres, que vieram cumprir missões ou conhecer Manaus.

Ampliando o seu edifício, à avenida Eduardo Ribeiro, a Associação de Professores, que presta assistência ao magistério e mantém curso de alfabetização, obteve auxílio financeiro, por lei especial da Assembléia Legislativa, a fim de prosseguir as suas obras.

"CASA DO AMAZONAS"

A "Casa do Amazonas", estabelecida à rua México, na Capital da República, encerrou as suas atividades, por determinação do Govêrno, que, por essa medida, economiza Cr$ 120.000,00 anuais, em gratificações a funcionários, aluguel e outras despesas.

Os móveis foram embarcados para Manaus e distribuidos entre as repartições públicas. O Govêrno agradeceu os serviços valiosos prestados pelo então representante Raul de Azevedo, tão devotado ao Amazonas, e ao Senhor ODRY CORRÊA, encarregado de proceder ao despacho e transporte do material, existente naquela representação.

INSTITUTO AJURICABA

Uma idéia que, infelizmente, ainda não foi possível ao Govêrno tirar do domínio da concepção abstrata para o da realidade concreta, e que, entretanto, se me afigura utilíssima como revelação do nosso adiantamento cultural, é a fundação do INSTITUTO AJURICABA, mais ou menos nos moldes dos institutos que já funcionam em diversos Estados com evidentes proveitos de tôdas as classes sociais.

O INSTITUTO AJURICABA reunirá em prédio próprio, construido expressamente para o fim colimado, não sòmente instituições de alta relevância espiritual, como a Academia Amazonense de Letras e Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, mas também Seções especiais onde se instalasse, à guisa de Museu, o copioso material indianista que possui o último e o que se viesse a adquirir posteriormente, para estudos de etnologia e etnografia, hoje tão cultivados em nosso País.

Dotado que fosse o INSTITUTO AJURICABA de um salão de conferências, aí seriam recebidos os intelectuais que nos trouxessem o concurso das suas lucubrações mentais, e, semelhantemente, todos os nossos estudiosos que visassem o mesmo objetivo.

Não se alhearia o INSTITUTO AJURICABA, naturalmente da função cometida a outros órgãos de propaganda econômica do Estado, antes haveria de colaborar com êles na organização de mostruários dos produtos regionais, com a grande vantagem de divertir o visitante e seu espírito noutras curiosidades que seguramente o cativariam: exposições de quadros, por exemplo, dos artistas que frequentemente nos procuram e que, não raro erram como andejos, em busca de lugar próprio para apresentação de suas telas.

É uma idéia essa a meu ver merecedora de concretização e apenas adiável pelo arrôcho financeiro em que nos encontramos.

JUNTA COMERCIAL

Considerada a crise geral que oprime tôdas as classes e restringe, por isso mesmo, as atividades do Comércio e da Indústria, não foi tão pequeno em 1951, como se poderia imaginar, o movimento de capitais no decurso do ano, consoante o certificam os registros na Junta Comercial.

Com efeito, registraram-se 158 firmas. O capital declarado das individuais alcançou a cifra de Cr$ 11.220.000,00. Os contratos sociais arquivados na Junta Comercial o foram com a declaração de capitais no montante de Cr$ 9.345.000,00. Totalizaram os arquivamentos de alterações de contratos, com capital anterior Cr$ 36.280.000,00, representando-se a entrada e saída de capitais, respectivamente, por Cr$ ...... 26.621.000,00 e Cr$ 3.943.000,00.

São êsses os dados que forneceu ao Govêrno em seu relatório o secretário consultor jurídico da Junta Comercial, Dr. Lucio Fonte de Rezende.

ASSOCIAÇAO COMERCIAL

Mantendo Delegacias no Rio de Janeiro e São Paulo, representantes em Belém e outras cidades, a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL desempenha um notável programa de propaganda do Estado, centraliza o nortelo das classes conservadoras, coopera nos variados empreendimentos e iniciativas que aceleram a exploração de nossas fontes econômicas.

Em ligações diretas com as autoridades e técnicos nacionais e estrangeiros, — o presidente ERMINDO BARBOSA e os diretores daquele instituto vêm proporcionando ao Estado os elementos consultivos de que necessita, na discussão e encaminhamento dos nossos problemas de base.

Os seus esforços para a majoração do preço da borracha, defesa da juta e outros produtos exportáveis tiveram notável influência para uma decisão justa e vitoriosa.

Contribuindo para a organização de comissões técnicas legislativas, pela experiência dos assuntos econômicos e farto material estatístico, a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, órgão de colaboração, deve ser ouvida nas leis de meios, que modifiquem providências já existentes ou criem novas providências. Harmonizados os interêsses do fisco e do contribuinte, seria mais fácil o cumprimento da lei orçamentária, sem procrastinar direitos ou perturbar a normalidade do comércio.

Sem essa política de aproximação administrativo-econômica, maiores seriam os obstáculos à execução de um programa financeiro numa terra nova, que exige compreensão entre os homens do Governo e da produção.

CONSULADOS

Confinando com cinco países, mantém o Govêrno as relações mais amistosas com os povos irmãos do continente-sul. Os seus representantes, credenciados em Manaus, são os primeiros a compreender a intensificação dessas relações culturais e comerciais.

Idêntico ambiente de simpatia mantém-se com os cônsules das demais nações européias e americanas.

Belonaves, que visitaram Manaus, foram recebidas com entusiasmo pelas autoridades e povo em geral.

Inaugurada a pista para aviões de grande envergadura, Manaus será uma das portas do Brasil, possibilitando a cobertura de nova rêde comercial com os países banhados pelas águas amazônicas.

TRANSPORTES

Processou-se lenta recuperação dos meios de transporte para os portos do sul e do estrangeiro. A MANAUS HARBOUR esforçou-se em solucionar as reclamações das Companhias, no que tange ao retardamento de navios por falta de material portuário e estivadores.

A renovação dos SNAPP depende de investimentos, previstos pelo PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA, segundo o parecer técnico do engenheiro EDIR DIAS DE CARVALHO ROCHA, seu atual Diretor.

Permanece, assim, a crise de transportes fluviais, apesar dos esforços de armadores particulares. Na realidade, as dificuldades são suprimidas por centenas de motores, alguns subvencionados que operam em zonas circunscritas às casas comerciais interessadas, ou em todo o Estado.

A falta de navios à companhia oficial, SNAPP, está redundando em prejuízo nacional — a queda do predomínio comercial na Bacia Amazônica.

"A SNAPP — depõe a ASSOCIAÇAO COMERCIAL, em seu relatório de 1950 — viveu um dos anos mais difíceis, refletindo-se a sua penosa situação na Amazônia, como um problema quase que insolúvel.

Os funcionários em atraso dos seus vencimentos, não pagas as contas provenientes de fornecimento de lenha e de gêneros alimentícios para os navios, tudo determinava reclamações constantes dos interessados".

O orçamento consigna subvenções a motores que facilitam o reboque dos agricultores e pecuaristas no transporte dos produtos para o abastecimento de Manaus.

Muitas linhas surgem ao arbítrio dos interessados.

Seria conveniente a organização da comissão técnica que opinasse sôbre a conveniência das subvenções consignadas em lei com a designação de um funcionário, destacado dos quadros de disponibilidade, para fiscalizá-las, ouvindo as populações beneficiadas nos próprios sítios e seringais.

As subvenções são pagas mediante simples requerimentos, às vezes sem comprovantes dos moradores ou autoridades das regiões favorecidas pelas dotações orçamentárias, enquanto são apresentadas reclamações ou pedidos para novos concessionários.

COMPANHIAS DE NAVEGAÇAO

Afastado do mar, das estações de cura, dos sanatórios, o Amazonas ressente-se de sérias dificuldades na movimentação dos seus funcionários, trabalhadores, sempre com os vencimentos reduzidos ou sacrificados, tôdas as vezes que buscam temperaturas mais amenas no sul ou em outros Estados.

Explica-se por essas causas, o movimento de passagens no LOIDE BRASILEIRO, nos SNAPP, nas empresas aéreas. As passagens são pagas a longos descontos mensais e daí a concessão de uma verba, que a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA aprovou, para os pagamentos adiantados.

Devo salientar a solicitude dos Gerentes das empresas de navegação que atenderam ao Govêrno, mesmo durante o acréscimo de suas responsabilidades, como acontece neste momento.

AERO-CLUBE E PISTAS

Há, entretanto, no esquema geral, pequenas cidades, que não podem ser atingidas, ou dificilmente o são, pelos aviões maiores — Urucará, Silves, Itapiranga, Barreirinha, Urucurituba, Manacapurú no primeiro eixo, Bôca-do-Acre e Carauari, no segundo. Impõe-se a abertura de pistas menores, necessárias ao pouso de taxis aéreos. Carauari e Bôca-do-Acre e Caruari, no seáguas, não oferecem segurança aos CATALINAS.

Estão sendo cuidados os serviços de derrubadas ou terraplanagem em Caruari, Manicoré, Humaitá e Jauaretê.

O AERO CLUBE DE MANAUS, ora presidido pelo Deputado ARTHUR VIRGILIO FILHO, enviou, com o auxílio do Estado, três alunos ao Rio de Janeiro, onde se adestrarão em pilotagem avançada.

Temos de formar aviadores para as linhas menores, como, de resto, já formamos os práticos fluviais, nos grandes rios e nas cachoeiras.

A incorporação do Amazonas à nacionalidade exige êsse patrulhamento aéreo, que servirá ao povo e ao país inteiro.

COMUNICAÇOES AÉREAS

Três grandes empresas, — PANAIR DO BRASIL, CRUZEIRO DO SUL, LOIDE AÉREO NACIONAL — aproximam o Estado de tôdas as cidades brasileiras e estrangeiras. Realizados os trabalhos da Ponta-Pelada, nossas relações culturais e comerciais se estenderão a La-Paz, Lima, Bogotá, Caracas, além de outras cidades menores, influenciadas por águas e terras amazônicas. O aeródromo da Ponta-Pelada será um fator preponderante de projeção nacional, intensificando o comércio e o turismo.

Manaus está a seis horas, no máximo, de qualquer sede municipal, servida pelas admiráveis linhas dos CATALINAS, que a PANAIR utiliza, efetivando um dos maiores planos prestados à planície amazônica em todos os tempos por um corpo de aviadores com a vocação de voar para servir.

AEROPORTO

Firmou-se, a 9 de abril do ano findo, um acôrdo para a construção do novo aeródromo da Ponta-Pelada, nas seguintes bases:

"Aos nove dias do mês de abril de 1951 foi lavrada esta ata de entrega pelo Estado de equipamento de terraplanagem ao Ministério da Aeronáutica, como cooperação para a ampliação e pavimentação do aeroporto de Manaus.

Presentes o Senhor Governador do Estado, Dr. ALVARO MAIA, Ministro NERO MOURA, Brigadeiro HENRIQUE FONTENELE, Diretor do D. A. C., Cel. JUSSARO FAUSTO SOUSA, Diretor de Engenharia, Engenheiro JOSÉ MACHADO, Diretor de Infraestrutura, XENOFONTE ANTONY, Diretor da C. E. R., Dr. RAUL ANTONY, Assistente do Diretor da C. E. R., Dr. LEOPOLDO SILVA LOUREIRO, Chefe do Serviço de Máquinas da C. E. R., Engenheiros GERSON SKROBOT, JOSÉ RODRIGUES PEREIRA, PEDRO MELO, da C. E. R., e o Sr. Dr. ADALBERTO FERREIRA VALE, acordaram como base para o empreendimento em vista o que se segue:

a) O Govêrno do Estado pelo seu órgão competente cede o equipamento necessário para terraplanagem.

b) o Dr. ADALBERTO VALE cederá combustível e lubrificantes para o maquinário,

c) o Ministério da Aeronáutica executará as obras de pavimentação e construção da estação de passageiros.

Esta ata foi lida e assinam as autoridades presentes à solenidade de início das obras.

(aa) ALVARO MAIA, NERO MOURA, HENRIQUE FONTENELE, JUSSARO FAUSTO SOUSA, JOSÉ MACHADO, XENOFONTE ANTONY, RAUL ANTONY, LEOPOLDO DA SILVA LOUREIRO, GERSON SKROBOT, JOSÉ RODRIGUES PEREIRA, PEDRO MELO e ADALBERTO FERREIRA VALE".

Executando o inciso "a", porque se responsabilizará o Govêrno do Estado, por intermédio da COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM, cedeu o equipamento necessário, compreendendo técnicos e trabalhadores; entregou ao Ministério da Aeronáutica, no começo de novembro de 1951, a terraplanagem da pista; providenciou o transporte do maquinário, que se encontrava em Santarém, pertencente ao Ministério da Aeronáutica.

Quando recebeu os serviços de terraplanagem, o Engenheiro TRAJANO COSTA MENDES, Encarregado das Obras do Aeroporto de Manaus, declarou à imprensa (O JORNAL de 15 de novembro):

"Tenho a satisfação de informar a V. S. que as autoridades do Ministério, especialmente o Diretor de Engenharia, a quem está afeta a Obra, tomaram tôdas as providências, antecipadamente, para que não haja solução de continuidade, independente de qualquer pressão estranha.

Compreendendo a finalidade da imprensa de bem informar seus leitores, prazerosamente esclareço os seguintes pontos:

a) — O Ministério está habilitado a levar avante a pavimentação da pista e construção da Estação de Passageiros.

b) — Já foi feito o contrato com a companhia KOTECA.

c) — O Diretor de Engenharia, Coronel JUSSARO FAUSTO DE SOUSA, esteve em Manaus, em outubro, demorando-se uma semana em companhia dos Diretores da firma contratada.

d) — O Diretor de Engenharia ficou bem impressionado com o trabalho dos operários da C. E. R., achando que o serviço estava caminhando rápido.

e) — Prevendo o término da terraplanagem, foram tomadas as providências para início da pavimentação.

Conferenciei pelo telefone com o Cel. JUSSARO FAUSTO DE SOUSA e estou autorizado a tornar pública a garantia do cumprimento, pela Aeronáutica, da parte que lhe coube no acôrdo".

Executada a parte final — pavimentação e construção da Estação de Passageiros — o Amazonas terá um dos melhores aeródromos do país, a seis horas do Rio de Janeiro, em ligação com o mundo inteiro.

As companhias aeroviárias, mesmo internacionais, acham-se interessadas na ultimação dos trabalhos, prometida pelo Ministério da Aeronáutica, para o ano corrente.

"Coração da Planície, — dizia eu, em Mensagem de 1951, neste mesmo dia — Manaus poderá irradiar o sangue de seu comércio e de sua cultura às unidades territoriais brasileiras e a cinco países fronteiriços, para onde se abrem, tranquilas ou encachoeiradas, as comunicações dos rios.

Entrosar-se-ão em breve as linhas aéreas nacionais com as linhas da Guiana Inglesa, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. As estradas fluviais carreiam a produção de algumas dessas regiões para o Atlântico e o Sul.

Já fruimos incontestável prestígio na movimentação comercial para algumas cidades dos territórios e do estrangeiro. Perdemos, porque perdemos também o domínio dos transportes".

COMBUSTÍVEIS

A restrição no abastecimento da gasolina e seus derivados perturbou a movimentação comercial do Estado, por um prazo de 20 dias, no ano findo. As providências do Govêrno, da ASSOCIAÇAO COMERCIAL, das companhias fornecedoras, da COMISSAO DE ESTRADAS DE RODAGEM e Base Aérea modificaram o ambiente: os motores não estacionaram, graças a reservas de óleo em sedes municipais e seringais.

A instalação de tanques está sendo resolvida em caráter definitivo, pelos senhores J. G. ARAUJO & CIA., representantes da STANDARD OIL, e I. B. SABBA & CIA., pela montagem de tanques em São Raimundo e Paredão.

O Govêrno providenciou o desembaraço do terreno para a terminal de São Raimundo, onde operará a firma J. G. ARAUJO & CIA., tendo recebido de I. B. SABBÁ & CIA. a seguinte carta:

"MANAUS, 27 de fevereiro de 1952 — Senhor GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS — Temos a honra e satisfação de trazer ao conhecimento de V. Excia. que, pelo vapor BRIGHAN VICTORY, em 15-2-52, foram embarcados com destino a Manaus, e à consignação de nossa firma, 5 tanques de aço para armazenamento de inflamáveis, com a capacidade para cinco mil barris cada um. A montagem dos tanques acima, a ser feita em nossa terminal do Paredão, e que esperamos ter concluida ate junho do ano corrente, dotará Manaus de capacidade de armazenamento suficiente para 3 meses, e enquadrada assim nas recomendações do Setor Transporte — da Comissão de Planejamento da Valorização do Vale Amazônico. Ficará assim definitivamente solucionado o problema de armazenamento de inflamáveis, uma das preocupações do Govêrno de V. Exa. e para cuja conclusão nos sentimos satisfeitos de ter contribuido em cumprimento à deliberação da 633.ª sessão ordinária do Conselho Nacional do Petróleo, de 8 de junho de 1951, que nos foi comunicada pelo ofício n. 5.924, de 12 de julho do mesmo ano. Aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. Exa. os nossos protestos de elevada consideração e respeito, e nos firmamos, atenciosamente (a) I. B. SABBA & CIA. LTDA".

PROBLEMAS DA PRODUÇAO E DO COMERCIO

O Govêrno examinou, acuradamente, os constantes problemas que surgem para a produção e o comércio, cooperando nas soluções dos mesmos, apoiado na autorizada contribuição informativa da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS, órgão consultivo do Poder Público.

Participou, assim, com os diretores dos serviços públicos ligados à produção e ao comércio, de diversas reuniões na ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS, onde foram equacionados problemas de abastecimento, transporte, crédito e aumento de produção.

BORRACHA

Examinando-se o mapa de produção geral do Estado, concluimos, de imediato, ser ainda a borracha silvestre o nosso principal produto e aquele que, por isso mesmo, oferece maiores recursos ao erário público.

Está, no entanto, a borracha incluida no programa protecionista do Govêrno Federal, que, desde 1942, na conjuntura de guerra mundial, chamou a si o encargo de disciplinar êsse setor da produção regional, na efetivação da política de aumento de safras, para o atendimento de compromissos internacionais.

Criou-se, a essa altura, um plano de proteção à borracha natural da Amazônia, plano êsse que se baseava no monopólio de suas operações finais de compra e venda, possibilitando a fixação do respectivo preço.

Tal sistema vem se aperfeiçoando através de leis, que, à luz da experiência, o vão despojando de impropriedades, aprimorando-lhe o mecanismo. Após o término da última conflagração, o Congresso, inspirado nos resultados de conferências de técnicos do Govêrno, da produção e de representantes de classe, aprovou a lei n. 86, de 8 de setembro de 1947, que foi sancionada com grande e benéfica repercussão na economia amazônica. Mais tarde, em 30 de agosto de 1950, foi aprovada a lei n. 1.184, autorizando a transformação de BANCO DE CRÉDITO DA BORRACHA em BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA, S/A, e ainda alterando e complementando a lei n. 86.

No período de 1947 a 1949, como sabeis, o BANCO DE CRÉDITO DA BORRACHA debateu-se com a questão dos excedentes, pois a nossa produção era superior ao consumo pela indústria brasileira e êsses estoques imobilizavam totalmente as disponibilidades daquele estabelecimento, gerando dias tormentosos para as praças de Manaus e Belém, por falta de numerário para o pagamento da borracha, que lhe era entregue por fôrça da lei.

A indústria de artefatos desenvolveu-se extraordinàriamente e a história da borracha, na década que se iniciou em 1950, apresentou-se em têrmos inversos. Nesse ano, a produção da Amazônia não satisfazia mais as necessidades do consumo nacional e o "deficit" vem progressivamente aumentando.

O Brasil é, agora, importador de borracha e, de fontes autorizadas, sabemos que, no curso do presente ano, as necessidades normais dessa matéria prima são estimadas em 42.000 toneladas, e a produção prevista é de 30.000. Terá, pois, o país de importar 12.000 toneladas, para que as fábricas não venham a paralisar suas atividades.

É constrangedor o quadro que se nos apresenta, suscitando debates acalorados, principalmente em face da notícia de que grupos de industriais sulinos pretendem construir, no Brasil, uma fábrica de borracha sintética para cobrir as necessidades internas.

Surge, assim, como imperativo da hora presente, o problema da heveicultura.

O Estado, pobre, sem técnicos, pouco póde fazer, embora o Govêrno, consciente de suas responsabilidades, examine sinceramente a questão e, articulado no plano regional com a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS e a ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA EXTRATIVA DA BORRACHA, venha estudando essa questão.

A cultura racional da hévea exige técnica e capital. As empresas industriais de artefatos não afastam, ao que se sabe, a idéia de cooperar, fazendo plantações sistemáticas de seringueiras. Em princípio, o Govêrno do Estado está disposto a auxiliá-las, dentro de suas possibilidades.

Mas a grande tarefa de assistência à borracha, em todos os planos, está entregue ao Govêrno do Presidente GETULIO VARGAS, que não faltará com a sua proteção à Amazônia.

A ação do Govêrno da República conta com o apoio valioso das bancadas do norte, na Câmara e no Senado, cumprindo destacar o trabalho coordenado e eficiente dos deputados federais e senadores pelo Amazonas.

Considerando a necessidade e a urgência em dar novos rumos à política da goma elástica, é que o ínclito Presidente da República dirigiu ao Congresso, há meses, a mensagem n. 361-51, com um projeto, contendo modificações nas leis que constituem o nosso sistema de proteção à borracha. O projeto, oriundo do Executivo, inclina-se a modificar, substancialmente, o sistema monopolístico até agora em execução, optando por uma fórmula menos rígida, que se apoia na volta dos exportadores, como "firmas delegadas", a operarem na compra e venda dessa matéria prima.

O projeto governamental mereceu um substitutivo do deputado amazonense JAYME ARAUJO, que, mantendo os princípios fundamentais do mesmo, o completou com dispositivos novos, que vêm cobrir algumas lacunas nessa legislação especial.

No plenário, o deputado FRANCISCO PEREIRA DA SILVA acaba de enriquecer essa proposição com oportunas modificações, visando emprestar maior autonomia funcional à Agência local do BANCO DE CREDITO DA AMAZÔNIA, que passará a constituir uma categoria especial, permanecendo um dos membros da sua Diretoria em Manaus.

Com a breve aprovação dessa lei e a manifestação objetiva dos propósitos do Presidente VARGAS, através daquele Banco, relativamente a êsse problema, emergirá, certamente, uma era auspiciosa para a borracha amazônica.

"AUMENTO DE PREÇO"

O Govêrno do Estado assinala o fato animador de se ter conseguido, num movimento em que se empenharam tôdas as fôrças vivas dos Estados amazônicos, o aumento de preço da borracha.

Êsse aumento foi de 19,69%, e representa 4 cruzeiros no preço da fina-acre, que é o tipo padrão, entrou em vigor em dezembro do ano passado.

"PRODUÇAO DA BORRACHA"

São as seguintes as estatísticas oficiais (BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA, S/A), de produção e valor da borracha do nosso Estado e do Estado do Pará e Territórios:

T. Federal Acre	1947	12.301.669	207.947.730,50
	1948	9.966.672	155.537.784,00
	1949	7.933.732	138.288.442,00
	1950	8.072.101	139.907.834,70
	1951		
T. F. Guaporé	1947	4.168.132	68.103.899,80
	1948	2.527.968	40.663.982,60
	1949	3.020.620	48.599.164,30
	1950	2.938.483	49.726.976,10
	1951		
T. F. Rio Branco	1947	93.513	1.613.112,00
	1948	735.011	8.046.701,10
	1949	14.392	234.887,90
	1950	28.255	476.735,50
	1951		
Est. Mato Grosso	1947	894.304	13.964.466,40
	1948	844.747	12.794.597,10
	1949	981.181	14.753.544,80
	1950	808.446	13.327.719,10
	1951		
Est. Amazonas	1947	7.133.023	93.357.330,00
	1948	5.516.318	87.330.432,60
	1949	7.091.824	110.892.007,20
	1950	5.632.824	92.656.858,50
	1951		
Est. Pará	1947		
	1948	5.367.060	87.381.201,60
	1949	7.087.618	93.879.155,80
	1950	4.968.803	65.720.765,80

NOTA: — A produção do Território Federal do Amapá que anda em tôrno de 500.000 quilos, está incluida na produção do Pará.

O Amazonas, com exceção do ano de 1947, vem-se colocando como segundo produtor de borracha, cabendo o primeiro lugar ao Território Federal do Acre.

Tenho o dever de chamar a atenção para o fenômeno de evasão de borracha estadual para os territórios federais, em virtude de ali não ser o produto onerado de impostos.

O assunto em apreço está exigindo estudos acurados, a par de providências eficientes, pois as rendas do Estado estão sendo sangradas por êsse contrabando interno que se faz intensamente.

CONSELHO CONSULTIVO DO BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S/A.

A Lei 1.184, de 30 de agosto de 1950, que transformou o BANCO DE CRÉDITO DA BORRACHA em BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S/A, criou, também, como órgão dêsse estabelecimento, um Conselho Consultivo integrado pelos representantes dos governos e ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS e de produtores regionais.

Em julho do ano passado, verificou-se a primeira reunião dêsse órgão, que teve a presidi-lo o Engenheiro Doutor FIRMO DUTRA.

O Estado do Amazonas, convidado, fez-se representar pelo Diretor da FAZENDA PÚBLICA, Doutor ALBERTO ABOUD DAU.

A segunda reunião daquele órgão foi efetuada em novembro, tendo sido o Estado representado, também, pelo Doutor ALBERTO ABOUD DAU.

A análise dos elementos estatísticos indica ter sido volumosa a safra de 1951 e alcançou um valor comercial que reflete alta cotação no mercado.

No entanto, os inquéritos realizados para orientar a estimativa da presente safra e seu reflexo nas rendas públicas levam a conclusões desconcertantes. A atual safra talvez não alcance a metade da anterior, pois, nesta altura, as entradas de castanha, em Manaus, não representam,

(Conclui na pág. 15)

RELATÓRIO SÔBRE AS ATIVIDADES RODOVIÁRIAS NO AMAZONAS

EXPOSIÇÃO FEITA PELO SR. XENOPHONTE ANTONY, DIRETOR DA COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM DAQUELE ESTADO - COMPLETAMENTE REORGANIZADA A C. E. R. A. - TRABALHO INTENSO E EFICIENTE PARA SUPERAR AS DIFICULDADES

Lutando com as naturais dificuldades oriundas do meio selvático e da vasta area geografica entregue a seus cuidados, a Comissão de Estradas de Rodagem do Amazonas tem-se desdobrado em multiplas atividades, a fim de levar a bom termo os planos traçados para a abertura de novas rodovias, melhoramento e conservação das já existentes. Todavia, graças à orientação esclarecida do seu Diretor Geral, sr. Xenophonte Antony, e à cooperação de seus dignos auxiliares, a CERA vem obtendo excelentes resultados, em espaço de tempo relativamente curto. Ao enumerar as principais causas de tal exito, não devemos esquecer, também, o apoio decisivo que o Governador Alvaro Maia sempre dispensou às realizações rodoviárias. O ilustre chefe do executivo amazonense tem sido, de fato, o patrocinador das mais arrojadas e úteis obras de engenharia rodoviária no grande Estado setentrional, merecendo a gratidão sincera e a maior admiração dos núcleos populacionais isolados na imensidão verde da terra de Ajuricaba, que têm, enfim, os meios de comunicação e transporte necessarios a seu progresso e bem-estar.

Pelo sucinto relatório que o sr. Xenophonte Antony apresentou ao Engenheiro-Chefe do 1.º Distrito Rodoviário Federal e que publicamos a seguir, na integra, verificamos o acerto com que vem sendo dirigida a CERA, orgão que se destaca, atualmente, como um dos mais eficientes no quadro geral da administração pública e, particularmente, no setor rodoviário do país:

"Manaus, 25 de março de 1952.

Senhor Engenheiro Chefe do 1.º Distrito Rodoviário Federal.

Em cumprimento as determinações regulamentares, temos o prazer de passar às mãos de V. Sa., com êste, o Relatório de Atividades desta CER durante o ano de 1951.

Esse ano marcou a nossa investidura no cargo de Diretor desta CER, depois de haver esta experimentado um periodo administrativo de transição, quando os seus destinos estiveram entregues à uma Junta Administrativa. Nesse interregno seu quadro de mensalistas burocratas foi sumàriamente abolido por Decreto do senhor Governador do Estado, o que vale dizer que suas atividades estiveram completamente paralisadas nesse tempo, só vindo a reiniciar-se na vigência de nossa gestão.

Curial, portanto, que os primeiros meses de nossa administração tenham sido absorvidos na reorganização técnica e administrativa dos nossos setôres de trabalho, profundamente desorganizados, sobretudo por fôrça da mudança de orientação que, forçosamente, teríamos que introduzir-lhes para adaptá-los às necessidades da execução do programa de trabalho que nós traçamos.

Acresce a esta circunstância o fato de haver a firma Mario Novelli, que vinha executando, sob regime de empreitada, grandes serviços do programa desta CER, solicitado, ainda no começo de nossa gestão, a rescisão do contrato que firmara, impondo-nos, destarte, a delicada contingência de termos que revisar as nossas possibilidades técnicas e materiais e agrupá-las em turmas de trabalho específico, a fim de que não viessem a sofrer a solução de continuidade os serviços contratados, quase todos em adiantado estado de execução, o que tornava economicamente prejudicial a sua não continuação.

Ademais, vindo esta CER de atravessar uma fase de indisfarcável descrédito público, senão de absoluta desconfiança popular e sendo essas obras, na sua quase totalidade, de cunho municipal pela sua colocação dentro dos quadros da cidade, tais como a Ponte de São Raimundo e a preparação das suas vias de acesso ao Bairro de São Raimundo, a continuação das mesmas não poderia absolutamente ser descurada por uma Diretoria que ensaiava os seus primeiros gestos administrativos, sob a vigilância inflexivel e impiedosa de tôda uma população já incrédula da utilidade e das finalidades da repartição.

Tal conjuntura, aliada a um Convênio firmado pela passada Diretoria desta CER com a Prefeitura Municipal de Manaus do qual nos ocuparemos mais adiante, constituiram-se, dêsse modo, de largada, outros tantos escôlhos que tivemos que enfrentar neste primeiro periodo de atividades, restringindo nosso campo de ação e manietando nossa capacidade de iniciativa.

Isto sem frisarmos o caráter das estações do ano na região, que são pràticamente reduzidas a inverno e verão, aquêle com caracteristicas de intensidade pecularissimas, de modo que o tempo verdadeiramente utilisável para trabalho de campo redunda, consequentemente, profundamente limitado na sua extensão.

Não obstante tudo isso, pôde ainda esta CER colher nêsse ano resultados eficazes e proveitosos das suas atividades, como passamos expor linhas abaixo.

ESTRADA FEDERAL BR-17

A construção desta rodovia constitui, incontestavelmente, até o momento, o objetivo maior dos nossos esforços. Não apenas pelo vulto do empreendimento, sem dúvida alguma considerável, face às possibilidades econômicas do meio, mas, sobretudo, pela alta missão que está fadada a desempenhar no soerguimento e desenvolvimento do Estado.

Realmente, o Amazonas, como tôda a Planície Amazônica, tem nas suas distâncias e na precaridade dos meios de comunicações o maior obstáculo ao seu desenvolvimento. Suas terras exuberantes permanecem incultas porque aqui se desenvolve uma civilização exclusivamente litorânea, plantada à beira dos rios, sem qualquer sentido de penetração da floresta ciclópica. Abrir estradas tem para nós, portanto, mais que em qualquer outro lugar, um alto e profundo sentido civilizador, a que não está alheio o próprio conhecimento e a defesa da integridade do solo pátrio.

A rodovia BR-17 é, pois, nesse sentido, um empreendimento notável. Sua construção, entretanto, sabido que se trata de operar num meio sabidamente e decantadamente hostil à penetração do homem não se oferece com iguais caracteristicas promissoras e isto vemos refletido no pequeno resultado que paulatinamente vêm alcançando os seus executores.

Este ano, contudo, lavrou esta CER um tento, logrando estender os serviços de reconhecimento e penetração da mesma, realizado sob o regime de empreitada, à Cachoeira de Iracema, no rio Urubu, a cento e trinta e cinco quilômetros da cidade de Manaus, emprêsa tentada sem sucesso pelas anteriores administrações. Esse trecho está sendo devidamente levantado, enquanto que os trabalhos de penetração preparam-se para avançar mais vinte e cinco quilômetros, ponto terminal da primeira etapa de serviço programada.

Enquanto isso, nos seus quilômetros iniciais já preparados aprestam-se turmas para dar começo ao trabalho de pavimentação a solo-cimento, ao mesmo tempo que outras turmas realizam a preparação de novo trecho.

Nesta altura queremos esclarecer que os serviços dessa rodovia sofreram nêste ano, durante quatro meses, uma quase completa paralisação, em decorrência de um Convênio firmado entre o Govêrno do Estado e o Ministério da Aeronáutica, objetivando a construção de uma pista de pouso no aeródromo de Ponta Pelada. Coube ao Estado, nesse pacto, realizar, por intermédio desta CER, os trabalhos necessários de desmatamento e terraplanagem do trecho necessário ao cometimento, que se estende numa faixa de dois quilômetros, em terreno de difícil configuração topográfica, o que levou esta Diretoria a transferir para aquêle aeródromo a maquinária que vinha utilizando nos trabalhos da rodovia BR-17.

Os trabalhos ali realizados por esta CER equivaleram numa confrontação técnica não muito alviçareira, à construção de um trecho de estrada de trinta quilômetros de extensão, dado o volume dos aterros e do movimento de terra que se fizeram necessários. Por êstes dados pode-se fàcilmente inferir do tempo precioso que isso roubou aos trabalhos da nossa rodovia.

Imediatamente a esse contratempo veio juntar-se, como incontornável fator de atrazo de serviço, a quadra invernosa rigorosa que se lhe seguiu, reduzindo, destarte, consideràvelmente, os nossos resultados positivos de trabalho, no ano, naquela estrada.

Atualmente, afastados esses óbices, voltamos a concentrar nessa rodovia o máximo do nosso potencial de máquinárias, esperando alcançar no final do ano resultados positivos bem promissores das nossas atividades.

RODOVIA HUMAITA-LABREA

Esta rodovia, também de excepcional importância para a vida econômica do Estado, teve neste ano concluidos os seus trabalhos preparatórios de reconhecimento, exploração e localização numa extensão de quarenta e um quilômetros, executados sob regime de empreitada. Neste trecho serão atacados, brevemente, os trabalhos propriamente de construção, para o que já estão sendo tomadas a providências necessárias.

Traçada visando a ligar, por terra, o rio Madeira ao Purus, dois importantes escoadouros de produtos dessas férteis regiões do Estado, que fornecem valiosos elementos para os alicerces da sua economia, essa estrada inaugurará quando construida, sem dúvida, uma nova fase de intercâmbio comercial da região a que vai servir, do que muito se virão beneficiar não sòmente os municípios lindeiros, como também, por via de consequência, o próprio Estado.

A segunda fase de penetração e reconhecimento estender-se-á numa faixa de cento e oitenta quilômetros.

ESTRADAS DO ALEIXO E PERDÃO

Nestas estradas, que servem diretamente a cidade nas suas necessidades de produtos agricolas, mantivemos um constante serviço de conservação do traçado existente, de forma a possibilitar a sua fácil e cômoda utilização.

Estradas antigas, construidas sem a necessária observância dos princípios tecnicos recomendáveis, ainda com piso de barro argiloso, sua conservação torna-se entretanto indispensável, dada a intensidade do seu tráfego, que tende aumentar ano após ano.

Impõe-se, por êste mesmo motivo, tratar-se logo de melhorar suas condições tecnicas e o seu traçado, para que não venham a tornar-se, de futuro, um entrave ao progresso da região a que servem. Nêste sentido determinamos já as providências preliminares necessárias, que serão secundadas posteriormente por outras medidas de caráter pratico.

CONSTRUÇAO DA PISTA DE PONTA PELADA

Como tivemos ensejo de referir-nos em outro ponto dêste Relatório, esta CER recebeu da parte do senhor Governador do Estado, em cumprimento a um Convênio assinado por êste com o Ministério da Aeronáutica, o encargo de fazer a preparação da area destinada à nova pista do aeródromo de Ponta Pelada, numa extensão de dois quilômetros.

Lidando com um terreno de acentuado declive, que começava a pronunciar-se logo após o fim da pista atualmente em uso, os trabalhos ali envolveram o desmatamento de uma area de duzentos e oitenta e dois mil e quatrocentos metros quadrados, a raspagem da camada vegetal num total de cinquenta e cinco mil metros cúbicos e atêrros de pista e acostamento num total de trezentos e setenta mil metros cúbicos.

Essa terra foi tomada de empréstimo numa elevação situada nas vizinhanças, somando os serviços de corte e drenagem vinte mil metros cúbicos.

Para a realização dessa enorme tarefa, como salientamos, fizemos transferir da BR-17 para aquêle aeródromo todas as máquinas que estavam sendo utilizadas no serviço daquela rodovia, redundando isso, na quase completa paralisação dos nossos trabalhos ali.

Durante quatro mêses mantivemos turmas de trabalho operando diuturnamente nêsse serviço, tendo a satisfação de entregarmos a tarefa completamente concluida dentro do prazo estipulado no Convênio assinado pelo Govêrno do Estado.

Os dados acima permitem aquilatar-se perfeitamente da importância da obra que nos foi confiada.

SETOR ADMINISTRATIVO

Se grande e ingente foi a nossa luta para repor os setores desta CER em condições racionais de trabalho, não foi menor a batalha que tivemos que enfrentar para fazer funcionar eficientemente a emperrada máquina burocrática, comprometida nas suas finalidades por um longo periodo de indisciplina de trabalho e falta de coordenação de objetivos.

Todos os nossos departamentos burocráticos foram reestruturados dentro dos modernos moldes de organização dos serviços públicos, achando-se agora em funcionamento com excelentes resultados.

No setor de contabilidade da nossa vida financeira tivemos que, pràticamente, criar um novo serviço em substituição à desordem e ao caos imperante à época da nossa investidura no cargo de Diretor da CER. Hoje podemos orgulhar-nos dêste departamento, confiado à direção de um velho profissional Contador.

Organizamos, também, em obediência às modernas recomendações do direito financeiro, a nossa Contabilidade Industrial, ora em pleno funcionamento sob a direção de técnico habilitado.

Reorganizamos o nosso departamento de contrôle do pessoal, dando-lhe a eficácia e uma importância compatíveis com suas finalidades.

Neste ponto queremos frisar a constante luta que vem mantendo esta Diretoria para contornar as situações criadas com a dispensa de seus operários, em face da tutela que vêm recebendo sistemàticamente da Junta local do Ministério do Trabalho. Alvo de várias condenações, malgrado os esforços do nosso Consultor Jurídico, a obrigatoriedade dessas reparações configuram um pesado onus para os cofres desta CER, que muito lucraria se dêle pudesse livrar-se.

Seria, talvez, oportuno, a interferência dos orgãos competentes do DNER ou do próprio Conselho Rodoviário Nacional

(Continua na pág. seguinte)

Demonstração da conta "Auxílio aos Municípios" — Exercício de 1951

RECEITA	Cr$	Cr$
Saldo geral em 31/12/50	7.113.245,68	
Recebido 4.ª cota de 1950	1.730.515,60	
Idem 1.ª cota de 1951	2.231.007,50	
Idem 2.ª cota de 1951	2.022.299,80	
Idem 3.ª cota de 1951	2.070.677,60	15.257.746,1[illegible]
MENOS:		
Despesas Bancárias		
4.ª cota de 1950	2.167,00	
1.ª cota de 1951	2.931,25	
2.ª cota de 1951	2.527,90	
3.ª cota de 1951	2.588,30	10.184,45
Importancia liquida distribuida ..		5.247.561,73

DISTRIBUIÇAO POR MUNICIPIOS

	Cr$	Cr$
BARCELOS		
Liq. 4.ª cota de 1950	37.460,91	
Idem 1.ª cota de 1951	50.243,56	
Idem 2.ª cota de 1951	43.777,34	
Idem 3.ª cota de 1951	44.824,59	176.306,40
BARREIRINHA		
Liq. 4.ª cota de 1950	8.424,66	
Idem 1.ª cota de 1951	11.299,38	
Idem 2.ª cota de 1951	9.845,17	
Idem 3.ª cota de 1951	10.080,69	[illegible]
BENJAMIN CONSTANT		
Liq. 4.ª cota de 1950	23.806,96	
Idem 1.ª cota de 1951	31.930,52	
Idem 2.ª cota de 1951	27.821,14	
Idem 3.ª cota de 1951	28.486,69	112.045,31
BORBA		
Liq. 4.ª cota de 1950	43.302,73	
Idem 1.ª cota de 1951	58.078,76	
Idem 2.ª cota de 1951	50.604,17	
Idem 3.ª cota de 1951	51.814,74	203.800,40
BOCA DO ACRE		
Liq. 4.ª cota de 1950	16.167,66	
Idem 1.ª cota de 1951	21.684,4[illegible]	
Idem 2.ª cota de 1951	18.893,75	
Idem 3.ª cota de 1951	19.345,7[illegible]	76.091,63
CANUTAMA		
Liq. 4.ª cota de 1950	32.362,2[illegible]	
Idem 1.ª cota de 1951	43.405,1[illegible]	
Idem 2.ª cota de 1951	37.819,0[illegible]	
Idem 3.ª cota de 1951	38.723,7[illegible]	152.310,18
CARAUARI		
Liq. 4.ª cota de 1950	30.789,49	
Idem 1.ª cota de 1951	41.295,67	
Idem 2.ª cota de 1951	35.981,02	
Idem 3.ª cota de 1951	36.841,77	144.907,95
COARI		
Liq. 4.ª cota de 1950	22.268,73	
Idem 1.ª cota de 1951	29.867,41	
Idem 2.ª cota de 1951	26 [illegible]3,54	
Idem 3.ª cota de 1951	26.646,09	104.805,77
CODAJAS		
Liq. 4.ª cota de 1950	15.752,86	
Idem 1.ª cota de 1951	21.128,15	
Idem 2.ª cota de 1951	18.409,00	
Idem 3.ª cota de 1951	18.849,39	74.139,4
EIRUNEPÉ	Cr$	Cr$
Liq. 4.ª cota de 1950	27.263,66	
Idem 1.ª cota de 1951	36.566,73	
Idem 2.ª cota de 1951	31.860,68	
Idem 3.ª cota de 1951	32.622,87	128.313,9
FONTE BOA		
Liq. 4.ª cota de 1950	23.582,28	
Idem 1.ª cota de 1951	31.629,17	
Idem 2.ª cota de 1951	27.558,57	
Idem 3.ª cota de 1951	28.217,84	110.987,86
HUMAITÁ		
Liq. 4.ª cota de 1950	19.226,84	
Idem 1.ª cota de 1951	25.787,54	
Idem 2.ª cota de 1951	22.468,74	
Idem 3.ª cota de 1951	23.006,25	90.489,37
ITACOATIARA		
Liq. 4.ª cota de 1950	26.278,50	
Idem 1.ª cota de 1951	35.245,41	
Idem 2.ª cota de 1951	30.709,41	
Idem 3.ª cota de 1951	31.444,06	123.677,38
ITAPIRANGA		
Liq. 4.ª cota de 1950	7.871,59	
Idem 1.ª cota de 1951	10.557,58	
Idem 2.ª cota de 1951	9.198,84	
Idem 3.ª cota de 1951	9.418,91	37.046,92
LABREA		
Liq. 4.ª cota de 1950	43.441,00	
Idem 1.ª cota de 1951	58.264,21	
Idem 2.ª cota de 1951	50.765,75	
Idem 3.ª cota de 1951	51.980,18	204.451,14
MANACAPURU		
Liq. 4.ª cota de 1950	27.937,71	
Idem 1.ª cota de 1951	37.470,79	
Idem 2.ª cota de 1951	32.648,39	
Idem 3.ª cota de 1951	33.429,42	131.486,31
MANICORÉ		
Liq. 4.ª cota de 1950	28.456,22	
Idem 1.ª cota de 1951	38.166,23	
Idem 2.ª cota de 1951	33.254,33	
Idem 3.ª cota de 1951	34.049,85	133.926,63
MANAUS		
Liq. 4.ª cota de 1950	1.102.659,54	
Idem 1.ª cota de 1951	1.478.915,66	
Idem 2.ª cota de 1951	1.288.583,14	
Idem 3.ª cota de 1951	1.319.408,74	[illegible].189.567,08
MAUES		
Liq. 4.ª cota de 1950	28.508,07	
Idem 1.ª cota de 1951	38.236,77	
Idem 2.ª cota de 1951	33.314,02	
Idem 3.ª cota de 1951	34.111,89	134.170,65
PARINTINS		
Liq. 4.ª cota de 1950	23.029,20	
Idem 1.ª cota de 1951	30.887,37	
Idem 2.ª cota de 1951	26.912,24	
Idem 3.ª cota de 1951	27.556,05	108.384,86
SAO PAULO DE OLIVENÇA		
Liq. 4.ª cota de 1950	30.063,58	
Idem 1.ª cota de 1951	40.322,07	
Idem 2.ª cota de 1951	35.132,71	
Idem 3.ª cota de 1951	35.973,17	141.491,53
TEFÉ		
Liq. 4.ª cota de 1950	40.744,78	
Idem 1.ª cota de 1951	54.647,96	
Idem 2.ª cota de 1951	47.614,00	
Idem 3.ª cota de 1951	48.753,96	191.761,60

Resumo geral do programa de obras para o exercício de 1952

ITENS	DISCRIMINAÇAO	IMPORTANCIAS
1.º	Auxilio aos Municipios	6.006.000,00
2.º	Administração Geral	5.996.200,00
3.º	Estudos e Projetos	2.462.221,00
4.º	Desapropriações e indenisacoes	766.464,00
5.º	Construção de Estradas	8.654.000,00
6.º	Obras de Artes Especiais	3.489.158,40
7.º	Conservação de Estradas	1.000.000,00
8.º	Melhoramentos	1.500.000,00
9.º	Pavimentação	4.000.000,00
10.º	Veiculos, Máquinas e Utensilios	4.047.282,00
11.º	Aquisições de Móveis e Instalações	975.924,00
12.º	Equipamento Mecânico e Oficinas	629.901,00
13.º	Operações de Crédito-Financiamento	—
14.º	Diversos e Eventuais	1.066.881,02
15.º	Restos a Pagar	14.598.769,58
	TOTAL	Cr$ 54.192.801,00

Manáus, 5 de novembro de 1951.

Xenophonte Antony
DIRETOR

Arthur Pimentel Junior
CONTADOR

COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO AMAZONAS
COMPROVAÇÃO DA RECEITA E DESPESA RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1951

RECURSOS RECEBIDOS

	PARCIAIS	TOTAL
SALDOS EXERCICIO ANTERIOR		
C A I X A	4.393.990,10	
BANCO DO BRASIL	2.197.268,70	
ADIANTAMENTOS	2.592.716,30	
RESPONSABILIDADES A APURAR	432.801,40	9.616.776,50
COTAS FUNDO RODOVIARIO		
E S T A D O : —		
Saldo 4.ª cota 1950	3.531.508,90	
1.ª cota de 1951	10.123.158,30	
2.ª cota de 1951	8.810.047,30	
3.ª cota de 1951	9.029.784,60	31.494.499,10
M U N I C I P I O S : —		
4.ª cota de 1950	1.730.515,60	
1.ª cota de 1951	2.321.007,50	
2.ª cota de 1951	2.022.299,80	
3.ª cota de 1951	2.070.677,60	8.144.500,50
JUROS BANCARIOS		
Havidos do Banco do Brasil		38.057,70
VENDAS DE MATERIAL INSERVIVEL		
Vendas		12.492,60
RENDAS DIVERSAS		
Renda Depósitos Diversos	639.343,75	
Restituições	261.423,20	
Renda de Portaria	1.882,00	
Diversos	171.695,40	1.074.344,35
ESTADO DO AMAZONAS		
Empréstimo		470.000,00
		Cr$ 50.850.670,75

XENOPHONTE ANTONY
Diretor

DESPESA EFETUADA

	PARCIAIS	TOTAL
CONTAS ORÇAMENTARIAS		
ADMINISTRAÇAO GERAL	6.698.394,68	
ESTUDOS E PROJETOS	1.724.661,00	
CONSTRUÇAO DE ESTRADAS	3.135.799,51	
CONSERVAÇAO DE ESTRADAS	1.131.058,60	
OBRAS DE ARTE ESPECIAIS	2.977.838,90	
MELHORAMENTOS	1.640.071,90	
PAVIMENTAÇAO	4.580.724,62	
VEICULOS MAQUINAS UTENSILIOS	4.833.280,20	
DESAPROPRIAÇAO INDENIZAÇÕES	256.111,76	
EQUIPAMENTO MECANICO OFICINAS	659.406,30	
DIVERSOS E EVENTUAIS	709.388,45	
AUXILIO AOS MUNICIPIOS	8.285.458,33	
AQ. MÓVEIS E UTENSILIOS	227.957,50	36.860.151,69
CONTA EXTRA-ORÇAMENTARIA		
EQUIPAMENTO NAVAL		464.750,00
RESTOS A PAGAR		
CONTAS A PAGAR	[illegible].097.904,40	
FOLHAS DE PAGAMENTO	728.004,60	
AUXILIO AOS MUNICIPIOS	7.113.245,68	
MARIO NOVELLI C/GARANTIA	57.668,20	
DEPÓSITOS DIVERSOS	14.374,00	12.012.096,88
SALDOS PARA 1952: —		
C A I X A	383.524,20	
BANCO DO BRASIL	3.402,70	
BANCO DO BRASIL C/DEP. RECURSOS	5.625,00	
ADIANTAMENTOS	939.558,40	
RESPONSABILIDADES A APURAR	161.361,88	1.493.472,18
		Cr$ 50.850.670,75

ARTHUR PIMENTEL JUNIOR
Chefe da Contabilidade

RELATÓRIO SÔBRE AS ATIVIDADES RODOVIÁRIAS NO AMAZONAS

(Continuação da pág. anterior)

junto ao Ministério do Trabalho, sôbre o assunto.

Finalmente procuramos aparelhar-nos com secções eficientes e capazes para podermos levar a bom têrmo o programa que nos traçamos.

O CONVENIO COM A PREFEITURA DE MANAUS

O Município de Manaus não possui, a rigor, nenhuma estrada municipal ou intermunicipal, por isso que é completamente insulado relativamente aos outros municípios.

Suas zonas agrícolas e pastorís situam-se isoladas da cidade, servidas únicamente, no que diz respeito ao transporte do produto colhido, pelos rios.

Esta circunstância levou a Diretoria desta CER, em tempos passados, a assinar um Convênio com o Município de Manaus, mediante o qual foi esta CER autorizada a receber e aplicar em obras do Município as quotas devidas a êste do Fundo Rodoviário Nacional.

Este pacto, contudo, nêstes últimos tempos, vinha se tornando prejudicial aos interêsses desta Comissão, não só pelo volume de serviço comumente atribuido à esta CER dentro da cidade, como, ainda, pela falsa concepção que vinha se arraigando no espírito público acerca das verdadeiras finalidades desta Repartição, levando-nos a ser constantemente alvos de críticas e recriminações pela falta de execução de determinados serviços, especialmente prefeiturais.

Em face dessa situação, aproveitando a recente substituição do Prefeito de Manaus e o seu propósito de revisar ou substituir todos os serviços que vinham sendo executados na cidade por esta CER, resolvemos denunciar êsse convênios, ficando esta CER completamente livre para cuidar exclusivamente da execução do seu programa de obras, que vinha sendo, na realidade, sensivelmente atingido pela existência dêsse pacto.

Esperamos com essa medida incrementar a intensidade dos nossos trabalhos rodoviários no ano de 1952.

CONCLUSAO

Aí estão, em traços gerais, os dados relativos às atividades desta CER no ano de 1951. Todos os assuntos seguem detalhados, sob o ponto de vista financeiro, nos quadros explicativos que acompanham esta exposição.

Esperamos, com isto, termos oferecido uma visão completa dos nossos trabalhos e da situação dos negócios desta CER, para a necessária apreciação.

Aproveitamos o ensêjo para apresentarmos a V. Exa. protestos de elevado apreço e consideração.

XENOPHONTE ANTONY
DIRETOR

RELAÇÃO DOS BENS DA CER

Relação dos bens pertencentes à Comissão de Estradas de Rodagem, em 31 de dezembro de 1951, conforme demonstrações fornecidas pelos diversos serviços:

IMÓVEIS E INSTALAÇÕES
Valôr dos existentes 2.750.000,00
MÓVEIS E UTENSILIOS
Valôr dos em uso 1.799.695,60
MAQUINAS OPERATRIZES
Idem, idem como acima 872.065,20
MAQUINAS PESADAS
Idem, idem, idem 15.828.497,80
UTENSILIOS MECANICOS
Idem, idem, idem 1.990.391,30
VEICULOS
Idem, idem, idem 9.652.927,10
EQUIPAMENTO NAVAL
Idem de uma barcaça 743.500,00

Total . . . Cr$ 33.636.977,00

Seção de Contabilidade, em 25 de março de 1952.
Arthur Pimentel Junior — CONTADOR. ... ...

Demonstração da conta "Auxílio aos Municípios" — Exercício de 1951

	Cr$	Cr$
WAUPES		
Liq. 4.ª cota de 1950	53.517,27	
Idem 1.ª cota de 1951	71.778,77	
Idem 2.ª cota de 1951	62.541,02	
Idem 3.ª cota de 1951	64.037,14	251.874,2
URUCARA'		
Liq. 4.ª cota de 1950	8.251,82	
Idem 1.ª cota de 1951	11.067,56	
Idem 2.ª cota de 1951	9.643,19	
Idem 3.ª cota de 1951	9.873,88	38.836,45
URUCURITUBA		
Liq. 4.ª cota de 1950	7.180,25	
Idem 1.ª cota de 1951	9.630,34	
Idem 2.ª cota de 1951	8.390,93	
Idem 3.ª cota de 1951	8.591,67	33.793,19
		8.134.316,05
SALDOS EM 31/12/50:		
BARCELOS	187.562,58	
BARREIRINHA	54.177,40	
BENJAMIN CONSTANT	68.375,31	
BORBA	82.816,17	
BOCA DO ACRE	104.082,01	
CANUTAMA	89.396,01	
CARAUARI'	58.843,40	
COARI'	66.910,20	
CODAJÁS	30.351,70	
EIRUNEPÉ	85.255,86	
FONTE BOA	133.307,47	
HUMAITA'	95.456,65	
ITACAOATIARA	87.560,65	
ITAPIRANGA	57.176,08	
LABREA	150.176,06	
MANACAPURU	80.460,05	
MANAUS	5.142.840,55	
MANICORE'	81.809,12	
MAUES	45.874,10	
PARINTINS	37.047,18	
SÃO PAULO DE OLIVENÇA	54.673,81	
TEFE'	116.912,40	
WAUPES	153.591,44	
URUCARA'	41.022,53	
URUCURITUBA	37.566,16	7.113.245,68
		15.247.561,73

DESPESAS

SUPRIMENTO AOS MUNICIPIOS NESTE EXERCICIO

	Cr$	Cr$
BARCELOS	12.025,50	
BENJAMIN CONSTANT	31.930,52	
BORBA	58.078,76	
CANUTAMA	74.422,85	
CARAUARI'	114.949,73	
COARI'	117.026,11	
CODAJÁS	21.128,15	
EIRUNEPÉ	36.566,73	
ITACAOATIARA	65.672,50	
LABREA	141.021,51	
MANACAPURU'	154.546,09	
MANAUS	14.132.839,09	
MANICORE'	38.116,23	
MAUES	76.550,69	
PARINTINS	30.887,37	
SÃO PAULO DE OLIVENÇA	40.322,07	
TEFE'	212.305,14	
URUCARA'	30.584,63	
URUCURITUBA	9.630,34	15.398.704,01

COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO AMAZONAS
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COMPREENDIDAS NO ITEM — CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS

Itens	ESPECIFICAÇÕES	Unidades	Quantidades	PREÇOS Unitários	PREÇOS Totais	OBSERVAÇÕES
I	MANAUS - CARACARAÍ BR - 17	mts3	5.018 mts3	....	143.518,80	I — Iniciada a 15 de novembro, já na estação invernosa. A recuperação das máquinas de terraplanagem foi nessa maior atenção.
II	CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO DE PONTA PELADA			....	2.992.280,71	II — Ver item especial no Relatório.

COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO AMAZONAS
RESUMO DO RELATÓRIO DO EXERCICIO DE 1951
DESPESAS REALIZADAS — ITEM — MELHORAMENTOS

DESIGNAÇÃO	NATUREZA	EXTENSÃO (Km)	DESPESA ANUAL (Cr$)	PREÇO UNITÁRIO (Cr$/Km)	OBSERVAÇÕES
ALEIXO	Alargamento da faixa para 7 metros	22	788.275,00	35.830,68	
CAMPOS SALES	Melhoramentos na faixa de rodagem	40	307.757,80	7.693,92	
PAREDÃO	Melhoramento na faixa de rodagem	16	544.039,40	34.002,46	

PROGRAMA DE OBRAS PARA 1951

I — ADMINISTRAÇÃO GERAL — Nêste item consignamos a verba de Cr$ 5.996.200,00 (Cinco Milhões e Novecentos e Noventa e Seis Mil e Duzentos Cruzeiros), o desenvolvimento crescente dêste orgão justifica plenamente a importância atribuida, de vez que foi por nós criada mais uma seção, a de Contabilidade Industrial, que até então não existia.

II — ESTUDOS E PROJETOS — Nêste item foi consignada a verba de Cr$ 2.462.221,00 (Dois Milhões e Quatrocentos e Sessenta e Dois Mil Duzentos e Vinte e Um Cruzeiros), para atender às despesas com os estudos, reconhecimento, exploração, locação e organização dos projetos definitivos das estradas MANAUS-CARACARAI, MANAUS-ITACOATIARA, HUMAITÁ-LABREA e a retificação da do ALEIXO.

III — DESAPROPRIAÇÃO E INDENIZAÇÕES — Consignamos a verba de Cr$ 766.464,00 (Setecentos e Sessenta e Seis Mil Quatrocentos e Sessenta e Quatro Cruzeiros), para atender a pagamentos que necessàriamente terão de ser realizados com a construção das estradas:

Manaus-Caracaraí . . 314.464,00
Manaus-Itacoatiara . 125.000,00
Humaitá-Labrea . . . 150.000,00
Aleixo (retificação) . 150.000,00

IV — CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS — Foi consignada a verba de Cr$ 8.654.000,00 (Oito Milhões Seiscentos e Cinquenta e Quatro Mil Cruzeiros), para aplicação provavel nas seguintes estradas:

Manaus-Caracaraí . 6.154.000,00
Humaitá-Labrea . . 1.000.000,00
Manaus - Itacoatiara 500.000,00
Aleixo (retificação). 1.000.000,00

V — OBRAS DE ARTE ESPECIAIS — Consignamos para êste serviço a importância de Cr$ 2.489.158,40 (Dois Milhões e Quatrocentos e Oitenta e Nove Mil Cento e Cinquenta e oito Cruzeiros e Quarenta Centavos), para execução das seguintes obras:

Manáus-Caracaraí . . 250.000,00
Ponte Bilhares (Flores) 490.000,00
Ponte Educandos . . . 450.000,00
Presidente Dutra . . . 1.299.158,40

VI — CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS — Destinamos para Conservação de estradas a importância de Cr$ 1.000.000,00 (HUM MILHÃO DE CRUZEIROS), assim distribuida:

Campos Sales 500.000,00
Aleixo 300.000,00
Ponta Pelada (Paredão) 200.000,00

VII — MELHORAMENTOS — Para êste serviço destinamos a verba de Cr$ 1.500.000,00 (HUM MILHÃO E QUINHENTOS MIL CRUZEIROS), distribuida pelas estradas:

Aleixo 800.000,00
Campos Sales 350.000,00
Ponta Pelada (Paredão) 350.000,00

VIII — PAVIMENTAÇÃO —

(Conclui na 16.ª pág.)

COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO AMAZONAS
RESUMO DO RELATÓRIO DO EXERCICIO DE 1951
DESPESA REALIZADA — ITEM — ESTUDOS E PROJETOS

DESIGNAÇÃO	EXTENSÃO (km) EM ESTUDO	EXTENSÃO (km) ESTUDADA	DESPESA (Cr$) ANUAL	DESPESA (Cr$) TOTAL	CUSTO UNITARIO (Cr$/km)
BR-17 (Manáus-Caracaraí)	40 Kls.	94 Kls.	1.413.296,00		1.413.296,00
Humaitá-Labrea	184 "	41 "	170.000,00		7.555,55
Manáus-Aleixo	20 "		141.365,00		7.068,25

COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO AMAZONAS
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COMPREENDIDAS NO ITEM — CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS

Itens	ESPECIFICAÇÕES	Unidades	Quantidades	PREÇOS Unitários	PREÇOS Totais	OBSERVAÇÃO
I	ESTRADA DO PAREDÃO	Km	16	22.573,60	361.178,10	
II	ESTRADA COLONIA ALEIXO	Km	22	13.648,10	300.258,30	
III	ESTRADA CAMPOS SALES	Km	40	11.740,00	469.622,20	

COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO AMAZONAS
RESUMO DO RELATÓRIO DO EXERCICIO DE 1951
DESPESA REALIZADA — ITEM — PAVIMENTAÇÃO

DESIGNAÇÃO	NATUREZA	EXTENSÃO PAVIMENTADA (km)	DESPESA ANUAL (Cr$)	CUSTO UNITARIO (Cr$/km)	OBSERVAÇÃO
CIRCULAR — TRECHO BOULEVAR-AMAZONAS	Concreto e alvenaria poliédrica	2	4.580.724,62	2.290.362,31	

COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO AMAZONAS
RESUMO DO RELATÓRIO DO EXERCICIO DE 1951
DESPESA REALIZADA — ITEM — OBRAS DE ARTE ESPECIAIS

ESPECIFICAÇÃO	Natureza	Em construção ou construida	Extensão (m)	DESPESA Anual	Cr$ Total	Custo Unitário (Cr$/m)
PONTE ENGº. LOPES BRAGA	Concreto armado	Construida	54,00 mts	888.899,70	2.122.941,40	39.313,90
PONTE PRESIDENTE DUTRA	Mista, Metálica e concreto	Construida	145,20 mts	1.624.658,10	7.537.663,70	51.916,00
PONTE DO EDUCANDOS .	Em estudo	Em estudo	A determinar	250.000,00	250.000,00	
PONTE PENSADOR	Metálica (Tabuleiro em concreto)	Em construção	100,00 mts	214.281,10	214.281,10	2.142,81

OBSERVAÇÕES Despesa para estudo e projeto
Recuperação da Ponte Pensador, um dos acessos à BR-17

BALANÇO POR MUNICÍPIO

	RECEITA		DESPESA	DEBITO	CREDITO
BARCELOS					
Saldo 1950	187.562,58				
Cotas no exercício . .	176.306,40	333.868,98	12.025,50		321.843,48
BARREIRINHA					
Saldo 1950	54.177,40				
Cotas no exercício . .	39.649,90	93.827,30	—		93.827,30
BENJAMIM CONSTANT					
Saldo 1950	68.375,31				
Cotas no exercício . .	112.045,31	180.420,62	31.930,52		148.490,10
BORBA					
Saldo 1950	82.816,17				
Cotas no exercício . .	203.800,40	286.616,57	58.078,76		228.537,81
BOCA DO ACRE					
Saldo 1950	104.082,01				
Cotas no exercício . .	76.091,63	180.173,64	—		180.173,64
CANUTAMA					
Saldo 1950	89.396,01				
Cotas no exercício . .	152.310,18	241.706,19	74.422,85		167.283,34
CARAUARI					
Saldo 1950	58.843,49				
Cotas no exercício . .	144.907,95	103.751,44	114.949,73		88.801,71
COARI					
Saldo 1950	66.910,20				
Cotas no exercício . .	104.805,77	171.715,97	117.026,11		54.689,86
CODAJAS					
Saldo 1950	30.351,70				
Cotas no exercício . .	74.139,40	104.491,10	21.128,15		83.362,95
EIRUNEPÊ					
Saldo 1950	85.255,86				
Cotas no exercício . .	128.313,94	213.569,80	36.566,73		177.002,93
FONTE BOA					
Saldo 1950	133.307,47				
Cotas no exercício . .	110.987,86	244.295,33	—		244.295,33
HUMAITÁ					
Saldo 1950	95.456,65				
Cotas no exercício . .	90.489,37	185.946,02	—		185.946,02
ITACOATIARA					
Saldo 1950	87.560,65				
Cotas no exercício . .	123.677,38	211.238,03	65.672,50		145.565,53
ITAPIRANGA					
Saldo 1950	57.176,78				
Cotas no exercício . .	37.046,92	94.223,70	—		94.223,70
LABREA					
Saldo 1950	150.176,06				
Cotas no exercício . .	204.451,14	354.627,20	141.021,51		213.605,69
MANACAPURÚ		310.952,31	154.557,09		156.395,22
MANAUS					
Saldo 1950	5.142.840,55				
Cotas no exercício . .	5.189.567,08	10.332.407,63	14.132.939,09	3.800.531,46	—
MANICORÉ					
Saldo 1950	81.809,12				
Cotas no exercício . .	133.926,63	215.735,71	38.116,23		177.619,38
MAUÉS					
Saldo 1950	45.874,10				
Cotas no exercício . .	134.170,65	180.044,75	76.550,69		103.494,06
PARINTINS					
Saldo 1950	37.047,18				
Cotas no exercício . .	108.384,86	145.432,04	30.887,37		114.544,67
SÃO PAULO OLIVENÇA					
Saldo 1950	54.673,81				
Cotas no exercício . .	141.491,53	196.165,34	40.322,07		155.843,27
TEFÉ					
Saldo 1950	116.912,40				
Cotas no exercício . .	191.761,60	308.674,00	212.305,14		96.368,86
URUCARA					
Saldo 1950	41.022,53				
Cotas no exercício . .	38.836,45	79.858,98	30.584,63		49.274,35
URUCURITUBA					
Saldo 1950	37.566,16				
Cotas no exercício . .	33.793,19	71.359,35	9.630,34		61.729,01
WAUPÉS					
Saldo 1950	153.591,44				
Cotas no exercício . .	251.874,20	405.465,64	—		405.465,64
	Cr$	15.247.561,73	15.398.704,61	3.800.531,45	3.649.389,18

SUBSEÇÃO DE CONTABILIDADE, 31 DE DEZEMBRO DE 1951
ARTHUR PIMENTEL JUNIOR
Chefe da Contabilidade

O PRIMEIRO ANO DE GOVERNO DO SR. ALVARO MAIA NO AMAZONAS

Conclusão da pág. 12)

percentualmente, mais de 15% das entradas no mesmo período de 1951. Agrava-se a questão, em face do desinterêsse do mercado internacional pela nossa amêndoa. A Inglaterra, tradicional compradora de castanha, em consequência de problemas internos que a afligem, não entrará no mercado, ficando, praticamente, como exclusivos compradores os Estados Unidos.

JUTA

A produção dessa fibra continua merecendo assistência do Estado e o seu crescimento pode ser apreciado pelos dados estatísticos abaixo:

EXPORTAÇÃO GERAL DE FIBRA DE JUTA DO ESTADO DO AMAZONAS, DURANTE OS ANOS DE 1949/1951.

	Pêso	Valor
1949:		
MANAUS	4.896.279	35.598.713,80
ITACOATIARA	2.045.697	7.159.939,50
PARINTINS	2.065.452	7.347.378,60
	9.007.428	50.106.031,90
1950:		
MANAUS	3.496.382	24.973.559,00
ITACOATIARA	2.365.940	10.001.134,60
PARINTINS	3.463.208	14.936.127,00
	9.325.530	49.910.820,60
1951:		
MANAUS	5.942.783	55.850.244,50
ITACOATIRA	3.085.567	14.446.307,20
'ARINTINS	5.404.944	28.753.912,70
	14.433.294	99.050.464,40

A distribuição oficial de sementes é feita pelo INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE, que para isso assinou convênios com o Ministério da Agricultura. Não dispondo, entretanto, êsse órgão federal, de cultura própria, contrata com terceiros o fornecimento dessas sementes.

Em consequência da falta de chuvas, os campos de sementeira destinados aos fornecimentos do I. A. N., tiveram produção reduzida. O Estado do Amazonas chegou ainda a receber dêsse Instituto 5 toneladas. Os testes, porém, revelaram o baixo índice de 45% do poder germinativo dessas sementes.

Em face disso, os juticultores com os seus campos preparados para semeadura ficaram em situação angustiante. O Estado não mediu esforços para superar tão grave situação e autorizou a compra de sementes. Articulou-se com a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS e fez vir de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, 1.240 quilos, que foram imediatamente distribuídos pela DIRETORIA DO FOMENTO AGRICOLA DO ESTADO.

Com tôda a escassez dêsse material, cujo preço no mercado negro atingiu até Cr$ 200,00, temos a impressão de que lograremos uma safra compensadora e não muito aquém da anterior. Acontece, porém, que as águas dos rios continuam subindo e os agricultores vêem ameaçadas suas colheitas. Estima-se que os prejuízos infligidos pela enchente serão da ordem de 20%.

x x x

A juta alcançou, no ano passado, o preço máximo de Cr$ 5,50 e mínimo de Cr$ 3,50 para o agricultor.

Os preços atuais, ao que tudo indica, não alcançarão os níveis dos obtidos na safra que findou.

O Govêrno do Estado fixou a pauta de juta em Cr$ 4,50 por quilograma, com objetivo de auxiliar o desenvolvimento dessa atividade agrícola.

x x x

Agrava ainda o problema juticola certa dificuldade de ordem comercial para sua colocação no mercado interno, sob alegação, de parte dos industriais, de que a fibra amazônica, por falta de um tratamento mais rigoroso, não satisfaz às exigências de ordem técnica. Exatamente, com objetivo de dirimir dificuldades comerciais e técnicas, o CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA estuda o projeto criando a COMISSÃO EXECUTIVA DE DEFESA DA JUTA, nos moldes da COMISSÃO EXECUTIVA DE DEFESA DA BORRACHA. Espera-se que, no correr dêste ano, essa matéria seja objeto de mensagem presidencial ao Congresso.

x x x

Diversos outros produtos que enriquecem a nossa economia entram, também, em crise, a exemplo da piassava, de tipos de madeira, da sorva.

Deve-se atentar bem em que, no último biênio, os nossos produtos alcançaram, de um modo geral, preços altamente compensadores no mercado internacional, em virtude do sistema de vinculação que os favorecia, influindo beneficamente na nossa balança comercial e possibilitando resultados alentadores para o tesouro estadual. Estiveram sob o regime de vínculos: madeiras, castanha, pau-rosa e sorva. No entanto, a política financeira do Govêrno da República, por motivos especiais, não mais permitiu se prosseguisse no sistema de compensação, e os últimos negócios contratados nessa base já se efetivaram. Isso explica o fenômeno da baixa dêsses produtos amazônicos, com inquietantes reflexos sôbre a finança pública, que teve sua lei orçamentária baseada em dados otimistas, sem considerar, possivelmente, essas circunstâncias.

Não devemos ter ilusões. Estamos iniciando um ano sob signos das maiores apreensões. Será um ano a exigir sacrifícios e, se, corajosamente, não encetarmos o saneamento da despesa pública, com a eliminação de gastos supérfluos, se não nos convencermos da dura realidade que se nos apresenta; se não pusermos as nossas responsabilidades com o funcionalismo público, dias bem amargos nos estão reservados.

Esta é, em síntese, a análise da situação comercial dos produtos básicos da economia local, daqueles que drenam somas substanciais para o erário público; êsse é o quadro real de nossas possibilidades, convidando a quantos têm responsabilidades nos destinos do Estado a meditar sôbre esta paisagem sombria e a tomar a atitude conveniente aos interêsses públicos, sob vigilância de todos.

ESSENCIA DE PAU-ROSA

Já, há alguns decênios, figura entre as atividades produtoras do Estado, a indústria da essência do pau-rosa que, como tôda indústria extrativista, está sujeita mais frequentemente a imprevistas oscilações de preços e consequente desarticulação do negócio. .

Em período anterior, o Govêrno do Amazonas interferira nesse setor de produção — que sofria os reflexos da crise mundial de 1930-1933, com o aviltamento de preços e ruína das empresas dedicadas a êsse ramo — reunindo-as em consórcio disciplinador da produção e do comércio da essência, o que possibilitou a sua sobrevivência.

Após a conflagração internacional, que mutilou a economia regional com a paralisação compulsória da extração de diversos produtos, sob a alegação improcedente de que isso diminuiria as safras de borracha, os produtores de óleo de pau-rosa reiniciaram suas atividades, mas iriam sofrer, nos anos de 1947-1949, sérias dificuldades, oriundas de complicações inerentes ao comércio internacional de após-guerra.

Em face dessa situação, o Govêrno do Estado, pela Lei n. 152, de 27 de dezembro, criou, para efeito de controle da produção de óleo de pau-rosa, um registro de produtores e estabeleceu um novo sistema de disciplina de comércio, através de uma Assembléia da CONFERÊNCIA DOS PRODUTORES DE ÓLEO DE PAU-ROSA, cujas atribuições se resumem na fixação de:

a) Padrão de qualidade e tipo de embalagem do óleo produzido;

b) Preço mínimo a vigorar para a venda do óleo de pau-rosa até a Assembléia seguinte, que se realiza semestralmente.

Os resultados práticos dessas medidas estão evidentes pela melhoria dos preços e aumento da exportação.

Mas, a lei, no seu mecanismo de controle, prevê a exportação exclusiva do óleo de pau-rosa pelo porto de Manaus.

Pensando nas inconveniências dessa exclusividade, o deputado FRANCISCO DE ASSIS PEIXOTO apresentou uma proposição que foi acolhida, alterando a Lei n. 152, de 27 de dezembro de 1947, para que os portos de Itacoatiara e Parintins pudessem fazer a exportação direta dessa matéria prima.

O Govêrno, embora reconhecendo que o legislador foi animado de um sentido de justiça, vetou êsse diploma e as razões do veto foram recebidas pela Assembléia Legislativa.

Acredita o Govêrno que seria temeroso o enfraquecimento do sistema de controle, no momento em que as perspectivas para os negócios de pau-rosa não são das melhores, em virtude de apreciáveis estoques em poder dos consumidores da indústria internacional, interessados na baixa do produto.

Examinemos as estatísticas de exportação de óleo de pau-rosa:

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE ÓLEO DE PAU-ROSA

Ano	Quant. tons.	Valor em mil cruzeiros	Preço médio por Kg.
1946	332	58.662	176,79
194[illegible]	210	26.517	126,27
194[illegible]	60	6.085	101,41
1949	281	25.642	91,25
1950	249	37.268	127,20
1951 (*)	400	65.200	163,00

(*) Cálculos aproximados, até 31 de outubro.

A produção de 1951, de 400 toneladas, alcançou o preço de Cr$ 163,00. O Estado arrecadou de impostos de entrada e saída cerca de Cr$ 12.000.000,00, além dos impostos municipais.

Permito-me chamar a atenção do Poder Legislativo para o seguinte: em face de dificuldades do comércio, já referidas, a ASSEMBLÉIA GERAL DA CONFERÊNCIA DOS PRODUTORES DE ÓLEO DE PAU-ROSA recomendou a limitação da safra para 1952 em 150 toneladas e luta tenazmente para que se não verifique nova queda nos preços. Dêsse modo, a arrecadação do Estado, proveniente de pau-rosa, sofrerá, evidentemente, diminuição superior a um terço da anterior.

O Govêrno continuará na execução da política de proteção e espera que os pau-rosistas ingressem em nova fase, beneficiando, em Manaus, o seu produto para que êste venha concorrer, em melhores condições, no mercado externo e se transforme em fonte normal de enriquecimento do Estado.

Impõe-se, igualmente, a organização, em têrmos exequíveis, do replantio da espécie.

CASTANHA

A castanha comparece na nossa economia com apreciável contingente de valor comercial.

A assertiva pode ser melhor avaliada pelos seguintes dados estatísticos:

Exportação de Castanha com casca e descascada pelos portos de Manaus, Itacoatiara e Parintins, durante os anos de 1949-51:

CASTANHA COM CASCA

	Pêso (kg)	Valor (Cr$)
1949:		
MANAUS	10.420.841	35.721.946,40
ITACOATIARA	1.305.100	4.203.321,60
PARINTINS	945.209	3.759.319,50
	12.671.150	43.684.587,50
1950:		
MANAUS	6.363.215	42.175.395,20
ITACOATIARA	324.700	1.875.757,10
PARINTINS	20.650	111.876,30
	6.708.565	44.163.028,60
1951:		
MANAUS	10.100.733	69.413.479,70
ITACOATIARA	947.358	6.265 657,90
PARINTINS	246.400	1.361.677,10
	11.294.491	77.040.814,70

CASTANHA DESCASCADA

1949:		
MANAUS	488.080	6.685.549,40
PARINTINS	48.015	418.049,30
	536.095	7.103.598,70

OBSERVAÇÃO: — O valor da exportação pelos portos de Itacoatiara e Parintins é oficial e não comercial

GUARANA

Normalizado pelo Consórcio de Produtores, o Guaraná também se ressente de crise na safra e nos cotações.

Os guaranasistas procuram manter o equilíbrio e o prestígio que sempre teve a produção, na balança comercial do Estado e do País.

É o seguinte o quadro demonstrativo da entrada e exportação do Guaraná em rama e bastões, no porto de Manaus, durante o ano de 1951:

	Entradas (kg.)	Export. (kg.)	V. Comercial
GUARANA EM RAMA	106.887	77.573	1.806.853,20
GUARANA EM BASTÕES	76.767	77.082	2.266.086,00

FINANÇAS PÚBLICAS

Agravou-se, no segundo semestre de 1951, a situação econômico-financeira do Estado: agravar-se-á mais no ano corrente.

Diminuiu a safra da castanha, mais ou menos em 60%; caiu a distilação do pau-rosa; a borracha esvae-se nos contrabandos, pelas fronteiras; as madeiras, peles e essências diminuem.

Refletem-se êsses acentuados desníveis na arrecadação, atingindo tôdas as fábricas. As despesas, face ao encarecimento geral, aumentam dia a dia, por maiores economias determinadas nos setores administrativos.

Há dificuldades para manter a pontualidade no pagamento do funcionalismo e fornecedores; ainda não saldamos totalmente a dívida do material para o DEPARTAMENTO DE AGUAS, encomendado e empenhado em 1950, inadiável ao seu funcionamento. Mais compromissos tem a Fazenda com os armazens de ferragens e comestíveis, cujos proprietários vêm demonstrando alto espírito de confiança e cooperação. É um dever o pagamento dêsses compromissos; é um dever não firmar novas compras sem cobertura de arrecadação.

Veja-se, de relance, o Orçamento para 1951:

Receita orçada	68.070.000,00
Despesa fixada	10.989.119,69
Deficit orçament.	32.919.119,60

No decorrer do ano, abriram-se os seguintes créditos:

Suplementares	29.064.050,30
Especiais	25.584.022,10
	54.648.072,40

Que vieram aumentar o deficit de Cr$ 32.919.119,60 para Cr$ 87.567.192,00, superior à receita orçada.

Para cobertura dos créditos foi anulado no orçamento, ou seja, na despesa fixada, o total de Cr$ 2.664.032,80.

Quanto à execução dêsse orçamento temos:

Receita arrecadada	105.301.267,70
Despesa paga	107.036.350,60
Deficit financeiro	1.735.082,90

Como não houvesse saldo de 1950, teve o Estado que lançar mão de depósitos, para pagamento de "deficit" financeiro, apesar de ter um "superavit" de Cr$ 37.231.267,70, entre a receita orçada e a arrecadada.

É verdade que, pelo Crédito Especial, aberto pela Lei 118, de outubro de 1951, para pagamento de contas referentes aos anos de 1948 a 1950, despendeu-se a quantia de Cr$ 2.166.898,90, assim discriminados:

de 1950	1.986.318,30
de 1949	123.085,80
de 1948	57.499.80
	2.166.898,90

Também pela verba do orçamento — REGULARIZAÇÃO DE SERVIÇOS ANTERIORES, foi paga a importância de Cr$ ... 721.701,20.

Não se trata de surpresas: analisando a situação gravíssima, o Govêrno, apelando para severas restrições de despesas, em março de 1951 aconselhava — "redução de gastos, fiscalização tributária, impedimento de novas despesas, corte de despesas transferíveis, revigoramento dos postos fiscais, reestruturação da Fazenda Pública em moldes severos e capazes, policiamento tributário nas regiões fronteiriças e ao longo do Baixo-Amazonas, onde se trai o Estado, se mercadeja o suor dos trabalhadores do interior, no desvio criminoso das rendas do povo. Em vez de receber assistência, êsse dinheiro, furtado ao erário público, canaliza-se para esbanjamento de inescrupulosos, que não vacilam em constituir fortunas baseadas na miséria coletiva!

— "A situação financeira do Estado — dizia o DR. ALBERTO DÁU, Diretor da Fazenda, em maio de 1951 — por maior e mais eficiente que seja a arrecadação, não comporta a continuidade de muitos compromissos, que atualmente oneram o seu orçamento. A situação é grave, exigindo uma revisão meticulosa de seus encargos, muitos dos quais podem ser revogados, em benefício de outras necessidades coletivas mais imperiosas".

x x x

A situação financeira do Estado, agravada por fatos econômicos e orçamentários, está explicada pelo dr. Alberto Dáu, diretor da Fazenda Pública, em relatório dêste mês. Escreve o técnico fazendário:

"Cumpre-me ressaltar, publicamente, em defesa do esfôrço dispendido por todos os que têm a seu cargo parcela de responsabilidade na Diretoria da Fazenda Pública, que a lei orçamentária de 1951 foi resultante de um estado tumultuário na administração, sacudida pelas lutas políticas na transição dos pleitos eleitorais, não refletindo, no seu conteúdo, o trabalho elaborado pelos órgãos de fazenda e levado ao estudo, apreciação e aprovação do Legislativo.

"Ao sabor das correntes opinativas, não demoraram os legisladores em apreciações mais prudentes sôbre o real panorama financeiro do Estado e a situação econômica do vale, onde se vive ainda de uma indústria extrativa, em lances de primitivismo, como que a provar a resistência do indivíduo e a sua capacidade renovadora dos sistemas de trabalho. A crítica que ora se faz ao passado, não visa pessoas nem organismos partidários, porque, na realidade, é velha prática política em nosso país, onde os "deficits" se acumularam desde os albores da independência e a faculdade emissora constituiu a melhor reserva dos governos que se sentiam na dificuldade de orientar a política financeira fora dos moldes da partidária, fácil em atender situações personalíssimas em detrimento do interêsse nacional e do saneamento das finanças, palavra vã em nossa técnica administrativa.

"Não seremos nós os primeiros a emitir conceitos dessa natureza, nem os últimos; infelizmente, porém, seguindo a opinião dos melhores escritores, vasados na experiência e lição dos mestres, podemos transcrever: "Os nossos "deficits" nasceram, em regra, das alterações feitas na proposta governamental pelo parlamento, quase sempre, aumentando, por injunções políticas, a cifra da despesa. A Inglaterra e os Estados Unidos representam os extremos dessa política orçamentária. A Inglaterra subordinando o orçamento à proposta governamental, os Estados Unidos concedendo ao parlamento todos os poderes e quase proibindo a interferência do poder executivo nessa elaboração. A França seguiu sempre o meio têrmo com a sua orientação eclética que também seguiu o Brasil nas Constituições de 1891, de 1934 e de 1946, sob a influência de um acentuado liberalismo romântico na revolução de 1889 e mais prático nas Constituições subsequentes". (Augusto Alexandre Machado — "A Execução do Orçamento e a Eficiência da Administração", in Revista de Direito Administrativo, vol. XIII, pág. 27).

"Nestas condições, a lei de meios votada para o exercício de 1951, apresentava-se deficiente pela inexpressividade das suas rubricas em face dos encargos ordinários, irreal pela contingência de novas obrigações votadas no apagar das luzes de um período administrativo e que não se encontravam consignadas no mesmo, algarismando-se os seus índices maiores pela seguinte forma:

RECEITA 68.070.000,00
DESPESA 100.989.119,60

o que evidenciava um "deficit" a descoberto de Cr$ 32.919.119,60, sem qualquer autorização legislativa para o solver.

"Em face dêsses algarismos e da situação desesperadora do erário, nos primeiros dias do govêrno de Vossa Excelência, assim nos reportamos (ofício n. 45, de 3-3-1951):

"A êsse desequilíbrio inicial devemos ainda acrescentar os novos compromissos resultantes das leis votadas, sancionadas ou promulgadas, depois da publicação do orçamento, que mais agravam a atual situação financeira, embora as providências iniciais de Vossa Excelência, para que fosse sustada a execução do que nas mesmas foi determinado, uma vez que não poderiam vigorar à falta de recursos para atender aos encargos nela previstos, pois êstes eram indicados como referência ao orçamento anterior, sem mais vigência".

"Prosseguindo nós aquela oportunidade, ainda em considerações outras sôbre o panorama financeiro, diziamos:

"Cumpre ainda salientar que, em virtude de créditos especiais abertos em 1950, com dupla vigência, passaram para o orçamento em execução encargos outros num total de Cr$ .... 5.183.153,40 que, somados ao DEFICIT orçamentário já referido, elevam o mesmo à importância de Cr$ ...., 38.102.273,00, a qual seremos forçados a adicionar Cr$ 24.315.933,30, das obrigações antes discriminadas, perfazendo um total geral de Cr$ 62.880.615,30 o DEFICIT orçamentário do Amazonas..."

"Conscientes dêsse estado geral, não tivemos receio de encetar obra saneadora do orçamento, amparados na experiência e patriotismo de Vossa Excelência, porque de antemão sabíamos, como ainda ilustra aquele grande professor baiano, a que nos referimos anteriormente: "... sem equilíbrio orçamentário como norma fundamental de política financeira, não pode haver crédito nem continuidade na realização de todos os serviços e obras públicas e, não raro, a suspensão de determinados serviços ou de certas obras, cria prejuízos incalculáveis para o Estado".

Fazendo funcionar articuladamente, sem vaidades, e aceitando sempre a opinião e os pareceres de nossos companheiros de trabalho, dos homens de mérito, dos representantes das classes conservadoras, preocupados sempre em elevar o crédito do Estado, estamos chegando ao final do exercício com o resultado que assim se enuncia:

Receita prevista		68.070.000,00
Despesa fixada	100.989.119,60	
Mais:		
suplementações de verbas ..	29.064.050,30	
Créditos especiais	22.299.868,70	
Créditos especiais abertos em 1950, com vigência em 1951 (saldo passado para o exercício, deduzidas as anulações)	2.049.000,00	
	54.402.038,60	
Menos:		
anulações feitas	6.077.532,80	148.321.505,80
Deficit orçamentário previsível		88.254.505,80

"Êsse "deficit", porém, sofre ainda redução, em virtude de que vários créditos especiais, abertos no exercício de 1951, tiveram dupla vigência, devendo-se ainda abater do total de Cr$ 88.254.505,80 a quantia de Cr$ 10.220.374,80, ficando, dêsse modo, o "deficit" orçamentário previsível em Cr$ 78.034.131,00.

"A arrecadação efetuada até 31 de janeiro do corrente ano, compreendendo portanto um mês do período adicional, atingiu a Cr$ 105.304.664,70, a qual tende a se elevar de mais ou menos Cr$ 5.000.000,00, verificando-se, assim, um excesso de arrecadação sôbre a previsão de cerca de Cr$ 40.000.000,00.

"A despesa paga, até aquela data, ascendia a Cr$ .... 107.036.350,60, o que evidencia um "deficit" financeiro de Cr$ 1.731.685,90, coberto por meio de depósitos e arrecadações outras não pertinentes ao Estado. Essa irregularidade, contra a qual já tivemos oportunidade de nos referir em diversas ocasiões e com especialidade no Relatório de 1950, deverá ser sanada com a maior presteza, afim de ser mantido o crédito do Estado e os funcionários possam gozar das vantagens que lhe são concedidas pelas instituições de previdência e o erário não seja forçado, mais tarde, a suportar pesados ônus pelos prejuízos causados aos servidores pela falta de recolhimento dos prêmios de seguro.

"Não seria possível ao mais experimentado técnico em finanças e ao govêrno melhor orientado cumprir uma lei orçamentária que se desdobrou em números tão contraditórios. As sugestões feitas no princípio do ano, ao tempo em que se iam iniciar as atividades de seu govêrno, mereceram acolhida, e as anulações de verbas destinadas a impossibilitar a execução da lei de meios serviram de alento ao trabalho desenvolvido em prol da melhoria de arrecadação. Passado o primeiro semestre, na velha técnica, os créditos suplementares surgiram como um segundo orçamento que se processa nos projetos de leis enviados ao Legislativo, e, êste ilustrado Poder, de sua parte, ampliou outros favores ao funcionalismo, a instituições, elevando-se as novas fôrças da despesa a índices absorvedores de esfôrço dispendido.

"Cumpre-nos, nesta conjuntura, reunir esforços, patriótica e desinteressadamente, para reforçar o crédito público, para oferecer maior confiança aos credores do Estado, certos de que as disponibilidades serão sempre aplicadas em benefício coletivo, em obras indispensáveis a que a administração realize os seus verdadeiros fins, ao mesmo tempo que assegurar ao servidor público uma situação de estabilidade econômica, por um plano geral de revisão de vencimentos e reajustamento dos quadros, que se esboça para breve tempo, substituindo êsse aglomerado de leis revisionistas, de aspecto unilateral, provocando ainda mais a formação de um clima de desconfiança e amadurecimento em certos espíritos, pelas contínuas preterições, o desamor ao serviço. Sente-se, em certos setores, a completa despreocupação com o cumprimento das leis orçamentárias, abusando-se da faculdade de contratar pessoal, ultrapassando os limites dos duodécimos, prática salutar instituída no regime financeiro nacional com o Código de Contabilidade e as Normas Financeiras aprovadas em 1941.

"O regime das adições é prejudicial não sòmente à boa marcha da máquina administrativa, pelo deslocamento de funcionários de seus setores de atividades, como também pela forma irregular de se lhe assegurarem os proventos constantes das próprias tabelas orçamentárias da repartição em que é lotado. Na verdade, sòmente se poderia autorizar quando no novo serviço houvesse disponibilidade, não causando prejuízos bem vultosos ao erário. A verba orçamentária destinada a ocorrer a substituições imperiosas de funcionários, fixada em Cr$ 2.100.000,00, foi suplementada em igual importância, tendo o Govêrno Estadual ainda necessidade de solicitar um crédito especial de mais Cr$ 2.000.000,00, elevando-se, portanto, os gastos com o quadro de funcionários eventuais ao grande total de Cr$ 6.200.000,00, aproximando-se essa despesa de quase dez por cento da previsão orçamentária para o mesmo período.

"O tumultuamento da legislação e a facilidade de sua interpretação foram outro motivo de grande dispêndio por parte do erário estadual. A concessão de ajudas de custo aos membros da magistratura e do ministério público obrigou a Fazenda Estadual a pagar centenas de milhares de cruzeiros, quando um melhor entendimento e compreensão nítida da situação financeira poderia ter evitado tão graves compromissos. Essa situação foi perfeitamente exposta pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral do Estado, em Parecer datado do ano passado, em que aquela autoridade procurou limitar o volume dessas despesas, no setor a seu cargo, sendo igual o pensamento dos ilustres componentes do Egrégio Tribunal de Justiça, evitando que se repitam os pedidos de pagamento de ajudas de custo nas investiduras de suplentes de juiz de direito.

"Outro encargo oneroso para os cofres estaduais vem se corporificando na concessão de diárias aos delegados de polícia do interior, uma vez que foi assegurado êsse direito aos sargentos, suboficiais e oficiais da Polícia Militar, por lei especial, quando sòmente estas podem ser concedidas nos casos de deslocamento da respectiva sede em serviços ou diligências.

"A atual lei de meios, embora o esfôrço dispendido para ajustá-la às reais condições de nossa terra, prevê uma receita de Cr$ 93.274.100,00, enquanto a despesa se eleva a Cr$ .... 133.987.140,80, sem otimismos e exageros, dentro das possibilidades do antiquado processo arrecadador, poderemos atingir ao fim colimado, uma vez que todos os auxiliares da administração compreendam que a nossa situação é realmente deficitária e, portanto, em cada um setor, suportem a severidade de um regime de compressão, visionando o equilíbrio financeiro do Estado, evitando despesas supérfluas, fomentando o acréscimo de receita, e procurando incentivar os seus auxiliares a um maior rendimento de trabalho, sem as constantes gratificações por serviços extraordinários e outras não determinadas em lei.

Além do "deficit" orçamentário a descoberto, de Cr$ ...... 40.713.040,80, suportaremos no exercício os créditos especiais votados no ano anterior e com dupla vigência, num montante de Cr$ 10.220.374,80, quantias essas bem significativas, e às quais ainda se irão juntar os compromissos que não puderam ser liquidados até o encerramento do exercício, à falta de disponibilidades, ou em virtude de serem resultantes de transações realizadas à margem das disponibilidades dos vários serviços públicos.

"A Lei n. 216, de 1951, que concedeu aos funcionários que não gozaram licença-prêmio o adicional de 30% sôbre os respectivos vencimentos, e que se pretende aplicar com efeito retroativo aos aposentados, onerará ainda mais o orçamento a que nos vimos referindo, em virtude da necessidade da abertura do respectivo crédito, cujo montante não se pode ainda prever.

"O respeito ao duodécimo das verbas Material de Consumo, Material Permanente e Despesas Diversas, com o seu emprêgo na forma especificada nas Normas Financeiras, e na conformidade do disposto na Lei n. 169, de 29 de novembro de 1951, que instrui a execução da lei orçamentária do corrente ano, serão outras providências capazes de levar o Amazonas a uma situação de equilíbrio, senão de reajustamento financeiro, dentro em pouco tempo.

"E' indispensável que se dê à Fazenda Pública a necessária independência de ação quanto à execução do orçamento e controle da despesa. A ela, por força de lei, compete a fiscalização do emprego dos dinheiros públicos e portanto a orientação da vida econômica e financeira do Estado. O excesso de leis, criando novos impostos e taxas e elevando outros, alterando a forma de tributação, sem que sejam ouvidos os órgãos fazendários produz, iniludivelmente, um clima de que resultam sérios embaraços no presente e no futuro prejuízos crescentes ao serviço, principalmente, no interior do Estado, onde os exatores lutam contra as maiores dificuldades.

"Por outro lado, a reforma da organização fazendária é imperiosa e indispensável, tendo em vista que a atual não corresponde mais às necessidades do Estado, ao progresso da ciência administrativa e às condições da vida contemporanea. Desde as dimensões acanhadas do predio em que funcionam todos os organismos fazendários, até a sua estrutura, tudo está exigindo sérias e radicais transformações, sendo de ressaltar o esforço de seu pessoal, lutando contra as contingencias do momento para poder realizar o que vem produzindo diuturnamente.

"Embora aberto um crédito especial para reaparelhamento dos serviços fazendários, tal emprêsa não foi ainda iniciada porque reconhecemos o estado de precariedade dos recursos estaduais. Visamos iniciar esse plano com equipamento dos serviços do interior, sempre esquecidos e abandonados, dotando-os de elementos materiais, como sejam proprios nas zonas de evasão fiscal, embarcações rapidas, material adequado ao serviço, estudo acurado que resulta da observação "in loco", durante algumas viagens empreendidas juntamente com Vossa Excelência.

"Na capital, também, se faz necessário serviço de envergadura, uma vez que os impostos de vendas mercantis, pela forma adotada, e aprovada na reunião de técnicos de fazenda, como a mais adaptável às nossas especialíssimas condições, são aqui recolhidos. Fonte das de mais valia, na lei orçamentaria do Amazonas, ainda assim a sua evasão é respeitável, sendo de notar a que resulta dos volumes desembaraçados por intermedio da Diretoria Regional dos Correios e Telegrafos, por meio de serviço de reembolso postal.

"Por sugestão do Senhor Ministro de Estado da Fazenda e aprovação de Vossa Excelência, dentro em breve estará em execução um convênio para melhor aplicação das leis tributárias e fiscalização da incidencia fiscal.

"Não menos aconselhavel seria que o Governo do Estado provocasse junto ao Ministerio da Viação e Obras Publicas igual medida para poder a Fazenda Estadual tributar as mercadorias importadas através das malas postais, que vêm gozando, abusivamente, de isenção de imposto, quando poderia o Estado servir-se da mesma faculdade concedida às Alfandegas, quanto ao "Colis-Postaux".

CONCLUSÃO

Expondo-vos com franqueza a vida do Estado no breve periodo do ano transacto, através dos órgãos que lhe acionam o mecanismo administrativo, nem carreguei nas tintas pessimistas dos que se comprazem em pregoar o Amazonas às portas da falencia, nem me quedei extático nas perspectivas de exagerado otimismo.

Desde os primórdios da nossa autonomia, desde a hora em que logramos evadir-nos da condição subalterna de tutelados de estranhos, há nossa existencia decorrido entre alternativas de animadoras prosperidades e crueis desalentos economicos, sujeitos os produtos de que vivemos às oscilações de preços nos mercados consumidores, a cujo arbitrio, as vezes desumano, temos de submeter-nos por força das circunstanciais.

Nada obstante, conjuramos sempre, mercê de Deus, as maiores e piores tormentas que nos hão açoitado, firmes na nossa fé no futuro da gleba e confiantes nos milagres do trabalho de uma população que se inscreve, nos quadros demográficos do País, como a mais reduzida de quantas laboram no territorio brasileiro.

Reconheço, como também reconheceis, senhores Deputados, que a tarefa colossal que nos aguarda no porvir não poderá ser empreendida com as exiguas fôrças de que dispomos. Braços titanicos se requerem para erguer o gigante agrilhoado e fazê-lo ascender às alturas que o seu natural destino lhe assinala. Para fiador idoneo de tamanha empresa, aí está o potencial imenso dos seus recursos de toda a ordem, no sub-solo, nas selvas e nos rios. Esses braços herculeos, porém, não podemos nem nos cabe improvisá-los. Continuemos, pois, esperançosos no futuro.

A fé que a todos nos anima quanto à grandeza do Amazonas de amanhã, é a mesma que incute ao nosso sentimento civico e ao nosso amor pátrio a convicção de que o Brasil, despeado dos embaraços do presente, liberto das aflições e agruras atuais, encaminhar-se-á enfim na trilha abençoada da prosperidade e da ordem, da abundancia e da paz, guiado pelo fanal protetor da Constelação do Cruzeiro.

Saudo-vos, senhores Deputados

Manaus, 15 de março de 1952.

ALVARO BOTELHO MAIA

QUATRO IMPORTANTES MENSAGENS DO EXECUTIVO

A MANHÃ

ANO XI Sábado, 19 de abril de 1952 N.º 3.284

Foram lidas, ontem, no expediente da Câmara — Comparecerá ao Palácio Tiradentes o ministro da Fazenda — Alteração nas operações de redesconto do Banco do Brasil

PODEMOS destacar, da primeira parte do tumultuado início da sessão da Câmara, a reclamação do sr. Muniz Falcão contra o Ministro da Fazenda, pelo fato de não haver o mesmo respondido a um requerimento de informações, assinado pelo orador. O sr. Falcão faz outro requerimento indagando sobre dados da movimentação do processo em que se continham as informações, de vez que assegura que não procede a alegação de estar o processo no Catete. Também merece destaque o registro histórico do sr. Novelli Junior, do aniversário da Convenção Republicana de 1873, em Itu, de onde surgiu o tradicional Partido Republicano, celeiro de tantos estadistas eminentes.

Uma reclamação de todo procedente fez o sr. Frota Aguiar. Os passageiros que descem no Galeão estão sendo vítimas de exploração inominavel, pelos motoristas. Pede o orador melhor policiamento e apela para a emprêsa de aviação que mantinha um serviço próprio de transporte, no sentido de restaurá-lo. Finalmente, o sr. Rui de Almeida declara que não é verdade tenha sido responsavel pela pressão que a policia fez contra estudantes, à porta da Câmara.

CONTRA OS AUMENTOS

Voltou o sr. Bilac Pinto a falar na parte principal do expediente, dando sequência ao seu discurso anterior em que criticava a mensagem presidencial. O orador foi, em principio, contra a instituição do salário minimo, como, também, contra quaisquer aumentos de salários e vencimentos, afirmando que esses aumentos concorrerão para agravar a inflação. E demorou-se em estudar o fenômeno da inflação, até que o tempo de que dispunha chegou ao seu têrmo.

O sr. Nereu Ramos, antes de deixar que a sessão prosseguisse, comunicou à Casa que havia recebido ofício do Ministro da Fazenda, sr. Horácio Lafer, comunicando que compareceria no próximo dia 29 do corrente, à Câmara, a fim de prestar a ela os esclarecimentos que lhe estão sendo solicitados, conforme dispositivo constitucional, sôbre a orientação geral do país em matéria financeira e econômica.

OS SEM PARTIDO

O sr. Luiz Viana foi o orador seguinte. Vinha, disse êle, comentar a decisão do sr. Nereu Ramos, atendendo a uma questão de ordem do sr. Nestor Duarte, que resolveu não caber aos deputados sem legenda o direito de participar das comissões técnicas da Casa.

O representante baiano faz dissertação erudita, apreciando o assunto, comparativamente a costumes antigos do país e práticas atuais em outros paises, além de invocar tratadistas, para contestar, aliás, em termos gerais, a decisão do Presidente da Câmara.

Seguiu-se o sr. Frota Aguiar. Declarou que ia esboçar, já que tem de deixar a Câmara, um assunto de alto interêsse social, tal o problema do lenocínio, para que os seus colegas o estudassem e o resolvessem. Ia apenas oferecer a matéria prima aos sociólogos, cientistas e autoridades, pois que êle, pelo contáto pessoal, conhecia o assunto com profundeza.

DESPEDIDA DE UM DEPUTADO

Os srs. Baleeiro e Benjamin Farah, depois o sr. Heitor Beltrão, significaram ao orador o seu apreço, declarando que êle, na policia e na Câmara, sempre se revela um homem digno, brilhante e independente. Outro deputado cedeu-lhe o seu tempo, para que êle pudesse, em sua despedida, falar com mais amplitude, sôbre o assunto que pretendia deixar esboçado na Casa. Despede-se de todos e deixa a tribuna, sob palmas.

O último orador do expediente, é o sr. Carlos Roberto, declarando que faz um apêlo às autoridades, no sentido de encarar a questão da infiltração comunista nas fileiras funcionais da Estrada de Ferro Leopoldina.

ORDEM DO DIA

Ao anunciar a ordem do dia, o sr. Nereu Ramos comunicou que haviam chegado quatro mensagens do Executivo, acompanhadas de outros tantos anteprojetos de lei.

Eram, realmente, quatro mensagens da maior importancia e oportunidade.

A primeira altera os dispositivos vigorantes sôbre as operações de redesconto do Banco do Brasil, estabelecendo medidas que habilitem a Superintendencia da Moeda e do Crédito a permitir que estabelecimentos bancários operem com a Carteira de Redescontos, à base de obrigações que representem auxilio direto às atividades da produção rural.

A segunda pede o crédito de 15 milhões de cruzeiros para auxilio à Fundação Cristo Redentor, onde se educam milhares de crianças.

A terceira dispõe sôbre a gratuidade do ensino de grau médio, a fim de assegurar instrução a jovens sem recursos.

CUSTO DO ENSINO

A quarta dispõe sôbre o custo do ensino secundário particular, a fim de interromper o encarecimento que se vem verificando anualmente. Este anteprojeto determina que o atual artigo 88 da Lei Organica do Ensino passe a ter a redação de correspondente dispositivo do decreto-lei 4.244, de 1942, o qual estava assim redigido: — "A contribuição exigida de alunos pelos estabelecimentos particulares do ensino secundário será módica e cobrar-se-á de acôrdo com as normas de caráter geral fixadas pelo Ministério da Educação".

Conclui o projeto do govêrno por estabelecer que as normas do dispositivo anterior deverão ser baixadas no prazo de 30 dias a partir da publicação da lei.

OS PROJETOS

Dando prosseguimento à ordem do dia, a Casa aprovou um requerimento de urgencia em favor do projeto de lei que admite exame de segunda época, para alunos dependentes. E a Casa passa à matéria em pauta.

Aprova-se o projeto que abre crédito para a V Conferencia dos Estados da América, membros da OIT. Depois, entra em debate o projeto que abre crédito para a construção de hospedarias para imigrantes vindos de vários Estados do Nordeste. O assunto é controvertido. Há condenação e defesa da oportunidade e do sentido social da iniciativa. Depois de ampla discussão, o projeto foi aprovado. O crédito é de Cr$ 2.000.000.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS

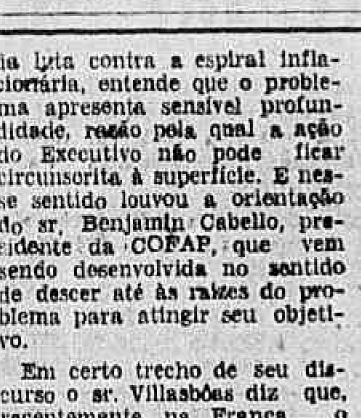
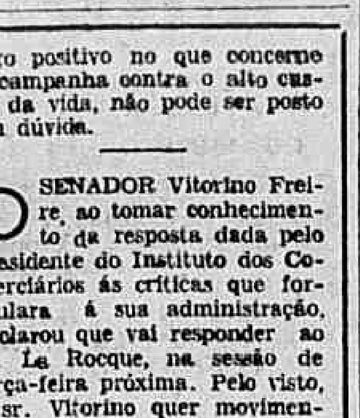
A sessão termina com uma série de explicações pessoais. O sr. Severino Mariz pede ajuda de custo mais condigna para oficiais que vêm fazer cursos na Capital Federal. O sr. Benjamim Farah pede informações sôbre a existência de funcionários civis, em Ministérios militares, que recebam por outras fontes que não sejam as dotações orçamentárias; e finalmente o sr. Dolor de Andrade agradeceu à missão salesiana em Mato Grosso pelo inestimável serviço prestado na catequese dos índios, registrando, ao mesmo tempo, a passagem do cinquentenário da missão.

OURO -- JOIAS

PRATARIAS

Compro pelo maior preço. Bêco do Rosário n.º 2, junto ao Largo de São Francisco e junto à ótica "A Redentora"



DISCURSANDO na hora do expediente, na sessão de ontem, do Senado, o sr. João Villasbôas focalizou, demoradamente, o problema da elevação crescente do custo da vida. Depois de se reportar às tentativas que vêm sendo feitas pelo govêrno, no sentido de deter o progressivo encarecimento dos preços das utilidades, reconheceu o representante udenista de Mato Grosso, o esfôrço sincero das autoridades nesse sentido. Todavia, admitindo que até o momento não foram sentidos os frutos da luta contra a espiral inflacionária, entende que o problema apresenta sensivel profundidade, razão pela qual a ação do Executivo não pode ficar circunscrita à superfície. E nesse sentido louvou a orientação do sr. Benjamin Cabello, presidente da COFAP, que vem sendo desenvolvida no sentido de descer até às raízes do problema para atingir seu objetivo.

Em certo trecho de seu discurso o sr. Villasbôas diz que, recentemente, na França, o govêrno conseguiu reduzir de 20% o custo da vida, mediante entendimento direto com diretores e gerentes de empresas fornecedoras de utilidades públicas. Sem dúvida, essa revelação é de excepcional importância, sobretudo se se pudesse conhecer o processo pelo qual o govêrno francês conseguiu o milagre e em que base se realizou o citado entendimento. A sugestão do senador é bôa. Pena que não tivesse sido mais minucioso. De qualquer modo, o assunto deve merecer o interesse do presidente da COFAP, cujo empenho em realizar algo positivo no que concerne à campanha contra o alto custo da vida, não pode ser posto em dúvida.

O SENADOR Vitorino Freire, ao tomar conhecimento da resposta dada pelo presidente do Instituto dos Comerciários ás críticas que formulara á sua administração, declarou que vai responder ao sr. La Rocque, na sessão de terça-feira próxima. Pelo visto, o sr. Vitorino quer movimento...

SOMENTE na próxima terça-feira voltará a reunir-se o Senado. Da ordem do dia consta a discussão dos pareceres, ambos favoraveis, à nomeação dos novos embaixadores do Brasil, no Paquistão e no México. Também a indicação do nome do sr. Walter Moreira Sales, para a embaixada deste país, em Washington, será matéria a ser apreciada nos primeiros dias da semana vindoura.

A. S.

ELOGIADA A ORIENTAÇÃO DA C.O.F.A.P.

Considerações sôbre a elevação do custo da vida — Aprovados vários projetos na reunião de ontem, do Senado — Modificados dispositivos da lei referente às "notas fiscais"

O SR. João Vilasboas ocupou a tribuna do Senado, na sessão de ontem, para tecer considerações sobre o custo de vida e "a elevação crescente, cada dia, dos preços das principais utilidades". Disse que continuamos num circulo vicioso: o aumento de vencimentos e salários, para atender à elevação do custo da vida e, em seguida, o aumento dos preços das utilidades, para poder atender ao pagamento dos vencimentos e dos salarios acrescidos. Frisou que, há mais de dez anos, "o Governo brasileiro vem tentando por um paradeiro nesse estado de coisas, tomando medidas, criando entidades, formando organizações, para procurar estabilizar o custo das utilidades, sem jamais ter conseguido lograr seus efeitos".

A ORIENTAÇÃO DA COFAP

Depois de ler cifras publicadas pela "Conjuntura Econômica", sôbre os lucros de algumas sociedades anônimas, o orador acentuou que "a orientação tomada e anunciada agora pelo ilustre presidente da COFAP, é a segura, a verdadeira, a necessária: examinar os lucros auferidos por essas emprêsas e limitá-los no máximo, fazendo-se, então, as tabelas dentro das possibilidades abertas com essa redução, dentro dos lucros auferidos nos anos anteriores". O representante de Mato Grosso referiu-se, a seguir, ao penúltimo discurso do Presidente da República, em que foi feito apêlo à nação para aumentar a produção brasileira.

PROJETOS APROVADOS

Foram, a seguir, votados e aprovados vários projetos de pequena importância. Foi, porém, rejeitado, o requerimento do sr. Mozart Lago, solicitando consignação em Ata de um voto de louvor à diretoria da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, pela sua deliberação, em virtude da qual serão restituidos, graciosamente, a seus donos os penhores de objetos de ordem pessoal.

SOLDO E SUBSIDIOS

Continuou a votação do projeto de lei, em segunda discussão, regulando o aproveitamento do militar em cargo público. Na sessão anterior, haviam sido votadas todas as emendas. A votação foi reiniciada pelo destaque requerido pelo sr. Ismar de Góes para expressões finais do art. 3.º. Este, artigo dispõe: "Art. 3.º — O militar em atividade, na reserva, ou reformado, não terá direito aos proventos inerentes à condição militar, desde o momento em que assumiu o exercício de cargo público permanente ou temporário, ou entrou a desempenhar função eletiva". O destaque requerido pelo representante de Alagôas era para as expressões "ou entrou a desempenhar função eletiva", como o objetivo de eliminá-las do art. 3.º. Mas o pedido de destaque, após largos debates, foi rejeitado, mantendo, assim, o Senado o texto integral do referido artigo, que, desse modo, não permitirá acumulação de soldo de militar com subsídios de cargo eletivo.

"NOTAS FISCAIS"

Foi aprovado substitutivo a projeto da Câmara, modificando dispositivo de lei referente às notas fiscais", instituídas para fabricantes e comerciantes.

LEND LEASE

Foi aprovado projeto da Câmara autorizando a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr$ 21.415.690,00, para pagamento de prestações devidas nos termos e condições do "Suplemento ao Ajuste de Liquidação do Lend Lease".

SUGERIDAS ALTERAÇÕES AO PROJETO DA "PETROBRAS"

O relator da Comissão de Transportes entende que a emprêsa deve pagar "royalties" aos Estados onde se fizerem lavras de petróleo

NA sessão de ontem da Camara Municipal, após a aceitação de varios requerimentos endereçados ao prefeito, o sr. Frederico Trota levantando uma questão de ordem a respeito de uma emenda que apresentara a determinado projeto, tentou estabelecer polemica com a Mesa. O presidente, sr. Gonçalves Lima, que se encontrava presidindo à sessão não consentiu no dialogo que pretendia travar com a Mesa o orador e advertiu-o. Como este não acatasse a sua advertência, suspendeu os trabalhos. Reaberta a sessão, logo depois, o sr. Antenor Marques protestou contra o fato da Cia. Telefonica Brasileira não cumprir a lei que regula o pagamento de salario minimo aos seus empregados. O sr. Henrique de Miranda, a seguir, pediu a transcrição nos Anais do memorial dirigido ao presidente Vargas pelo Sindicato dos Professores reclamando contra a falta de obediencia à lei que instituiu o salario minimo para a classe.

DESPEDIDA EM MASSA DE TRABALHADORES

O sr. Pais Leme aludindo à denuncia que recebera de que o Grupo Light está demitindo em massa, cerca de 5 mil funcionários, em virtude do aumento de salários a que estão obrigados a pagar, solicitou a nomeação de uma Comissão Especial de vereadores para estudar o caso. Sobre o fato falou também o sr. Couto de Souza que corroborou as declarações do vereador udenista em nome do P.S.D. O sr. Paulo Areial, logo depois, ocupou a tribuna para criticar a administração municipal, declarando que a Prefeitura deseja entregar à Light o novo serviço de "trolley-bus" a ser utilizado em consequência da retirada dos bondes do centro da cidade.

AUMENTO DAS PASSAGENS NOS BONDES DE SANTA TEREZA

Em seguida o presidente anunciou que acabava de chegar à Casa a mensagem do prefeito, propondo o aumento do preço das passagens dos bondes que servem à população de Santa Tereza, a fim de que a empresa concessionária daquele serviço de transporte, possa também dar aumento de salários aos seus funcionários.

FALTOU QUORUM PARA DELIBERAÇÕES

Na ordem do dia, após vários oradores se ocuparem do assunto, foi votado o projeto que dispõe sobre o contrato a ser feito pela Prefeitura e a Santa Casa. Ao ser votada a matéria, o sr. Pais Leme pediu verificação e ficou constatada a falta de número até para prosseguimento dos trabalhos, o que determinou a suspensão imediata da sessão

SEMI-INTERNATO NAS ESCOLAS PRIMARIAS MUNICIPAIS

O sr. Frederico Trota apresentou um projeto, cujo artigo unico diz o seguinte — "as escolas primárias municipais, que tiverem salas disponiveis, funcionarão em regime de semi-internato para as alunas maiores de 11 anos a fim de que a estas sejam ministradas aulas complementares de puericultura, higiene, trabalhos domésticos e socorros de urgência".

O "VAN-GALEN"

REGRESSOU DO FRONT COREANO

Vem retribuir a visita do navio-escola "Almirante Saldanha" — As atividades do navio holandês e de seu comandante que falou ontem à imprensa

O comandante Valkenburg entre os jornalistas

Chegou, ontem, a este pôrto, o contra-torpedeiros "Van Galen", da Marinha Real Holandêsa, sob o comando do capitão de fragata A. M. Valkenburg. Pouco depois de haver fundeado, recebeu a bordo o representante do ministro e o oficial designado para ficar ás ordens, capitão-tenente Nicolau Fernando Malburg, indo atracar, em seguida, no cais da ilha das Cobras. Alí, recebeu o seu comandante as visitas dos representantes da imprensa e da Embaixada da Holanda.

O contra-torpedeiros da nação amiga, permanecerá entre nós, apenas, cinco dias, seguindo após, para Buenos Aires. O comandante Valkenburg iniciou a sua palestra com os jornalistas, falando das belezas naturais do litoral carioca, confessando a sua alegria por se encontrar no Brasil, país que desejava conhecer.

RETRIBUIÇÃO DE VISITA

A presente visita do "Van Galen" ao Brasil, — disse-nos o comandante Valkenburg, — é uma retribuição à visita que o nosso navio-escola "Almirante Saldanha" fez à Holanda, no ano passado. Essas visitas, frisou, têm o inestimável valor de estreitar os laços de amizade entre as nações.

TOMOU PARTE ATIVA NA LUTA DA CORÉIA

Da participação do vaso de guerra holandês na última guerra, disse o comandante Valkenburg que a ação foi intensa e difícil. Foi uma luta que forjou vários heróis, alguns dos quais se encontram a bordo da unidade sob seu comando, recebendo o justo prêmio de tremenda luta. O "Van Galen" foi construido nos estaleiros inglêses e entregue à Real Marinha Holandêsa em 1942. No momento vem da zona litigiosa da Coréia, onde participou ativamente dos serviços de patrulhamento, ao lado das unidades norte-americanas.

AJUDOU A BOMBARDEAR O JAPÃO

— A primeira vez em que o "Van Galen" tomou parte em batalha naval, foi em Sabang, em 1944, quando ajudou o bombardeio contra os japoneses, na ação inicial dos aliados, tendo então, passado os seus mais arriscados momentos.

SERIA O AUTOR DA MORTE DE 700 HOLANDESES

Como oficial submarinista, contou-nos o comandante Valkenburg, comandava o submarino da esquadra do seu país, o "O-21", quando teve ocasião de avistar dois navios transportes alemães. Colocou-se em posição e largou o seu primeiro torpedo, que afundou o primeiro navio. Em seguida, preparava-se para atacar o segundo, quando sentiu que havia sido localizado, fugindo ao ataque aéreo e mesmo de superfície. Soube, mais tarde, que o segundo barco transportava 700 prisioneiros holandeses. Pouco depois, o comandante Valkenburg trocava de arma, e, hoje, está satisfeito com a sua arte e com o comando de unidades de nível.

AS POSSIBILIDADES DE GUERRA PASSARAM

— Falando sôbre a possibilidade de uma terceira guerra, disse o ilustre oficial que o pior momento já passou e, que, atualmente, não acredita em novo conflito, em razão dos trabalhos desenvolvidos pelos delegados das Nações Unidas.

Visita a Amazônia o Ministro da Agricultura

Acompanhado de numerosa comitiva, deixará o Rio, com destino a Belém, viajando em um "Constellation" da Panair do Brasil, que decolará do aeroporto do Galeão aos primeiros minutos da madrugada de hoje, o Ministro João Cleophas, titular da pasta da Agricultura.

Em atendimento a uma das determinações do Presidente da República feitas ao seu Ministério, vai observar, o sr. João Cleophas, as plantações de seringueiras e as de juta, assim como os campos experimentais de criação de búfalos e a adaptação dessa raça de gado ao nosso clima, na conformidade dos desejos do primeiro magistrado de um perfeito desenvolvimento ao plano de valorização da Amazônia.

Ósseo-Tônico Calcificante dos ossos.

Relatório sôbre as atividades rodoviárias no Amazonas

(Conclusão da 14.ª pág.)

Para êste item consignamos a importância de Cr$ 4.000.000,00 (QUATRO MILHÕES DE CRUZEIROS), destinada aos serviços das estradas:

Circular 1.500.000,00
João Coelho, B. Amazonas e Trevo Ajuricaba 2.500.000,00

IX — VEICULOS, MAQUINAS E UTENSILIOS — Nêste item consignamos a importância de Cr$ 4.047.282,00 (QUATRO MILHÕES QUARENTA E SETE MIL DUZENTOS E OITENTA E DOIS CRUZEIROS), para ser aplicada na aquisição de veículos e máquinas para os serviços da Comissão.

X — AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E INSTALAÇÕES — Foi consignada a importância de Cr$ 975.924,00 (NOVENCENTOS E SETENTA E CINCO MIL NOVECENTOS E VINTE E QUATRO CRUZEIROS), para ser aplicada na medida do necessário.

XI — EQUIPAMENTO MECANICO E OFICINAS — Consignamos nêste item a verba de Cr$ 629.901,00 (SEISCENTOS E VINTE E NOVE MIL NOVECENTOS E UM CRUZEIRO), para atender às despesas desta C.E.R.

XII — OPERAÇÕES DE CRÉDITO — (Financiamento) — Inexistente.

XIII — EVENTUAIS — Fica consignado o saldo da distribuição ou seja a importância de Cr$ 1.066.881,02 (HUM MILHÃO SESSENTA E SEIS MIL OITOCENTOS E OITENTA E UM CRUZEIROS E DOIS CENTAVOS).

XIV — AUXÍLIO AOS MUNICIPIOS — Nêste item está incluida a verba provavel referente ao presente exercício. Esta Diretoria promoverá um convênio com as Prefeituras para a liquidação dos saldos respectivos.

"Esta mulher matou meu filho"

(Conclusão da 1.ª pág.)

quanto sobre a cama jazia sem vida o homem com quem se unira pelos laços matrimoniais? Que de horrivel e macabro teria ocorrido para que a policia imediatamente lhe arrebatasse o corpo e, sem qualquer justificação, a conduzisse à delegacia, levando ao colo um filhinho e tendo o outro agarrado às suas saias, — ambos frutos da união, — que, sem poderem compreender, viam a mãe sendo levada, quase a contra-gosto, por homens fardados e de gestos rudes? Qual o seu crime?

Satiro Ribeiro

ANTECEDENTES QUE PESAM

Satiro Ribeiro de Souza, de 24 anos, balconista, residia com sua esposa naquela localidade e endereço, Carmelia Fernandes de Souza, de 21 anos, doméstica, e mais dois menores, filhos do casal. A vida entre os dois não era, nunca foi um mar de rosas. Constantemente brigavam e constantemente estavam indo ao distrito, a fim de explicar o motivo de tantos e tão sucessivos desentendimentos. Depois, ao invés das discussões, passaram a empenhar-se em lutas corporais, levando sempre a pior o marido, já que a esposa, de compleição franzina, apanhava qualquer objetivo para enfrentá-lo ferozmente. Assim é que Carmelia respondeu a quatro processos por agressão ao marido, no 23.º, 24.º e 27.º Distritos, respectivamente, e na própria delegacia de São João de Meriti. Briga de marido e mulher dirão alguns, simplesmente. Mas o que dizer da surra que Carmelia aplicou em sua própria mãe, d. Maria da Conceição, residente na rua Obidos, 425, em Bento Ribeiro, quando morava em sua companhia? Esses os antecedentes da mulher, que agora pesam terrivelmente contra si, ao ser denunciada pelo sogro, Gumercindo Ribeiro de Souza, morador na rua Cláudio da Costa, 134, em Irajá, como autora da morte de Sátiro, ocorrida ante-ontem na choupana da rua Canal, 622. E como se isso não bastasse, Gumercindo declarou ao subdelegado Roberto Emilio da Cunha, de São João de Meriti, que sua nóra não era fiel e já uma vez a surpreendera em pleno adulterio com um desconhecido, em lugar ermo, em plena escuridão.

E como não era leal para o marido, a quem constantemente agredia, bem podia ter sido a causa de sua morte. Ainda mais que fôra surpreendida à cabeceira do morto com um copo na mão, que disse Gumercindo ser o seu conteúdo violento veneno, que matara o seu filho.

Mas o perito Aniz Razec não viu morte suspeita no caso. Ao contrário, deu como morte natural. Todavia, para que o fato seja bem esclarecido, o subdelegado solicitou do dr. Nelson Balesteiro que procedesse a autopsia, que será procedida o mais rápido possivel.

Falando à nossa reportagem, Carmelia disse que sempre foi assim. Quando brigava com o esposo e apanhava, era sempre processada. Nunca apareceu como vitima, apesar de o ser na vida real. Sempre honesta, vivendo para o marido e para os filhos suas brigas com Satiro eram sempre motivadas pelo ciume que nutria por ele. E como se não bastasse essa sua infelicidade, tinha contra si seu sogro, que nunca a poupou de mil e um vexames.

— Não o matei. Meu marido sofria do coração. No copo tinha vinagre, cujo líquido passava nas mãos, no rosto e em algumas partes do corpo do meu esposo, como remédio para as dores que sentia. De mim dizem tudo, até que não presto. Mas só agora vou relatar uma coisa que jamais diria, se ele estivesse vivo. Meu marido era um liberado condicional. Cumprira pena por porte de arma e por alguma outra coisa que não consegui saber. E como sempre, agora também sou apontada como autora de sua morte, assim como também fui processada por várias vezes como sua agressora — terminou Carmélia.

Tablelaxo Regulariza os intestinos

REALISMO CRÚ COMO NUNCA O CINEMA APRESENTOU!
ALUCINAÇÃO
IMP. ATÉ 18 ANOS
Com BERTE QUISTGAARD PAUL REICHHARDT
UM FILME SUECO DANORDISK
DIST. RIO-MAR
C. NACIONAL
2.ª-feira RIVOLI
LEME · FLORESTA
TRINDADE · Sta. HELENA
DE 5.ª A DOMINGO · CASSINO ICARAÍ

Clínica de Senhoras
CIRURGIA GERAL
Dr. Deoclides Martins Ferreira
Cons.: Av. Rio Branco, 257 — 16.º — Sala 1614. — 2.ª, 4.ª e 6.ª feiras, das 17 às 19.30 hs. — Tels.: 42-6467 — Res. 37-3301

DENTADURAS PERFEITAS
MÉTODO ESPECIAL DE MOLDAGEM
Dr. Romeu G. Lourenço
LAUREADO ESPECIALISTA
PREÇOS AO ALCANCE DA CLASSE POBRE
TRABALHOS A PRESTAÇÕES
AVENIDA MARECHAL FLORIANO, 87

SAMUEL GOLDWYN apresenta
"NÃO QUERO DIZER-TE ADEUS!"
(I WANT YOU)
"HOJE QUERIA VÊZ NUNCA MAIS"
"EU QUERIA MAIS TEMPO PARA SER FELIZ"
"DESEJO SENTIR OS TEUS LÁBIOS, UMA VEZ MAIS..."
FARLEY GRANGER
DOROTHY McGUIRE
DANA ANDREWS
PEGGY DOW
NUNCA ESTAS PALAVRAS SIGNIFICARAM TANTO PARA TANTOS CORAÇÕES!
HORARIO: 2-4-6-8-10
2.ª FEIRA
Complemento Nacional
RKO RADIO
PLAZA OLINDA PRIMOR
PARISIENSE RITZ M-LOBO
ASTORIA COLONIAL MASCOTE

Filmes que veremos breve: "O MATA SETE", com Cantinflas ☆ "ENCARCERADAS", com Miroslava e Serita Montiel ☆ "A COROA NEGRA", com Maria Felix ☆ "UM CORAÇÃO EM TREVAS", com Dolores del Rio, filmes mexicanos